CEMAP - CRÍTICA - 4 - 10 - DE - AGOSTO - DE - 1975 - N - 52

GOVERNO NÃO SE APRENDE NO COLÉGIO

MDB: OS CAMINHOS DO FUTURO

DOW ATACA NO NORDESTE

CARMEM: A PEQUENA (esquecida) NOTÁVEL

FUNDO AC CEMAP
CEMAP - HEMEROTECA
CLASS.

CRÍTICA

Ano 1/Nº 52 4/10 de agosto de 1975 Cr$ 4,00

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

CARTAS

"Petrobrás é intocável"

Calorosas felicitações pelo excelente e patriótico artigo de Gerardo Mello Mourão, "A Petrobrás é intocável – Contrato de risco é frondizismo", publicado no número 51, de Crítica. Somente ingênuos ou entreguistas podem tolerar intromissão das multinacionais nos assuntos de interesse nacional.

Newton Meirelles
Cachoeiro do Itapemirim – ES.

O Caçador de Fantasmas

Com a entrada do filme "Tio Maneco – O Caçador de Fantasma" em sua terceira semana de exibição nos cinemas do Rio, queremos agradecer sua participação no sentido de ter dado conhecimento ao público de mais uma produção do cinema brasileiro. Esse incentivo é sobremaneira importante por se tratar de uma realização destinada ao público infanto-juvenil, e com a qual procuramos colocar para os espectadores problemas da nossa cultura, de forma positiva e aberta.

Hoje, o cinema nacional já possui condições técnicas e artísticas para fazer com que um longametragem como "Tio Maneco – O Caçador de Fantasma" receba uma acolhida de público de tal maneira excepcional que obrigue o prolongamento de sua temporada em cartaz.

Esperamos contar sempre com sua valiosa colaboração no processo de crescimento de nosso cinema.

Flávio Migliaccio
Rio – RJ

Censurando a leitora

Poucos dias depois de ter lido o excelente artigo "Hora de Censurar a Censura" publicado no jornal Crítica do dia 30 de junho, o Departamento de Censura do DF abriu inscrição para técnico em censura. Fiquei muito feliz, sobretudo porque alguma coisa positiva estava sendo feita em relação ao Serviço de Censura. Pelo menos o ingresso através de concurso público, exigindo formação em nível superior na área de ciências humanas, e não curso de **agente policial** como acontece com alguns censores que ingressaram com esta habilitação.

Tomei conhecimento do programa e constatei que se tratava de um programa de História Geral das Civilizações, História do Brasil e noções de filosofia. Sendo licenciada em história, peguei meu diploma, carteira de identidade, título de eleitor e como boa brasileira que zela pela cultura nacional, fui tentar inscrever-me. Foi aí que veio a decepção: meu diploma de história adquirido com tanto sacrifício e que me deixou muito lúcida, não me deu o direito de fazer um concurso cuja prova de conteúdo é constituída principalmente de conhecimentos de história. Estou enviando um programa do referido concurso para melhor esclarecimento da questão.

Na certeza de que esse jornal continuará defendendo a cultura nacional, despeço-me atenciosamente.

Sílvia Helena da
Silva Mourão
Brasília – DF

(Em primeiro lugar, nossos agradecimentos pelas referências ao artigo. Depois, estranhar que uma pessoa de seu nível intelectual, "e como boa brasileira que zela pela cultura nacional", se dispõe a exercer uma função tão incompatível com a atividade cultural.)

Crítica, Portugal & a "grande imprensa"

Desde que saiu o primeiro número desse conceituado órgão de nossa imprensa, sou um entre os milhares dos seus assíduos leitores que se espalham por todo o Brasil. Sim, porque logo esse jornal se afirmou como um dos raros veículos de informação capaz de se ler na atual situação por que passa o país, onde a bajulação, o engodo e o ufanismo, campeiam sistematicamente e, em consequência, a manifestação e a alienação levada a população constitui na praxis da chamada grande imprensa nos dias atuais.

Como paulista esclarecido, ou que pelo menos procura sê-lo, não poderia deixar de diariamente buscar me atualizar em relação aos acontecimentos nacionais e internacionais. Entre os jornais paulistanos, é de minha preferência a leitura de O Estado de S. Paulo. Ora, esse matutino que está a completar no corrente ano o seu primeiro centenário, não resta sombra de dúvidas dispõe de vastos recursos materiais capazes de colocá-lo numa posição privilegiada em relação aos meios de oferecer aos seus leitores as informações mais atualizadas e objetivamente de qualquer parte do mundo, inclusive por que dispõe de um exército de correspondentes internacionais em condições concretas de fazê-lo se assim o quisesse. E particularmente, devido a auréola de liberalismo, deveria ser mais coerente, menos unilateral, para dessa maneira fazer jus ao conceito que nos é impingido. Entendo como liberal, a pessoa ou entidade cujo comportamento se caracteriza por ser aberto à crítica, que aceita posições mesmo aquelas contrárias às suas, seja receptivo ao debate, à polêmica, enfim ao diálogo, palavra mágica tão utilizada, mas nem sempre posta em prática na atual conjuntura. Assim, compreendo por liberalidade e democracia. E quem quer se identificar com essa corrente política, não pode fugir aos preceitos aqui mencionados.

Perguntamos, essa é a posição do Estadão? Pela experiência e através da prática, só podemos dizer não. Particularmente no que diz respeito à situação internacional, no que acontece além das nossas fronteiras, esse jornal tem demonstrado ser um autêntico veículo a serviço da desinformação, da alienação, enfim do totalitarismo que tão farisaicamente diz combater. Chegamos a essa conclusão porque os acontecimentos do seu desagrado ou fora dos seus interesses, são grosseiramente desvirtuado e deformados em suas páginas.

Durante o período do presidente Allende no Chile, O Estado gastou muita tinta e espaço acusando aquele governo de ditatorial, de ser o protótipo de um governo antidemocrático. Entretanto, a história demonstrou ter sido exatamente o excesso de permissividade existente naquele país na época da Unidade Popular, um dos motivos determinantes do seu fracasso. Pois os inimigos de Allende encontraram no ambiente de liberalismo existente até então, o campo fértil para as suas maquinações, sabotagens e conspirações. O jornal Mercúrio, dia após dia, fazia a mais selvagem campanha ao governo constitucional, conclamava à subversão e ao golpe. Nem por isso, em nenhum momento foi censurado ou fechado.

A organização fascista Pátria e Liberdade, com exceção de uns poucos líderes que no final sofreram algumas restrições ou punições, não por causa de suas posições políticas, mas em virtude de terem cometidos atos criminosos como roubos, assassinatos etc., tinha seus militantes atuando à luz do dia e às vistas das autoridades da época sem serem molestados ou devidamente reprimidos. Mesmo assim, o Estadão vivia cotidianamente derramando lágrimas de crocodilo pela sorte da democracia "esmagada" no Chile até 11 de setembro de 1973. O seu correspondente em Santiago, Abrahan Santibanez, enviava diariamente, relatos sensacionalistas e injuriosos sobre a situação chilena naquela época.

O menor acontecimento, o mais insignificante, ganhava o maior destaque nas folhas de O Estado, desde que fosse negativo para o governo da Unidade Popular. Vem o golpe sangrento de 11 de setembro, com todas suas manifestações brutais, onde não digo a democracia, mas os mais elementares direitos humanos foram reduzidos a escombros. Bem, esses fatídicos acontecimentos não mereceram do matutino paulista mais nenhuma atenção. O liberalismo, o democratismo dos mesquitas foram silenciados diante da tragédia chilena com seus milhares de fuzilamentos sumários, prisões, deportações e toda sorte de arbitrariedade cometidas pela junta militar que hoje oprime o país irmão. Para o Estadão, parece que a partir do golpe de 73, o Chile transformou-se numa Suíça de democracia, nem mais um problema, o "caos" antes existente, como num passo de mágica, foi imediatamente vencido, as coisas entraram "democraticamente nos eixos". O Abrahan Santibanez, continua mandando seus relatos, suas "reportagens", só que agora, sobre "projetos impactos" decretados pelo regime pinochetiano.

O pior é que a história está nesse momento a se repetir. Dessa feita é Portugal o alvo preferido dos mesquitas para as suas calúnias e falsificações. A partir do momento em que Marcelo Caetano foi apeado do poder e principalmente após a queda do golpista Spínola, o jornal paulistano revolveu todo seu ódio e veneno para serem usados contra o país luso. Surge novamente o Abrahan Santibanez, encarnado na pessoa de um tal Santana Mota e a lenga-lenga voltou com as mesmas características. Não há um só dia em que esse jornal não encha suas páginas com as "notícias" sobre a situação portuguesa, por mais descabeladas que sejam. Mesmo se tratando de um país emergido de 50 anos de ditadura fascista que deixou profundas marcas e uma herança traduzida numa grave crise econômica, social e política, criando por isso grandes dificuldades aos atuais governantes portugueses, assim mesmo o Estadão não tem a menor contemplação, mete a pecha de ditatorial às mínimas medidas saneadoras ou acauteladoras encetadas pelo governo ou pelo MFA. Se por exemplo, lá é preso algum marginal por defecar numa via pública, imediatamente vem o Santana Mota e seus confrades de cá chorarem pitangas e protestarem contra esse "ato arbitrário" dos capitães lusos!

O leitor menos avisado, fica com a impressão ter Portugal em pouco mais de um ano se desfigurado, deixado de existir como nação soberana, tornado uma ilha de caos e barbárie totalitária. Embora, seu correspondente em Lisboa esteja pelo que se sabe através dos artigos que ele nos envia, gozando até agora da mais inteira liberdade de expressão e opinião, inclusive para caluniar e fomentar dificuldades externas para Portugal. O mesmo jornalista que antes de 25 de abril, lembro-me bem, chamava os movimentos de libertação das colônias portuguesas que conquistaram suas independências por meio de muita luta, lágrimas e sangue, de "terroristas" ou "marginais bandoleiros". Ele que chegou a cantar loas ao regime salazarista, está agora a se afligir com a "falta de liberdade" existente na pátria lusa. É natural que esse indivíduo conte com o respalde dos patrões do "Estadão", do contrário ele não teria tanta cobertura.

Portanto, são farinha do mesmo saco. Na verdade eles queriam já que não era mais possível salvar o decomposto regime salazarista, que o memorável 25 de Abril o substituísse por um outro governo de direita com uma fachada liberal e que mantivesse os nefastos privilégios de uma minoria afortunada a custa da miséria da grande maioria da população portuguesa há tantos anos submetida a espoliação a mais desavergonhada. Seus sonhos porém, foram desvanecidos a partir da queda do golpista Spínola. Diante do avanço irreversível da revolução em Portugal, os mesquitas e seus comparsas não poupam energias em apelos a uma agressão externa ou no mínimo a pinochetização desse país amigo. Nunca vi "liberais" tão sanguinários.

Por que não são sinceros, definindo-se como homens de direita, reacionários mesmos, enfim por que não deixam de quererem enganar o povo, com falsas posições? Será por covardia ou oportunismo político? O certo é que pelo menos aos mais esclarecidos ou de inteligência mediana, estes senhores não conseguem mais ludibriar. Preocupa-me contudo, a existência de amplas camadas da população que por falta de condições, experiência ou perspicácia ainda não conseguem ler as notícias nas "entrelinhas" e tirarem suas próprias conclusões. É esse setor do povo que o veneno da imprensa desonesta e tendenciosa causa os maiores prejuízos e infelizmente reconhecemos o grande poder de penetração e deformações exercidos por ela em amplas camadas da opinião pública.

Ubiratan Índio do Brasil
São Paulo – SP

TRIBUNA LIVRE

O CONTO ATÔMICO

ROSALICE FERNANDES PEREIRA

Tomando como base os comunicados oficiais, os "press-release" e as notas dos colunistas amestrados podemos concluir que com o propalado acordo atômico o Brasil comprou ingresso definitivo para o reino dos céus. Agora somos duas vezes auto-suficientes. Já éramos em petróleo com as descobertas de Campos e agora, também o somos em energia nuclear, face ao "acordo atômico". Com isto garantimos para nossos netos – ou serão bisnetos? –, uma pátria justa e feliz.

Pelo menos em matéria de milagre a safra de atuais governantes é bem mais comedida e cautelosa do que os "milagreiros" da safra anterior. Se não podem gozar da gratidão de seus contemporâneos, pois os frutos são prometidos para o ano 2000, também não estão submetidos aos vexames, desprezos e ao ridículo da última safra de "milagreiros".

Disso tudo apenas uma coisa nos intriga: por que tanta preocupação com o futuro e tanto desprezo com o presente? Será porque assim o presidente Geisel ganhará um lugar definitivo na história como o homem que tornou o Brasil auto-suficiente em energia!

Se assim é, temos uma sugestão a dar ao nosso presidente. Para garantir um lugar na história existem portas muito mais largas e acessíveis, das quais a mais em evidência é a das liberdades democráticas. Nenhum presidente terá na história um lugar tão destacado quanto o que devolver ao povo brasileiro o que lhe é devido: democracia e liberdade. Mas se o presidente Geisel não quiser entrar para a história por esta porta, face aos já tão candentes "contrapressões" (sem pressões diga-se de passagem), existem outras, que ainda estão bem abertas, como por exemplo a da reforma agrária. Temos certeza que o presidente brasileiro que fizer uma verdadeira e definitiva reforma agrária, proporcionando ao povo do interior acesso ao trabalho e à subsistência, terá tranquilamente o seu lugar garantido na história. Como também terá o que nos livrar dos trustes e dos espoliadores estrangeiros.

Por estas razões não compreendemos o porque de tanta preocupação com o futuro. Dos problemas presentes o único que o governo ataca seriamente é o dos transportes e mesmo assim porque os usuários da Central do Brasil "descobriram" um meio de serem ouvidos.

Mesmo garantido para o futuro, as vitrinas luminosas e os carros para a classe média, o tal acordo atômico, como o seu parceiro petróleo de Campos, não resistem a uma confrontação com os verdadeiros e urgentes problemas brasileiros.

Se fez muito barulho, talvez com a intensidade de uma bomba atômica, em termos de resolução de problemas o tal acordo atômico soa para o povo como um conto. Um conto atômico.

ORAÇÃO AO ESPÍRITO SANTO

Espírito Santo você que me esclarece tudo que ilumina todos os caminhos para que eu atinga o meu ideal você que me dá o dom divino de perdoar e esquecer o mal que me fazem e que a todos os instantes de minha vida está comigo, eu quero neste curto diálogo agradecer-lhe por tudo e confirmar mais uma vez que eu nunca quero me separar de você Por maior que seja a ilusão material, não será o mínimo da vontade que sinto de um dia estar com você e todos os meus irmãos na glória perpétua. Obrigado mais uma vez.

(A pessoa deverá fazer esta oração 3 dias seguidos sem dizer o pedido. Dentro de 3 dias será alcançada a graça por mais difícil que seja).

Publicar assim que receba a graça.

PMP agradece a graça recebida.

CRÍTICA

DIRETOR
GERARDO MELLO MOURÃO

DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Erivan França

CHEFE DE REDAÇÃO
I.L. de Alencar

ADMINISTRAÇÃO
Gerente Administrativa
T. C. Santos

PAGINAÇÃO:
Maria José da Silva
CAPA: Wagner

PUBLICIDADE
Av. Rio Branco, 156 – 12° and.
sala 1222, tel. 242-7395

ASSINATURAS

– Brasil: um ano	Cr$ 200,00
6 meses	Cr$ 100,00
– Exterior: um ano	US$ 50,00
6 meses	US$ 30,00

- Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.
- A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO.
Arca Editora e Gráfica S.A.
Rua Equador, 702, Rio (RJ)
Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO:
Superbanca Distribuidora de Jornais, Revistas, Livros e Material de Propaganda Ltda.
Rua do Resende, 18 – Rio – RJ.
Tel. 222-2316 e 222-8597

CRITICA
E propriedade da Editora Crítica Ltda.
Av. Rio Branco, 156, 12° andar,
sala 1222, telefone 242-7395

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

UM ANO DE CRÍTICA

UM ANO na vida de uma pessoa é apenas o início da infância. Na vida de um jornal é a conquista da idade adulta. Crítica completa hoje um ano de existência. Na palavra de apresentação de seu primeiro número dizíamos: "Sendo um jornal a serviço da cultura, há de estar, por isto mesmo, a serviço da inteligência e, pois, da política. Até porque os que o fazemos estamos certos de que o exercício da política é, sobretudo, um direito da inteligência. Mais do que isto: sua tarefa e seu privilégio, não estando longe o dia em que todos os povos do mundo se encontrem, finalmente, com esse direito, essa tarefa e esse privilégio."

Certa de que as armas da inteligência e das idéias são mais poderosas e mais permanentes que os efêmeros instrumentos da força e do arbítrio, Crítica fez sua primeira campanha política no sentido de aliciar o povo brasileiro para o episódio eleitoral de 15 de novembro passado, numa veemente campanha contra o voto branco e nulo. Levantou a bandeira do Movimento Democrático Brasileiro, num momento em que aguerridos grupos de esquerda contestavam a validade do processo eleitoral e pregavam abertamente a abstenção. Sustentávamos a tática da votação maciça nos candidatos oposicionistas, dentro da estreita faixa de legalidade permitida pelo sistema. Os resultados das urnas provaram o acerto de nossas posições.

A fragilidade de um sistema que se demitiu da vocação do povo brasileiro, ao fundar-se no arbítrio dos Atos Institucionais, ficou evidente diante do pronunciamento de dois terços do eleitorado que sufragaram os candidatos majoritários da oposição. Assim, a restauração do estado de direito pode e deve ser alcançada pelos caminhos ainda legais.

A VITÓRIA do MDB, que foi uma vitória do povo brasileiro, é, portanto, também uma vitória deste jornal que, com sua tiragem de mais de 40 mil exemplares, desde o primeiro número, concentrou uma ostensiva promoção da legenda do MDB, especialmente naquelas áreas em que a vitória oposicionista seria mais expressiva, como no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, em São Paulo, no Rio, no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais e no Paraná. Com o sufrágio de nossa campanha, com os estudantes e os trabalhadores distribuindo pelas ruas edições de Crítica, o povo brasileiro levou ao Senado alguns dos maiores homens públicos deste país, um Paulo Brossard e um Marcos Freire, para não citar todos os dezesseis senadores eleitos pelo MDB.

Na Guanabara, sustentamos com ênfase especial a candidatura deste brasileiro puro e exemplar que é Lysâneas Maciel, cuja bravura e cuja generosidade cívica só não são maiores do que o despeito e o rancor dos incompetentes e dos inimigos dos direitos humanos, cuja insídia serve, de resto, para dar maior realce a essa presença singular da vida pública brasileira.

Lutamos em todas as frentes e em todos os Estados para o fortalecimento dessa frente ampla da democracia que é o partido presidido pela honra, pela bravura e pela inteligência deste outro homem público de primeira grandeza, que é o deputado Ulisses Guimarães, cujo comando conta com figuras excepcionais, como Thales Ramalho, na secretaria geral, e Laerte Vieira e Franco Montoro nas lideranças do Senado e da Câmara.

Sustentamos ainda a luta em defesa da Petrobrás, ameaçada por solertes manobras do capital estrangeiro. Tivemos, nesse passo, a colaboração do saudoso companheiro Jesus Soares Pereira, cuja memória nos inspira e conforta na batalha que estamos agora travando contra a pirataria dos contratos de risco que rondam a segurança do monopólio estatal do petróleo.

Ao lado do lúcido e corajoso deputado Alencar Furtado deflagramos a luta contra as multinacionais. Das denúncias que aqui publicamos se incorporaram os primeiros documentos que serviram à constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara Federal para apurar a ação nefasta dos agentes do capital colonizador contra nosso país. Daqui partiram também as patrióticas denúncias formuladas na tribuna da Câmara pelo bravo deputado Jerônimo Santana contra a corrupção e o crime em Rondônia, determinando o afastamento do ex-governador daquele território.

No terreno cultural, a mais das secções permanentes que tratam, em nossas páginas, dos problemas de letras e artes, fomos os responsáveis pela campanha promovida por esse admirável José Aparecido de Oliveira no sentido de salvar da ruína a cidade do Serro, uma das mais valiosas relíquias de nosso patrimônio histórico e artístico.

O CUSTO de vida, a verdade salarial, o assalto à riqueza do país pelos grupos estrangeiros, a liberdade de imprensa, a defesa das vítimas da repressão ilegal, a liberdade sindical, a revogação do AI-5, do 477 e de todo o entulho de ilegalidades do sistema – são temas constantes de nossas edições. Por isso, os jovens, os estudantes, os trabalhadores, os homens de cultura – o povo democrático deste país – têm sustentado este jornal que hoje completa um ano. E que não sendo uma empresa comercial mantida por grupos econômicos, é uma empresa da vontade democrática da nação, mantida pela solidariedade de todos quantos se batem pela vontade de viver numa pátria democrática, na dignidade de um estado de direito, que é nossa meta e nossa esperança. E aqui repetimos as palavras de nosso primeiro editorial: "...as pessoas e os fatos que justificarem e estimularem essa esperança – estejam onde estiverem – nos terão a seu lado. Os outros – não."

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

OS CAMINHOS DO FUTURO

Próceres do MDB anunciam para logo depois da eleição dos comandos partidários reexame na estratégia política, com a participação da representação parlamentar no Congresso. O objetivo é ajustar o comportamento da oposição à realidade emergente e adequá-lo aos apelos da temática que inspirou a transformação da sua posição de partido consentido em instrumento a serviço da revitalização democrática.

O anúncio desse propósito corresponde, sem dúvida, ao princípio de que a política é arte do possível na perseguição às metas desejadas. O divórcio entre a realidade e a ação partidária, tendo em vista os objetivos definidos, conduz inevitavelmente a um enfraquecimento político de cuja debilidade o partido sofre conseqüências, por vezes ou quase sempre irrecuperáveis. E quando isso ocorre com um partido de oposição, a perda de substância se aprofunda e se amplia, desgastando a ação política, quer na dinâmica que a deve presidir, quer quanto ao aprimoramento e funcionalidade do mecanismo institucional, cuja fiscalização lhe cabe, sob encargos maiores.

A direção do MDB, que conduziu o partido até aqui, deve oferecer às lideranças um balanço das suas atividades, como ponto de partida para o remanejamento da estratégia, para o reajuste do seu comportamento diante da realidade brasileira.

Quem se der ao trabalho de examinar a condução do MDB do ponto inicial à situação a que chegou, com a conquista da sensibilidade popular para os problemas nacionais, tendo em vista as suas diretivas, há de concluir com isenção que o partido soube situar-se no lugar que lhe é destinado no quadro político global. As urnas o sagraram, de fato e de direito, como agremiação oposicionista, outorgando-lhe um mandato que transcende às perspectivas ideadas para o resultado. Disseram as urnas, de modo claro e irretorquível, que o MDB não era mais o partido consentido de um artificialismo institucional em transição, mas uma agremiação na qual milhões de brasileiros se abrigavam, esposando os seus princípios. Daí, necessariamente, uma revisão estratégica, que o torne capaz de exercer o direito legítimo que é o objetivo final dos partidos – a conquista do poder.

O acionamento da máquina partidária, fundada nas bases que lhe emprestam vida e força dinâmica, deve ser exercido por lideranças naturais, de acurada sensibilidade, para adequar-se aos anseios e aspirações nacionais.

O domínio de cima para baixo não constrói as resistências necessárias aos debates, nem permite a solidez do diálogo, componentes fundamentais à vivência democrática. As lideranças naturais surgem de baixo para cima presidindo um comportamento que tenha a necessária capacidade de mobilização de acordo com os apelos emergenciais e resguardando pressões e contrapressões que dificultem a sua caminhada.

Ulisses e Thales

Os dois líderes que a oposição colocou na direção dos postos chaves da agremiação, Ulisses Guimarães, na presidência, e Thales Ramalho, na secretaria geral, são nomes da mais alta respeitabilidade, não só entre os correligionários, mas no panorama político brasileiro pela maneira com que, pelo apoio dos liderados, souberam conduzir o partido até a consagração das urnas de novembro. O trabalho por eles empreendido, com o decidido apoio do partido, oferece um saldo positivo, não só para a agremiação a que pertencem, mas às instituições democráticas, respondendo aos desafios políticos com indiscutível sensibilidade política. Tendo agora mais de um terço na Câmara e bancada do Senado respaldada por uma vitória majoritária que enobrece o desenvolvimento político do país, o MDB encontrou nos dois correligionários as lideranças certas para os momentos difícies que viveu, para os entreveros em que se debateu, no sentido de conduzir a nação à confiança nos seus destinos democráticos.

Ulisses Guimarães: uma nova estratégia para a chegada ao poder

Por certo conta a oposição com um quadro de lideranças que faz jus à posição que ocupa no cenário político, lideranças essas que no primeiro período da atividade parlamentar deste ano mostraram ao país fidelidade aos princípios consagrados no prélio eleitoral.

Entregando-se ao debate dos problemas nacionais na ofensiva, que é o seu dever político, mostraram o acerto da direção partidária, que esta soube conduzir com inegável equilíbrio e indiscutida acuidade política o partido consentido para uma agremiação aguerrida, identificada com as aspirações nacionais. Nessa campanha cheia de espinhos e plena de contratempos saliente-se, por sua importância e vitalidade, conjugada à certeza de que não estava semeando em terreno estéril e a humildade do sacrifício do presente por um futuro mais condizente com a vocação democrática do povo, a campanha do anticandidato, na qual Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho levaram aos quatro cantos do país a palavra de uma realidade política transitoriamente adormecida, despertando a nação para a revitalização do processo democrático.

Os frutos viscejaram nas urnas de novembro, mostrando um povo participante, uma nação confiante, um país no reencontro da sua vocação política.

No momento em que se renovam os diretórios da oposição, em que se processa a rotatividade da máquina partidária, justo é reconhecer-se esse trabalho que ficará na história política deste país como exemplo de fidelidade a princípios institucionais adequados às exigências do Estado moderno.

Prova de vitalidade a que chegou o MDB são as convenções que se realizam, como a do Rio Grande do Sul e a de São Paulo, o encontro dos seus prefeitos, como os 55 de Santa Catarina, em Lages. As exceções, em número reduzido, confirmam que o MDB se encontra plenamente cônscio das responsabilidades crescentes que lhe pesam aos ombros, na etapa que agora se inicia.

Atividade Política

O semestre que agora se inicia propicia-se pleno de debate político, de exame e debate dos problemas nacionais.

Em primeiro lugar, o anunciado pronunciamento do Presidente da República que, segundo informações de fontes responsáveis, falará sobre os problemas político-institucionais e a obra que vem realizando. A seguir, a escolha do Presidente da Arena. Depois, a renovação das direções partidárias, para então cuidarem dos necessários reajustamentos tendo em vista a realidade nacional.

Daí, então, a ação bifurcada entre o debate parlamentar e as eleições municipais. Vê-se, assim, que a democracia encontra nesta pauta elementos essenciais à sua dinâmica, participante o povo na definição de metas, identificação de anseios.

O Congresso, como caixa de ressonância dos apelos nacionais, tem a sobrecarga de problemas da mais alta importância para a vida brasileira, de que valem citados o encerramento dos trabalhos da CPI das multinacionais, com a adoção dos pontos cardeais que devem nortear uma política nesse sentido, e a votação dos códigos colocados sob seu exame.

Será, sem dúvida, um período em que a nação encontrará os caminhos da sua participação valiosa e indispensável, livre e soberana.

O MDB já vem mostrando, a bom mostrar, a realidade de um desempenho à altura das suas responsabilidades. Cabe, então, à Arena reencontrar-se com a sua missão de partido político que procura a revitalização democrática, sem o fisiologismo que deforma nem o radicalismo que gera distorções, de modo a atender ao desafio que lhe é imposto.

HUMBERTO ALENCAR

PORTO ALEGRE

ENCONTRO NACIONAL DOS JOVENS DO MDB

Encontra-se instalado desde ontem em Porto Alegre o Primeiro Encontro Nacional da Juventude do MDB. O acontecimento reveste-se da maior importância, reunindo as secções regionais de todo o país, do Movimento da Juventude do MDB, que no Rio Grande do Sul é presidido por Paulo Ziulkoski. Ao encontro de Porto Alegre estarão presentes todos os deputados federais e estaduais do MDB do Rio Grande do Sul, além do senador Paulo Brossard e líderes de outros Estados como o deputado Laerte Vieira, e os senadores Saturnino Braga e Orestes Quércia.

A reunião de Porto Alegre, além dos debates sobre a situação do país e a participação dos jovens na luta pela restauração do estado de direito, fixará a data para a convocação de uma convenção nacional dos jovens do MDB, a realizar-se ainda este ano.

A presença do presidente do partido oposicionista, deputado Ulisses Guimarães, anteriormente acertada, ficou ontem colocada na dependência do estado de saúde da mãe do parlamentar, que se encontra enferma em São Paulo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A FILOSOFIA DA FRAUDE

O escândalo das contas do DNER, consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União, não teve o desfecho adequado. As simples multas simbólicas impostas a três ex-diretores do órgão são o convite a que fatos como esse se repitam, inclusive em outros setores. As irregularidades já custaram ao país bilhões de cruzeiros e a esperança de que se faça justiça está depositada, agora, nas mãos do Congresso Nacional.

Mário Andreazza: saiu em defesa dos três ex-diretores do DNER punidos timidamente pelo TCU

A ponte Rio-Niterói, cujo custo inicial estava previsto para Cr$ 200 milhões, acabou custando Cr$ 2,5 bilhões; a Rodovia Mineira , entre Realeza e Monlevade, planejada para custar ao Estado Cr$ 1,7 milhões, ficou em Cr$ 132 milhões; outra estrada, entre Aparecida do Norte e São José dos Campos, teve seu custo inicial de Cr$ 13 milhões aumentado para Cr$ 60 milhões; a rodovia Transamazônica, um dos esteios da propaganda oficial, até agora não passa de um intransitável caminho na selva, e a estrada Rio–Santos, projetada para ser uma rodovia turística, já custou ao país Cr$ 4,5 bilhões, não contando com qualquer sinalização, além de ter destruído grande parte da ecologia da região por onde passa.

Além disso, os prazos de entrega das obras não foram respeitados: os sucessivos adiamentos na construção da ponte são conhecidos; a rodovia Mineira, que deveria ser entregue em 720 dias, teve seu primeiro trecho concluído após oito anos e o segundo após nove anos; a rodovia entre Aparecida e São José dos Campos teve a entrega adiada 17 vezes e a duração da obra – 80 quilômetros numa região que não apresentava dificuldades – foi considerado recorde: 2 mil dias.

Foram irregularidades desse tipo, entre outras, que o Tribunal de Contas da União constatou ao realizar uma inspeção extraordinária no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, abrangendo os exercícios de 1967 a 1971 e que constam do parecer do procurador-geral substituto, Sebastião Baptista Affonso, o qual serviu de base ao julgamento que terminou impondo sanções meramente simbólicas a três ex-diretores do órgão: o engenheiro Eliseu Resende, diretor na gestão do então ministro Mário Andreazza, dos Transportes, e seus assessores Lafaiete do Prado e Thomas Landau, que foram multados, respectivamente, em dez, três e um salários mínimos.

Graves Irregularidades

Em seu parecer, o procurador afirma que as "irregularidades apuradas são da mesma ordem em todos os exercícios, sobretudo no concernente aos contratos de obras, razão pela qual havíamos concluído no sentido de que fossem julgadas irregularidades e que, conseqüentemente, fossem os administradores multados, com base no art. 53 do decreto lei nº 199/67, além de outras providências, algumas comuns a todos os processos e outras restritas a cada caso específico".

E aponta as irregularidades:

● os projetos não se ajustavam às exigências reais das obras, ensejando a necessidade de constantes inovações nos serviços contratados, quer quanto ao volume da obra como em relação à propria natureza dos serviços, conforme aponta o laudo da equipe técnica (fls. 53 do TC – 20.374–67);

● o deficit orçamentário, decorrente da realização da receita aquém do previsto nos respectivos orçamentos, foi uma constante, o que obrigava a adoção de expedientes onerosos, para o atendimento dos compromissos assumidos;

● a situação econômico-financeira apresentava sempre um baixo índice de solvência, com resultado patrimonial negativo, revelando sempre um elevado passivo descoberto, um exigível a curto prazo, bem superior ao disponível, um alto ativo pendente referente a despesa em investimentos realizados antecipadamente, entre outras causas;

● a escrituração contábil apresenta-se inconsistente, com um sem-número de falhas e imprecisões, o que tornou bastante difícil o seu exame e a especificação do volume financeiro de gastos indevidos;

● o rol das responsabilidades pendentes é bastante exagerado, sendo grande também o número e os valores, de recursos não comprovados regularmente, nas épocas próprias, decorrentes de subvenções, suprimentos e adiantamentos, com muitos e elevados débitos atribuídos aos diversos responsáveis por tais numerários;

● a entidade custeava a Cooperativa dos Rodoviários Ltda, indevidamente, transferindo-lhe recursos sem amparo legal e, além disso, essa favorecida não apresentava suas contas em bom estado;

● os contratos, de modo geral, eram celebrados com vícios de ilicitude, sobretudo sem suficiente disponibilidade financeira e não publicados no prazo legal, havendo injustificadas prorrogações, com inovações nos serviços e com reajustamentos de preços, nos quais não se demonstrou a adequada aplicação dos índices de correção monetária, em conformidade com critério correto, qual o estabelecido na Portaria nº 132/68 do MF (In D. Of. 22/3/68, pág. 2.381);

● a realização era falha, não só para a realização da receita como quanto à execução das despesas, em razão do que os próprios contratos não puderam ser convenientemente executados;

● as licitações, em decorrência das deficiências havidas, no tocante aos estudos geotécnicos, projetos e especificações das obras a realizar, acarretavam orçamentos imprecisos, com a inclusão superveniente de serviços previsíveis, mas não previstos nos editais, pelo que eles sempre transbordavam dos limites adjudicados;

● os recursos, provenientes de financiamentos externos, deixaram de ser depositados nas contas bancárias próprias, não havendo uma rigorosa vinculação dos numerários com as despesas específicas (em 1970);

● despesas diversas e vultosas foram realizadas por antecipação, sendo regularizadas no exercício subseqüente, sem suficiente justificativa ou respaldo legal (em 1970);

● várias indenizações foram feitas, no equivalente a Cr$75 milhões, inclusive com pagamento ao Consórcio Construtor da Ponte Rio-Niterói, sem ficar suficientemente especificado e justificado quanto aos fundamentos jurídicos e critérios de avaliação (em 1970);

● na cobrança do imposto sobre transporte rodoviário de passageiros, teria havido uma diferença da ordem de Cr$6.310.304,98 (não esclarecida), além da aplicação de parcela de Cr$21.985.307,35 em despesas alheias à destinação específica (em 1970), não tendo sido observado o disposto no art. 6º do dec.-lei nº 142/67, quanto à aplicação do Fundo Rodoviário Nacional, nem foi comprovada a aplicação de transferências feitas ao "Fundo Aeronáutico", na forma do disposto no dec.-lei nº 859/69;

● considerada a importância de Cr$563.970.000,00, sob o título de "Antecipação de despesa", na estimativa da receita orçamentária para "Operações de crédito" (em 1970);

● deficiente fiscalização por parte dos distritos rodoviários quanto à aplicação dos recursos transferidos com municípios, com destinação específica;

● os limites fixados para o porto de Paranaguá, a conta do contrato com o BID foram ultrapassados em 17,6% (em 1970);

● dispensa de licitação, para compra de tratores, sem haver nos autos elementos que permitam auferir razões de "exclusividade" e outras para serviços de consultoria, que além de não configurada a hipótese de "notória especialização", importou preterição de empresas nacionais, com infração à norma contida no decreto nº 64.345/68 (em 1970);

● fracionamento de despesas para fugir à modalidade específica da licitação;

● no contrato de financiamento à conta do Fundo do Café houve uma diferença a menos no saldo da ordem de Cr$1,5 milhão (exercício de 1970, fls 16).

Questão de Filosofia

Em 1971, quando o então ministro Mário Andreazza lançou à Câmara dos Deputados seu desafio no sentido de "que se aponte um só ato relacionado com a Rio-Niterói que não se encontre rigorosamente dentro da lei e da finalidade administrativa de defesa dos interesses públicos", certamente não esperava por essa atitude da procuradoria geral e, muito menos, pela do Tribunal de Contas da União.

Esqueceu, certamente, de que sua administração não compreendia somente a ponte Rio-Niterói, caso contrário o desafio teria abrangido não somente essa obra, mas todo o complexo de obras realizadas sob a sua responsabilidade, muito embora os fatos já citados não excluam a Rio-Niterói das "irregularidades" constatadas pelo Tribunal de Contas.

Em entrevista ao Jornal de Brasília (12/6/75) logo após a divulgação das penalidades aos três ex-diretores do DNER, disse Andreazza que "o que argüiu aquela corte se situa, apenas, no campo de como aplicar certos preceitos legais relacionados a questões de natureza jurídico-formal e de conteúdo filosófico, sobre técnicas e sistemas de administração".

Com o que parece não concordar o TCU, quando recomenda sanções aos implicados "além de outras providências, algumas comuns a todos os processos e outras restritas a caso específico". As irregularidades já citadas, segundo um dos ministros do TCU, Mauro Renault Leite, "retirados ao acaso dos autos, sem um exame mais demorado" por si só já justificavam providências mais enérgicas do que simples multas simbólicas.

A esperança de que as contas do DNER não se transformem em mais um escândalo insolúvel deste país está depositada no Congresso Nacional que, após conseguir desencalhar um projeto de lei que se arrastava há oito anos (nele está estipulado que "o Congresso Nacional, através da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, exercerá a fiscalização financeira e orçamentária da União") terá de dar a última palavra sobre o caso.

Somente ele poderá determinar as sanções que o escândalo merece e que o TCU não teve coragem de fazê-lo.

S. M.

O CANSAÇO DO PRESIDENTE DO BNH

Parlamentares de todo país têm veiculado queixas e críticas à política do Banco Nacional da Habitação. Não só quanto à sua operatividade, bem como ao seu relacionamento com os mutuários e a qualidade das unidades residenciais financiadas. Entre eles, destaca-se o deputado Jorge Uequed (MDB-RS), cujas declarações à Crítica pintam bem um quadro do fracasso do Plano Nacional de Habitação.

Maurício Schulmann: Banco da Habitação cego, surdo e mudo

Conjunto habitacional: desmanchando-se como se fossem de açúcar

C – O deputado vem fazendo restrições ao comportamento do BNH, quanto aos seus objetivos em defesa dos mutuários. Quais são essas restrições?

JU – Fiz pronunciamento na Câmara a esse respeito, pois conheço de perto esses problemas, no meu Estado, o Rio Grande do Sul. O presidente do BNH se confessa cansado das críticas que a opinião pública vem sistematicamente dirigindo a essa entidade financeira, que hoje é responsável não apenas pela captação e distribuição de recursos destinados à construção de conjuntos habitacionais, mas também, basicamente, pela aplicação da política governamental definida para o respectivo setor econômico. Foi ao manifestar seu cansaço que o sr. Maurício Schulmann desabafou diante de 300 empresários da construção civil, dizendo textualmente: "Quando um carro está com defeito, o comprador nunca vai reclamar ao banco que financiou a compra do veículo. Ele vai direto à concessionária ou ao fabricante. Mas, quando uma casa não está em boas condições, no Brasil há o estranho hábito de procurar o BNH, que não construiu, não contratou, não escolheu os materiais de construção, não aprovou o projeto, nem concedeu o habite-se."

Afinal, que faz o BNH? Na opinião de seu presidente, essa entidade permanece no seu lugar, na posição de um banco, cego, surdo e mudo, que se limita a liberar créditos à medida que o solicitam as Cohabs e todas as companhias construtoras regularmente inscritas no cadastro bancário, independentemente de averiguar se as unidades foram bem projetadas e bem construídas, se há a indispensável infra-estrutura para que elas possam ser ocupadas, enfim, se o agente financeiro, que o próprio presidente do BNH reconhece ser faltoso em casos muito freqüentes, agiu corretamente ao reivindicar o apoio oficial e se cumpriu com suas obrigações diante do comprador das unidades.

Considerando a onipotência financeira do BNH, esse desabafo do seu presidente soa como acorde desafinado de um grande órgão em que poderiam ser executadas belas melodias. Em primeiro lugar, não é possível nem aceitável, um ocupante de importante cargo administrativo do governo cansar-se das críticas que lhe fazem. Se estas se repetem com insistência, é porque há sobra de razões para isso. E todos sabem que o comprador das unidades financiadas pelo BNH tem muitas e fundamentadas razões para se queixar. A quem não importa aquilo que lhe foi vendido com o aval do governo.

Descendo à comparação escolhida pelo sr. Maurício Schulmann, a da venda do automóvel, diríamos que as coisas não se passam exatamente como relata o presidente do BNH, pois entre este estabelecimento oficial de crédito, que um mínimo de tirocínio administrativo jamais deixaria cego, surdo e mudo, e o comprador das unidades residenciais há um vínculo de responsabilidade, em nada diferente daquele que se configura entre o fabricante e o comprador do automóvel. Neste caso, como no do BNH, o comprador se sente espoliado e é natural que se dirija à entidade que em todos os pronunciamentos oficiais e em toda a publicidade oficial é apontada como sendo a responsável pela política habitacional no país.

Insistindo ainda no caso dos bancos que financiam automóveis, é necessário levar em conta, para sermos precisos, que esses estabelecimentos não se responsabilizam publicamente pela produção de veículos. Ao contrário, permanecem na sua condição de agente financeiro cego, surdo e mudo, deixando às fábricas de automóveis a vantagem ou o ônus decorrente da boa ou da má qualidade dos seus produtos. Perguntar-se-ia ao cansado presidente se conhece os objetivos da política habitacional, pois ela tem cunho social e não mera finalidade lucrativa ou de possibilitar lucros indevidos a terceiros, com o fornecimento de construções de péssima qualidade.

C – Poderia oferecer exemplos concretos a este respeito?

JU – Claro. O exemplo revoltante do Jardim Igara, no município de Canoas, no RS, cujos prédios estão ruindo, desmanchando-se como se fossem construídos de açúcar, está aí. As paredes rompem-se, o assoalho cede, o teto desaba, e a fiscalização do BNH, esta entidade metafísica parece criada apenas pela imaginação sonhadora dos compradores, nada vê, nada atende, sequer procura examinar, que dirá determinar providências e punir os aproveitadores.

É necessário que alguns se conscientizem que a política habitacional não foi criada para gerar um banco e com ele a tranqüila e opulenta função de novos banqueiros. É necessário corrigir as deficiências e ter-se em conta que o BNH existe em razão dos mutuários e não das construtoras ou de fornecedores de material, pois estes não reclamam quando fornecem materiais de má qualidade. É hora dos que querem corrigir e não dos que querem lamentar-se. Mas, na opinião do banqueiro, presidente do BNH, a quem os compradores lesados vão reclamar?

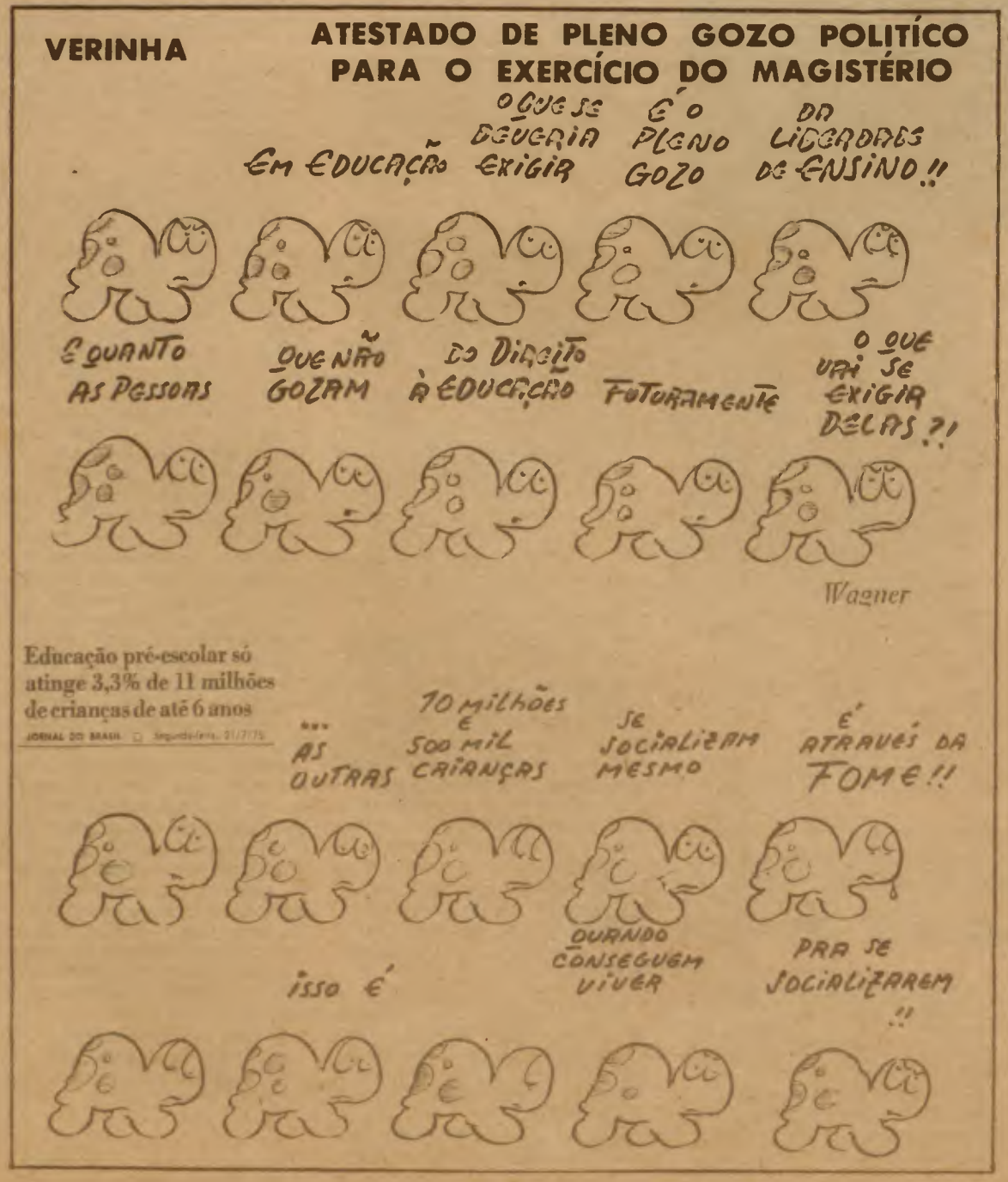
C – Mas há outras críticas quanto ao comportamento da política habitacional operada pelo BNH...

JU – O BNH e a política habitacional têm recebido reiteradas críticas.

Críticas pela elevação das prestações com a correção monetária, criando graves problemas sociais para os assalariados que um dia sonharam com a casa própria. Críticas pela sua omissão no que respeita à péssima qualidade de alguns prédios, a tal ponto que, quando o mutuário terminar de pagar, o prédio já não mais existirá. Críticas pelo não pagamento dos juros e correção monetária das contas do FGTS. Saliente-se que só em 31 de dezembro de 1975 o BNH creditará na conta dos empregados os juros e a correção monetária referente ao ano de 1974. Quem for despedido ou demitir-se da empresa antes daquela data, estará lesado, pois perderá os juros e a correção. E a lei não diz isto.

Na reunião com empresários da construção civil, o presidente do BNH perdeu a oportunidade para reclamar de alguns péssimos empresários, que desmoralizam a classe, que, na ânsia de maiores e inescrupulosos lucros, entregam imóveis com materiais de qualidade inferior à prometida ou contratada, com isso lesando o patrimônio dos mutuários. Deveria o presidente solicitar dos empresários que tais fatos vergonhosos não voltassem a acontecer, pois causam grandes prejuízos ao país.

Esta parece ser uma nova crítica, que deverá cansar ainda mais o sr. Maurício Schulmann, mas não é possível aceitar para o BNH uma posição passiva diante dos gravíssimos problemas que se acumulam nessa área, sob pena de correr o governo federal o risco de virem os mutuários a se cansar definitivamente do Plano Nacional de Habitação, como, aliás, tem ocorrido freqüentemente em relação a muitos conjuntos mal construídos à sombra de um BNH complacente, cego, surdo e mudo.



O CARDEAL E O MARXISMO

ROLAND CORBISIER

NO Jornal do Brasil, de 12 e 19 do mês corrente, d. Eugênio de Araujo Sales, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, escreveu dois artigos sobre o marxismo que merecem um comentário especial. Merecem um comentário especial não só por terem sido escritos por um cardeal-arcebispo, mas também por tratarem do marxismo, revelando, por parte do autor, honestidade intelectual e propensão ao diálogo, virtudes muito raras entre os anticomunistas brasileiros. Em matéria de anticomunismo, estamos acostumados às diatribes dos panfletários e dos energúmenos que, periodicamente, em artigos, entrevistas, proclamações e manifestos, não trepidam em revelar ao público a sua indigência cultural e a mais completa ignorância e incompreensão do assunto. Para não falar, naturalmente, na má-fé dos que fazem do anticomunismo profissional a ideologia dos interesses que não podem confessar. Acostumados ao anticomunismo demagógico, primário e policialesco, não nos poderíamos deixar de surpreender com os artigos de d. Eugênio Sales que revelam equilíbrio, ponderação e desejo de compreender as teses das quais discorda.

O ponto de partida das considerações do cardeal é a verificação de um fato, "o avanço do marxismo" ou "o crescimento do marxismo no mundo". Esse avanço, ou esse crescimento, diz d. Eugênio, "causa inquietação a muitos, de modo especial aos que temem perder privilégios frequentemente injustos". Reconhecer, verificar que há um avanço, ou um crescimento do marxismo no mundo, é registrar um dado histórico. Dizer, porém, que esse avanço preocupa especialmente os que temem perder privilégios injustos, é reconhecer, implicitamente, que o marxismo inclui uma reivindicação de justiça, na medida mesma em que ameaça os privilégios injustos. Para d. Eugênio, no entanto, o marxismo, embora esteja avançando e crescendo no mundo, é uma "filosofia errônea", cujos adeptos "julgam com base em critérios insustentáveis".

QUAL será, porém, a causa desse avanço, ou desse crescimento? A injustiça social? "A explicação completa, diz d. Eugênio, é mais ampla". E, a seguir, aponta, além da injustiça social, a "limitação das liberdades fundamentais" e a "mera repressão" que se torna, geralmente, "forte aliado do adversário". Sem mencionar o nome do país, o cardeal alude, como exemplo de sua tese, ao caso de Portugal, onde "após quase meio século de regime forte", o marxismo "emerge como a maior força organizada da nação", o marxismo, quer dizer, a ideologia que "fora objeto de ostensivo controle". Segundo o cardeal, portanto, o avanço do marxismo é explicável pela injustiça social e pela limitação das liberdades fundamentais, isto é, pela repressão.

Mas, que é o marxismo? O cardeal não nos diz, obviamente, o que é o marxismo, essa filosofia que, embora "errônea", está avançando e crescendo no mundo. Aponta, no entanto, "elementos válidos" da "análise marxista da ordem capitalista", que se "identificam com posições assumidas pela igreja". E, quais são esses "elementos válidos" que coincidem com as teses da igreja? São, por exemplo, "a igualdade entre todos os homens, a função social da propriedade particular, a justa distribuição da riqueza, a igual oportunidade de acesso aos bens comuns, a luta contra a injustiça". Mas, não serão essas teses fundamentais e, se há um acordo em relação a essas teses, não haverá coincidência em relação ao fundamental?

Essas teses, porém, que, segundo o cardeal, são comuns entre o marxismo e a doutrina da igreja, não podem ser apenas formuladas vagamente, mas devem ser explicitadas com rigor. A igualdade entre os homens não comporta discussão, pois ninguém ousaria sustentar, nos dias que correm, que os homens são "por natureza" uns senhores e outros escravos, como fizeram Platão e Aristóteles, no século IV antes de Cristo. Não basta, porém, afirmar em abstrato, ou na mera letra da lei, a igualdade de todos os homens, se o sistema em que os homens vivem, o capitalismo, promove, pela lógica do seu funcionamento, a desigualdade econômica e social e consequentemente política. Também não basta sustentar, em tese, a "função social da propriedade particular", sem distinguir a propriedade privada dos meios de produção da propriedade privada dos bens de consumo. Qual das duas propriedades deve desempenhar uma função social? Excluída a segunda, isto é, a propriedade dos bens de consumo, casa própria, móveis e utensílios etc., resta a primeira, dos bens de produção.

Mas, em que poderia consistir a função social da propriedade privada dos bens ou dos meios de produção? Se essa apropriação é privada, ou particular, é capitalista, e sua função, de acordo com a lógica do sistema, é proporcionar lucros aos capitalistas, isto é, aos detentores do capital. Lucros esses que consistem, como é sabido, na apropriação da parcela de trabalho não paga, quer dizer, da mais valia. Qual poderia ser, portanto, conservando-se o sistema capitalista, a função social do capital privado? Aumentar os salários, melhorar as condições de vida do trabalho, proporcionar aos operários acesso à casa própria e à parafernália eletro doméstica? Essas "funções sociais" o capitalismo as tem exercido, não no interesse das classes trabalhadoras, pois o capitalismo está muito longe de ser filantrópico ou humanitário, mas no interesse da sua própria sobrevivência. O capitalismo tem feito, e continuará a fazer, todas as concessões que julgar necessárias à manutenção do que lhe parece essencial, a apropriação privada dos meios de produção, pois é essa apropriação que permite fixar o preço das mercadorias e, consequentemente, o lucro dos capitalistas, razão de ser do sistema.

O cardeal menciona, também, como "elemento válido" e tese comum ao marxismo e à doutrina da igreja, "a justa distribuição da riqueza". Mas, em que poderia consistir, efetivamente, e não apenas em palavras, a justa distribuição da riqueza? Se é necessário reivindicar a justa distribuição é porque a distribuição existente não é justa. Tal injustiça, no entanto, é resultado do sistema, quer dizer do capitalismo. O que a doutrina social da igreja pretenderia, portanto, seria promover a justa distribuição da riqueza mantendo o sistema que se caracteriza precisamente por promover a distribuição injusta dessa riqueza.

Entre os "executivos" que dialogaram com d. Eugênio, preocupados com o avanço do marxismo no mundo e com a possibilidade de serem e de se manterem cristãos, inclui-se um, cujo nome omitiremos por discrição, que ganha, por mês, 750 mil cruzeiros, o correspondente a cerca de 1.400 salários mínimos, quer dizer, ao trabalho de 1.400 operários. Que acha d. Eugênio dessa distribuição capitalista da riqueza? Será justo que uma pessoa física, um "executivo", ganhe por mês o equivalente ao trabalho de 1.400 seres humanos? Se o "executivo" em questão ganha por mês essa fabulosa importância, é porque a lógica do sistema, que lhe permite ganhá-la, é a mesma lógica que, em contrapartida, permite que 1.400 operários apenas sobrevivam, recebendo o salário que é mínimo por definição, o mínimo para não morrer de fome.

Em que poderia consistir a justa distribuição da renda, se o sistema funciona para que a minoria tenha de mais e a maioria tenha de menos? No caso em apreço, como se deveria fazer? Não haveria outra coisa a fazer senão aumentar os salários dos trabalhadores, diminuindo, em consequência, o lucro dos patrões. Mas, não terá d. Eugênio percebido como funciona o sistema, não terá observado que aos aumentos salariais seguem-se imediata e inevitavelmente, com a necessidade de uma lei física, os aumentos dos preços? E por que os preços sobem logo após os reajustamentos salariais? Os preços sobem porque, se não subissem, os lucros dos patrões, dos empresários, diminuiriam, e o sistema, que é controlado pelo capital e não pelo trabalho, existe para que os capitalistas tenham lucros, ou, se preferirem, para que os capitalistas sejam capitalistas. Pois ser capitalista e lucrar é a mesma coisa.

D. Eugênio Sales: como distribuir a riqueza no capitalismo?

Não passaria, pois, de total ingenuidade, de candura infantil, pretender que os capitalistas, beneficiários do sistema, e que existem em função do lucro, se dispuzessem, de uma hora para outra, apenas por amabilidade, com d. Eugênio, a reduzir seus lucros a fim de aumentar o salário de seus empregados. Beneficiários do sistema, os capitalistas, embora sejam "homens com poder de decisão", só podem decidir em seu próprio benefício, a menos, é claro, que ocorresse um milagre, e que se convertessem todos ao cristianismo, como São Francisco de Assis, entregando suas riquezas aos pobres. Excluída a hipótese do milagre, que d. Eugênio, apesar da sua boa vontade, não terá condições de provocar, verifica-se que os capitalistas não poderão tomar a iniciativa da justa distribuição da riqueza pelo simples fato de serem os beneficiários da sua injusta distribuição. Ora, se os capitalistas, banqueiros e "executivos", não podem tomar tal iniciativa, sob pena de se negarem a si mesmos, deixando de ser o que são, quem poderá tomá-la?

QUE classe social, que instância de poder teria condições de patrocinar a justa distribuição da riqueza? Dir-se-ia que o Estado pode assumir tal patrocínio. Mas, que é o Estado? O Estado é um aparelho político, jurídico e administrativo, e também policial, a serviço da classe dominante, da manutenção de seus interesses e privilégios. Quem é o ministro da Fazenda, por exemplo? Não é um banqueiro? Que interesses representa senão os interesses da sua classe, dos demais banqueiros e executivos? O Estado que, na realidade, não passa da expressão política do poder econômico, não pode, conseqüentemente, promover a justa distribuição da riqueza. O Estado, sem dúvida, determina o aumento dos salários. Mas, não impedindo o aumento subseqüente dos preços, anula o aumento salarial, mostrando assim que está a serviço da classe dominante.

Restaria, por exclusão, a classe trabalhadora, principal interessada na justa distribuição da riqueza que, a rigor, é criada por seu trabalho. Mas, que pode fazer essa classe? Greves, por exemplo, reivindicando aumento de salários. Todavia, a classe dominante tem meios, ou de declarar as greves ilegais, como acontece nas ditaduras reacionárias, ou de reprimi-las pela violência policial, pois a polícia está a serviço do capital e não do trabalho. Mantido o sistema, a classe trabalhadora que, em tese, é a única a ter condições de promover a justa distribuição da riqueza, na realidade não o pode fazer porque está contida pelo dispositivo de força a serviço da classe dominante. A classe trabalhadora só poderia promover a justa distribuição da riqueza rompendo o sistema, pondo em xeque, pela greve geral, por exemplo, a estrutura capitalista, que é capitalista porque assenta na opressão e na espoliação do trabalho pelo capital. A classe trabalhadora, como diz Sartre, é "o poder absoluto", mas, esse poder absoluto, por falta de consciência ideológica, de organização, e de liderança, normalmente não se exerce, explicando-se, assim, que a classe capitalista, embora minoritária, permaneça no poder. Pois, como é fácil compreender, a manutenção do capitalismo só interessa aos próprios capitalistas, seus únicos beneficiários.

Continuaremos, na próxima semana, a comentar os artigos de d. Eugênio Sales a respeito do marxismo.

AUTONOMIA PARA CAPITAIS E ESTÂNCIAS

Antônio Braselin (MDB-RS) apresentou ao Congresso emenda constitucional, visando a eleição de prefeitos e vereadores nas capitais e nas estâncias hidrominerais, devolvendo-lhes a autonomia. Em sua justificação faz um amplo, histórico e fundamentado trabalho sobre o assunto, colocando o problema em termos jurídicos e políticos de acordo à realidade brasileira. A entrevista que se segue é de alta importância para maior e melhor esclarecimento do problema.

C – Apresentou o deputado ao Congresso emenda constitucional permitindo a eleição de prefeitos e vereadores nas capitais e nas estâncias hidrominerais, fundamentando-a não só em termos históricos mas frente à realidade brasileira.

AB – Com efeito, apresentei essa emenda, cujo art. 1º está assim redigido: "O § 1º do art. 15 da Constituição passa a ter a seguinte redação: § 1º – Serão nomeados pelo governador, com prévia autorização do presidente da República, os prefeitos dos municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do poder executivo". O art. 2º diz: "É incluído artigo, de n.º 201, ao Título V – Disposições Gerais e Transitórias da Constituição com a redação seguinte: art. 201 – São restabelecidas as autonomias municipais das capitais dos estados e municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual, a partir de 15 de março de 1976". Esta proposta cuida de restituir o direito democrático dos municípios de capitais e cidades consideradas estâncias hidrominerais de eleger seus prefeitos. Estamos diante de grande problema brasileiro da atualidade: a participação comunitária.

Há que analisar a questão sob dois enfoques: de um lado, a inacessibilidade do poder publico; de outro a falta de resposta da população às oportunidades surgidas para a participação. A democratização, no sentido do conhecimento do direito humano, liberdade de pensamento, palavra, reunião propiciará motivação capaz de realizar a comunhão entre comunidade e governo. As iniciativas de abertura democrática e as medidas de descentralização administrativa, entre as quais destaca-se, no âmbito municipal, a criação das administrações regionais, de nada valerão sem iniciativas correspondentes, de baixo para cima, por parte da comunidade. O governo informa, mas não é informado pelo povo, o que está a exigir novos organismos de participação. A situação de marginalização da população nas decisões da administração da cidade, operante nas várias entidades, é percebida na atuação da Sociedade Amigos de Bairros. Essas associações voluntárias de moradores, apesar do vínculo direto que têm com as necessidades populares e de sua tradição de luta em defesa dos interesses dos habitantes, não têm sido valorizadas pelos órgãos públicos, como formas autônomas de representação popular.

Poderes parapolíticos

A seguir o representante gaúcho faz citação de autoridade no assunto, declarando: "Para o engenheiro sanitarista Júlio Cerqueira César Neto, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, além dos três poderes institucionalizados e do quarto poder representado pela imprensa, existe o que se poderia chamar de quinto poder " ou o que alguns teóricos da política chamam de poderes parapolíticos, representados pelos sindicatos de classe, associações profissionais, sociedades amigos de bairros e outros".

"Estamos assistindo em nosso país a um processo de abertura política que se caracteriza por uma preocupação específica na recolocação das atividades legislativas e judiciárias. Também se inclui aqui, como preocupação específica, a suspensão da censura à imprensa", disse Cerqueira César, para quem "é necessário também que a própria imprensa se torne livre e responsável" Ele considera, ainda, a existência da liberdade de imprensa "a condição básica para o funcionamento dos parapoderes". A união das sociedades amigos de bairros, com as associações profissionais, vem, segundo ainda Cerqueira César, "não só engrossar as fileiras desse importante poder político, mas também fornecer o suporte técnico às suas reivindicações".

"Precisamos consolidar este nosso poder", afirmou o presidente da AEES, que disse acreditar existir em São Paulo uma marcante "aspiração psicológica de participação comunitária", que teria o seu "exemplo típico nas últimas eleições legislativas de novembro passado".

Para inglês ver

Continua, então, o representante do MDB:

"Nenhum assunto está mais quente no interior do país do que a indicação dos nomes dos prefeitos das estâncias, ad referendum do Poder Legislativo estadual. São estes nomeados, por força de lei, com base no princípio de que as estâncias devem ser dirigidas por técnicos e de que, recebendo suas prefeituras auxílios vultosos do estado, estes, também, em princípio, devem ser empregados acima dos estreitos horizontes da política local. Isto é para inglês ver. Para brasileiro ver, prepondera, quase como norma, interesses mais corriqueiros, digamos, práticos. A verdade é que não temos um planejamento para as estâncias, cujas normas, rígidas no tocante à aprovação e fiscalização dos projetos e à liberação das verbas, bastassem para lhes assegurar o direito elementar de eleger seus prefeitos.

Deixando de lado o caso dos municípios considerados de interesse para a segurança nacional e o dispositivo que manda sejam nomeados também os prefeitos das capitais, não vemos, na realidade, nenhuma razão para que os municípios considerados estâncias não usufruam autonomia plena. É público e notório que foi largamente usado em São Paulo o expediente de considerar-se estâncias hidrominerais aquelas apenas climáticas. Campos do Jordão e Atibaia são notoriamente estâncias climáticas, mas se classificam como hidrominerais. E chega-se ao caso gritante de São José dos Campos, na realidade um pujante centro industrial e certamente área de interesse da segurança nacional, mas também com prefeito nomeado por ser estância hidromineral. A indicação de nomes para as prefeituras das estâncias hidrominerais converte-se sempre em um problema político para os governos estaduais.

Em síntese, o que resulta em margem a críticas e a descontentamentos é o critério da escolha de nomes. O que se passa com a prometida consulta às bases eleitorais das estâncias é a repetição do processo utilizado no plano nacional, para a escolha dos governadores. E quanto ao mérito, as escolhas também são criticadas, alegando-se que feitas em benefício de determinados políticos e em detrimento daqueles que efetivamente têm o apoio das bases municipais. Se as lideranças locais não são prestigiadas, como sensibilizar o eleitorado para as eleições?

Imaginação criadora

C – E quanto às eleições nas capitais?

AB – A vida municipal, em seus múltiplos aspectos, vem sendo objeto de estudos sob diferentes ângulos, muitos dos quais bastante elucidativos. Tem-se como inegável a importância do fator político na estratégia do desenvolvimento urbano e regional de qualquer país. Para ele, somente da correta avaliação da realidade política de um país, considerada em conjunto com os fatores sociais e econômicos, permite a uma nação superar a condição de subdesenvolvimento. É importante que o planejamento regional e urbano, além dos seus aspectos, que são muito importantes, esteja apoiado no consenso nacional e na unidade política da nação.

Segundo um mestre de direito constitucional, Sahid Maluf, "pretendem alguns autores que a faculdade de eleger o prefeito e os vereadores não importa em autonomia política, e que os municípios são organizações essencialmente administrativas. Não é exato. Os municípios são entidades necessariamente políticas. Seus órgãos diretivos emanam de vontade política da população local". Analisa, então, o publicista, o problema sob o ângulo da Constituição brasileira que impôs, expressamente, a eleição direta do prefeito, de vice-prefeito e dos vereadores, embora as excessões conhecidas, das quais algumas delas quer corrigir com a emenda apresentada. Ora, justamente os eleitores das capitais dos estados, mais bem politizados e esclarecidos, serem privados de escolher nas urnas eleitorais seus prefeitos, realmente, não comunga tal dispositivo constitucional com a realidade nacional. Urge que os prefeitos das capitais dos Estados sejam eleitos pelos seus munícipes.

Resume-se que há necessidade inadiável de restabelecer a autonomia política dos municípios das capitais e das estâncias hidrominerais. A emenda marca o restabelecimento dessa autonomia política a partir de 15 de março de 1977, porquanto as próximas eleições municipais serão realizadas em 1976. Reconhecemos que já atravessamos fase política em que o governo necessitava de maior controle e poder de decisão sobre as prefeituras das capitais e estâncias hidrominerais. Não compreendemos e não aceitamos, entretanto, que continuemos com dispositivo constitucional ultrapassado e que deve ser removido, depois de termos passado, duas vezes, pelo crivo da vontade soberana do povo, nas eleições de 1970 e 1974.

Todos desejamos e haveremos de conseguir superar essas obsoletas restrições à autonomia municipal, com a conseqüente normalização da vida política dos municípios e o estabelecimento do estado de direito, que deve contar com mecanismos de autodefesa contra as investidas da subversão e da corrupção para garantia da dignidade do homem nas suas dimensões social, econômica e política, em um clima de ordem e responsabilidade.

O próprio presidente Geisel já fez apelo à imaginação política criadora, "em demonstração clara de que o desenvolvimento político e a conseqüente normalização institucional não pode e não deve ser tarefa de um só, mas de todos, cuja missão é criar condições políticas e jurídicas para que os ideais inspiradores do movimento de março de 1964 continuem sendo a grande motivação do desenvolvimento nacional, sem que o processo revolucionário se eternize no tempo".

Raimundo Pereira e seu novo jornal: "Movimento".

João Antônio e seu conto inédito: "Leão de Chácara".

Geraldo Vandré e sua nova vontade de trabalhar.

Pelé e seu corpo nu.

TUDO NO ex-12

NAS BANCAS.

LEIA ABERTURA CULTURAL

UM MENSÁRIO DIFERENTE
UMA ATITUDE DIANTE DA VIDA

8 ANOS DE TEATRO DE RUA
UM MOVIMENTO
– Uma Campanha

NAS BANCAS
do Brasil e Portugal
ou contato pela
Caixa Postal 12.193 ZC-07 RIO

25 ANOS
Bemoreira
Ducal

Ao completar 25 anos Bemoreira-Ducal apresenta a maior vitrine de vendas do país: 101 lojas.

São 101 lojas atendendo um mercado de três Estados, totalizando 38 milhões de consumidores.
E Bemoreira Ducal está estruturada para satisfazer esta demanda. No ano passado, este grande canal de venda, colocou no mercado 163.768 ternos, 657.740 camisas, 397.961 calças, 83.252 rádios, 77.235 televisores, 40.010 geladeiras, sem falar em móveis, fogões, máquinas de lavar, máquinas de costura, equipamentos de som e centenas de outros itens.
Estes números totalizaram um bilhão em vendas, situando a rede BEMOREIRA DUCAL entre as primeiras do Brasil com um crescimento de 47,2%, em 1974.
Para 75, planejamos ultrapassar a marca de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros.
Atingimos estes numeros e esta posição após 25 anos de trabalho, obedecendo a uma filosofia que não tem mistério: compramos muito mais, por isso podemos vender por muito menos.

CUBA LIVRE DO BLOQUEIO

Uma semana antes já não havia mais dúvidas de que o boicote a Cuba chegara a seu fim – São Domingos garantia seu voto para completar o quorum de 14 sem o qual seria impossível à OEA levantar, oficialmente, o cerco de 11 longos anos imposto ao governo de Fidel Castro. Mas somente na noite da terça-feira passada a reunião de consulta da OEA, reunida em São José da Costa Rica, aprovou oficialmente o texto mexicano denominado Liberdade de Ação. E as 14 nações favoráveis ao fim do bloqueio político e econômico aos cubanos passaram a ser 16 na votação final, com a adesão da Bolívia e da Guatemala. Contra a moção votaram apenas Uruguai, Paraguai e Chile. Houve duas abstenções: Brasil e Nicarágua. "Pusemos fim à coerção" foi a declaração do representante mexicano ao fim da reunião.

Os passaportes do Brasil e de outros países latino-americanos já podem dispensar o famoso carimbo, instituído em 1964 depois da reunião punitiva da OEA contra o regime de Fidel Castro, estabelecendo que aquele documento "**Não é válido para Cuba**". Em histórica reunião realizada esta semana em San Jose da Costa Rica, foi oficialmente suspenso pela mesma OEA o bloqueio que durante mais de dez anos tentou privar Cuba do convívio continental.

Tanto no começo do cerco, como agora no seu fim, os Estados Unidos desempenharam o principal papel nas demarches diplomáticas. Se não fosse o poderoso esforço norte-americano, mobilizando inclusive consideráveis recursos financeiros, o bloqueio não teria sido aprovado, em 1964. Da mesma forma, sem a decisiva participação do Departamento de Estado – ao contrário da passividade negativa revelada na reunião de Quito, no ano passado – o modo de votação na OEA não teria se modificado e, consequentemente, a maioria simples não teria tido a chance de acabar com as sanções econômicas e políticas impostas há onze anos.

Mudou o mundo ou mudou Washington? O mundo mudou tanto, que obrigou Washington a mudar, embora tenha resistido até onde foi possível. Essa relutância não é a primeira vez que acontece na história norte-americana e certamente não será a última. Os Estados Unidos só reconheceram a União Soviética em 1933, nada menos de 17 anos após a revolução socialista.

Não perder os dedos

Mas por que, de repente, esta benevolência frente ao caso cubano? Parece que está em ação a velha técnica de entregar um anel para não perder os dedos. A posição de intolerância com relação a Cuba tornou-se insustentável diante de interesses bem maiores – a tranquilidade das multinacionais em operação no continente e o fornecimento de matérias-primas, indispensáveis para a grande indústria norte-americana. A defesa destes dois setores estratégicos determinou maior flexibilidade no trato com a questão cubana.

Afinal, chegou-se à conclusão de que Cuba não é tão perigosa assim para a segurança dos Estados Unidos, cuja área, como se sabe, se estende até a Patagônia. Dá-se como pretexto que "diminuiu a ameaça de subversão cubana no continente e a retórica revolucionária de Fidel Castro já chegou a um nível considerado aceitável, até mesmo por países francamente anticomunistas". Mas são alegações tolas. Procuram criar uma coerência que não existe entre as atitudes de ontem e de hoje. Ocultam os verdadeiros motivos da mudança.

Cuba, na realidade, por mais que pretendesse em determinado momento exportar a revolução, nunca foi uma ameaça para o continente: é um país pequeno demais, com enormes dificuldades econômicas, às voltas com uma mudança de estrutura tão radical, que o deixou durante muitos anos sem a necessária produtividade para satisfazer suas necessidades mínimas. Eminentes professores universitários e politólogos norte-americanos reconheceram isto, reiteradas vezes, recomendando a normalização das relações com Cuba.

O fantasma da ameaça cubana não passou de um busto de Napoleão, ampliado a proporções monumentais para inibir as investidas nacionalistas na América Latina que, em verdade, começaram muito antes de Sierra Maestra e da queda do sanguinário Fulgêncio Batista em Havana, 1959. Impossível esquecer o que aconteceu em 1954, na Guatemala, pouco antes do suicídio de Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, no Rio, pressionado por forças que corroíam a economia nacional, como sugere a carta-testamento. Na Guatemala, o governo Jacob Arbens, responsável por uma tímida reforma agrária que afetava as propriedades da United Fruit, foi derrubado por tropas mercenárias, treinadas e armadas pelos Estados Unidos na vizinha Nicarágua.

Noites de insônia

Hoje, a onda nacionalista é a tônica dominante em quase todos os países, com raras inexpressivas exceções. Apenas o Chile e o Uruguai não se preocupam em defender suas economias do peso deformador das empresas multinacionais, preferindo, pelo contrário, a submissão e a entrega das riquezas nacionais. O mesmo sempre ocorreu no Paraguai, onde o atraso econômico, político e cultural, mantido a mão de ferro, dá ao país triste condição semicolonial e prioridade absoluta para o interesse forâneo. Não por acaso, estes três países compõem as forças mais conservadoras e delirantes no seio da OEA, procurando por todos os meios impedir o levantamento das sansões contra Cuba, quando os próprios Estados Unidos já estavam trabalhando ativamente neste sentido.

Nos demais países do hemisfério, no entanto, de uma maneira ou de outra, continua crescendo um evidente espírito nacionalista, que se materializa em nacionalizações, em medidas de apoio à formação de cartéis de matérias-primas, em restrições cada vez mais amplas ao comportamento das empresas norte-americanas, em providências destinadas a diversificar as fontes internacionais de know-how e financiamento, em políticas de solidariedade, ainda que às vezes reservada às nações do terceiro mundo na luta por uma nova ordem econômica internacional que impeça os países ricos de ficarem mais ricos e os pobres, mais pobres.

Com toda a ladainha anticubana fomentada continuamente pela vasta rede dos meios de comunicação de massa, nestes onze anos, as perspectivas das empresas multinacionais são cada vez mais sombrias, nos principais países latino-americanos. Nenhuma delas sale com segurança o que poderá lhes acontecer nos próximos cinco/dez anos. Até juridicamente elas estão perdendo terreno. Sempre se bateram pela criação de uma arbitragem internacional, para solucionar os conflitos com as legislações nacionais, tirando assim da jurisdição interna as decisões sobre empresas estrangeiras. Esta doutrina nunca foi aceita inteiramente na América Latina e agora mesmo o Conselho Permanente da OEA acaba de determinar que "as empresas transnacionais devem submeter-se à legislação e jurisdição dos tribunais nacionais competentes".

Ao mesmo tempo, firma-se no continente a consciência da necessidade de um código para disciplinar a atuação das empresas multinacionais. Estas empresas gozam de um conceito dia a dia mais comprometedor, embora não se negue sua importância como poderosas fontes de tecnologia. Até mesmo aqui no Brasil, começam a ter noites de insônia, apesar dos imensos privilégios que não encontram em nenhum outro país latino-americano. Tanto que temendo a expressão "multinacional", alvo de prevenção e desconfiança que se generalizam, passam algumas delas a se denominar de "empresas internacionais".

E depois, como considerar a idoneidade destas corporações, se a cada novo escândalo internacional revela-se novo suborno e nova ingerência no governo dos países afetados? Quem compra ministros na Itália pode comprar em qualquer outro lugar.

Neste panorama constrangedor, o caso cubano perdeu a expressão que um dia quiseram lhe dar, para facilitar a caça às bruxas. Bloquear Cuba passou a constituir uma operação inviável e desmoralizante, comprometendo todos os elos do sistema de hegemonia que os Estados Unidos trabalham arduamente para manter. E pior: a questão tornou-se cavalo de batalha para as correntes nacionalistas que se fortalecem na maioria dos países.

Quem duvida que os governos nitidamente ligados ao regime capitalista, como, por exemplo, os da Colômbia e Venezuela, jogaram com o problema cubano, não tanto por solidariedade política, mas para

Fidel Castro: não por acaso uma capa supercolorida da revista dos Bloch

ganhar terreno na luta contra as multinacionais? Se há uma década, o fantasma da subversão cubana serviu para montar uma frente única sob a batuta dos Estados Unidos hoje o estratagema já não funciona: a situação irregular de Cuba no seu natural contexto cultural e geográfico transformou-se em bandeira, aglutinando uma frente única contra os Estados Unidos e seus interesses econômicos.

É o que a linguagem diplomática chama de fator de tumulto nas relações interamericanas. Em verdade é fator de tumulto para a outrora tranqüila supremacia dos Estados Unidos neste lado do mundo. Por isso, era imprescindível, no entender de Kissinger, eliminar este foco de aglutinação e manipulação que vinha incomodando cada vez mais a política de Washington. É possível que Kissinger perca a cabeça, se os riscos de mais este lance aparentemente tão ousado não foram bem calculados.

De qualquer maneira, nada mais difícil do que articular hoje em dia uma política capaz de trazer dividendos seguros e duradouros às multinacionais numa hora e num continente em que os países não querem mais viver como antes, submetidos e impossibilitados de resolver seus problemas mais angustiantes.

Desfazer os mitos

Buscando acomodar-se a uma conjuntura que não lhe é de todo favorável, os Estados Unidos terão, no entanto, que enfrentar um novo problema: o de aceitar a existência de um país socialista integrado normalmente no convívio latino-americano. Esta estranha presença, evidentemente, já se faz notar a algum tempo em vários e importantes países do hemisfério: Venezuela, Colômbia, Argentina, Peru, Trinidad-Tobago, Jamaica e Barbados, Canadá e Guiana, Panamá, sem falar no México, que nunca rompeu com Cuba. Mas sempre como uma anomalia.

Como agir agora que Cuba já não é mais proibida? Como fazer para neutralizar a natural influência que a revolução cubana poderia exercer sobre as massas empobrecidas e eventualmente enfurecidas da América Latina? Em primeiro lugar, é claro, a luta será transferida do campo policial-militar para o ideológico. Vamos começar a ver na imprensa reportagens e artigos, num volume bem maior, procurando apresentar uma visão desanimadora da vida cubana hoje, dos seus problemas internos, de suas dificuldades. É a batalha que se assistia no Chile nos idos de Allende e se assiste atualmente em todo o mundo ocidental com relação à União Soviética e, de certa maneira, à China, embora menos, porque este país é usado na luta contra aquele. Será preciso provar com fatos e idéias, convencer as pessoas, através de informações, que o regime capitalista é superior ao socialista, e que a solução cubana só trouxe sacrifícios para o povo da ilha e nenhum progresso e bem-estar aos que trabalham.

Outra medida a ser tomada: a institucionalização do regime e da revolução cubana. Os órgãos de comunicação de massa tratarão de apresentar uma imagem folclórica, convertendo Cuba e suas figuras em artigos de consumo inofensivos. É a mesma tática empregada com Che Guevara, transformado em poster, camisa, calça etc., à venda em qualquer esquina.

Cedo ou tarde, garotas sem soutien exibirão as barbas de Fidel Castro no peito colante. Não por acaso, o líder cubano já debutou na capa supercolorida da Manchete. Por que, inesperadamente, as organizações Bloch, tão zelosas da livre iniciativa e livre empresa, resolveram exibir aquele que até ontem era apresentado como o chefe maior da subversão no continente?

Os mitos precisam ser desfeitos e transfigurados. Breve, vamos conhecer muitas anedotas, muitas histórias fantásticas, muitas coisas exóticas sobre o mais novo membro da comunidade americana. Já que não foi possível derrotá-la militarmente, é preciso tentar outros caminhos mais sofisticados, talvez mais efetivos. A história, como sempre, caberá a última palavra.

J. MONSERRAT FILHO

ARGENTINA

CERCO FINAL A ISABELITA

Psíquica e organicamente enferma, sofrendo de sucessivos desmaios e seguidos rompantes de choro, isolada de todos, Isabel (Maria Estela) de Peron nunca justificou tanto o apelido carinhoso pelo qual é conhecida em seu tão restrito círculo de amigos: "Chabela".

De manhã, às 6 horas, a presidenta da República Argentina acaba de levantar-se e abre a porta do guarda-roupa. No espelho, lá está, em letras garrafais e vermelhas, a palavra "Montoneros", nome de um dos principais grupos guerrilheiros do país, braço armado da Juventude Peronista e do Partido Peronista Autêntico (PPA).

Abalada, Isabel de Perón não interrompe, contudo, sua rotina diária e segue para o café e, depois, para a missa na capela da residencia presidencial de Olivos. A caminho da Casa Rosada, às 8 horas, os agentes de segurança estão nesse dia mais apreensivos na limusine negra da presidenta e nos outros oito veículos que a acompanham percorrendo trajetos nunca repetidos para evitar possíveis atentados. De repente, na freqüência do rádio do automóvel presidencial, uma interferência em voz límpida e forte: "Bom dia, senhora presidenta. Aqui falam os montoneros. Queremos cumprimentá-la. A senhora está muito bonita neste seu conjunto cinzento, com esse xale e esses sapatos marrons".

Atos de terror como este, comuns no dia a dia da presidenta e não são exclusividade dos montoneros, o grupo guerrilheiro mais numeroso, que, paradoxalmente, se diz ao mesmo tempo cristão, de esquerda, peronista e contrário a Isabel de Perón, à qual acusa de estar vendida à oligarquia e ao capital estrangeiro. Também os trotskistas do Exército Revolucionário do Povo (ERP) são responsáveis por proezas de igual ousadia e até há bem pouco tempo sua bandeira vermelha esteve gravada num dos banheiros da Casa Rosada tendo abaixo a seguinte inscrição: "Hasta acá llegamos nos".

Esses fatos, aparentemente inconseqüentes mas de terrível efeito moral não são, no entanto, a razão primordial da profunda depressão psíquica e orgânica em que se encontra a suposta herdeira de Perón e evita embora possam vir a ser, num futuro não muito distante, a principal preocupação do país, atualmente empenhado em solucionar sua mais aguda crise política e econômica.

Insolvência

Mesmo que quisessem, os "montos" não podem agora intervir na limusine negra da presidenta, que há dez dias não se ausenta da residência de Olivos por razões de saúde. Essas razões, que começaram por ser anunciadas oficialmente como simples resfriado pouco depois da retirada de Lopez Rega – início da contagem regressiva para a retirada da própria Isabel – transformaram-se em seguida em estafa, debilidade e carência de controle emocional.

Isabelita: amargo e solitário fim de festa

Pela enésima vez anunciada e pela enésima vez desmentida, a saída da presidenta, de licença, para um período de descanso, parecia absolutamente fora de dúvida em fins da semana passada quando se anunciou que ela estava sofrendo uma série de desmaios e, quando consciente, entrava freqüentemente em profundas crises de choro.

Muito acima do problema da guerrilha – sério, é verdade, e entrando agora em sua fase verdadeiramente violenta com atentados de dimensões nunca antes registradas – está, como causa da enfermidade presidencial, a enfermidade política e econômica da Argentina, que Isabel, virtualmente sem apoio de qualquer setor importante do país, não tem condições de enfrentar.

O país se encontra à beira da insolvência econômica, com uma dívida externa de mais de 12 bilhões de dolares e uma inflação (com recessão) que The New York Times situa (com certo exagero) nos 299%. Um terço desta dívida terá de ser paga até o fim do ano e a verdade é que, a predominar a crise atual, dentro de poucas semanas não haverá divisas suficientes para que a indústria importe matérias-primas, combustíveis, produtos semi-acabados e artigos de reposição.

Depois da dizimação da equipe lopezreguista (restam apenas os mais frágeis, como o chanceler Alberto Vignes, o ministro do Trabalho Cecílio Conditi e o da Educação Oscar Invanissevich), a presidenta passoua contar unicamente com o apoio da Juventude Peronista da República Argentina (direitista) e da ala feminina do Movimento Justicialista, dois esteios sem qualquer capacidade de resistência.

Embora sem manifestar-lhe sua aprovação, as forças armadas vinham sendo praticamente o único setor importante da vida do país que ainda não tinha exigido a renúncia de Maria Estela. Agora, este dado-chave para sua permanência no governo também não existe mais. Comenta-se que os militares teriam ordenado a Isabel que apresente até o fim da semana um plano, uma alternativa para a solução do problema nacional.

É o caso de se perguntar: uma vez confirmado o apoio dos 2 milhões e meio de membros da Confederação Geral do Trabalho (CGT) ao virtual sucessor de Isabel, o presidente do Senado Italo Argentino Luder, o que é que ainda a mantém?

Os que mandam de fato

Figura meramente decorativa, a presidenta ainda conta, no entanto, com um trunfo: chegou à Casa Rosada através de eleições livres e os militares, desta vez, não estão dispostos a quebrar a normalidade democrática. Uma intervenção violenta, só em caso de serem chamados quando não restasse mais qualquer esperança, quando sua ação não pudesse ser mais encarada como uma violação à Constituição, na qual a presidenta se propõe aferrar-se "até a morte".

Assim, afastada do cenário a turbulenta e contraditória banda de Lopez Rega e com Isabel totalmente desacreditada, a Argentina parece encaminhar-se para uma unificação em torno da crise. Unificação de que a presidenta não participa, imposta pelas forças armadas e pela CGT, os verdadeiros detentores do poder na Argentina ao lado dos setores políticos peronistas da velha guarda.

Unificação que a presidenta, no entanto, parece disposta a aceitar, mesmo não sendo seu nome o centro da s manobras. Aceitação que pode beneficiá-la com a permanência no governo em que está se consumindo. Governo que Isabel encara com o fervor de uma missão sagrada que teria de cumprir como herdeira de Perón que se considera.

Na semana passada, Pedro Bonanni, o cegetista novo ministro do Trabalho, ao assumir o cargo considerou que "a crise é perfeitamente superável". Referia-se, sem dúvida, ao plano econômico que a CGT apresenta agora ao governo e com o qual a presidenta acaba de concordar. Sem representar todos os setores da produção nacional, será, porém, este plano capaz de constituir-se numa resposta à altura da exigência que as forças armadas acabam de fazer a Isabel?

Os empresários argentinos estão em permanentes reuniões para discutir a concessão dos aumentos salariais atrasados (aprovados a 1º de junho) e as bases operárias, descontentes com a falta de poder aquisitivo, já ensaiam novos movimentos grevistas. Mesmo com o recrudescimento da atividade guerrilheira, o ministro da Defesa, Jorge Garrido (porta-voz da maioria dos setores militares) considera que as forças armadas convém continuar afastadas da crise. Mas nos círculos políticos argumenta-se que o que está em andamento, desde a eleição de Luder para suceder Isabel é um "golpe constitucional", ou seja, a sua substituição dentro da lei no momento em que ela própria, forçada pelas circunstâncias, concordasse em se afastar.

Até agora, tudo não passa de rumores e mais rumores, que têm, por certo, o seu fundo de verdade imediata. Isabel afirma que, para tirarem-na da Casa Rosada, terão que enforca-la na praça de Mayo.

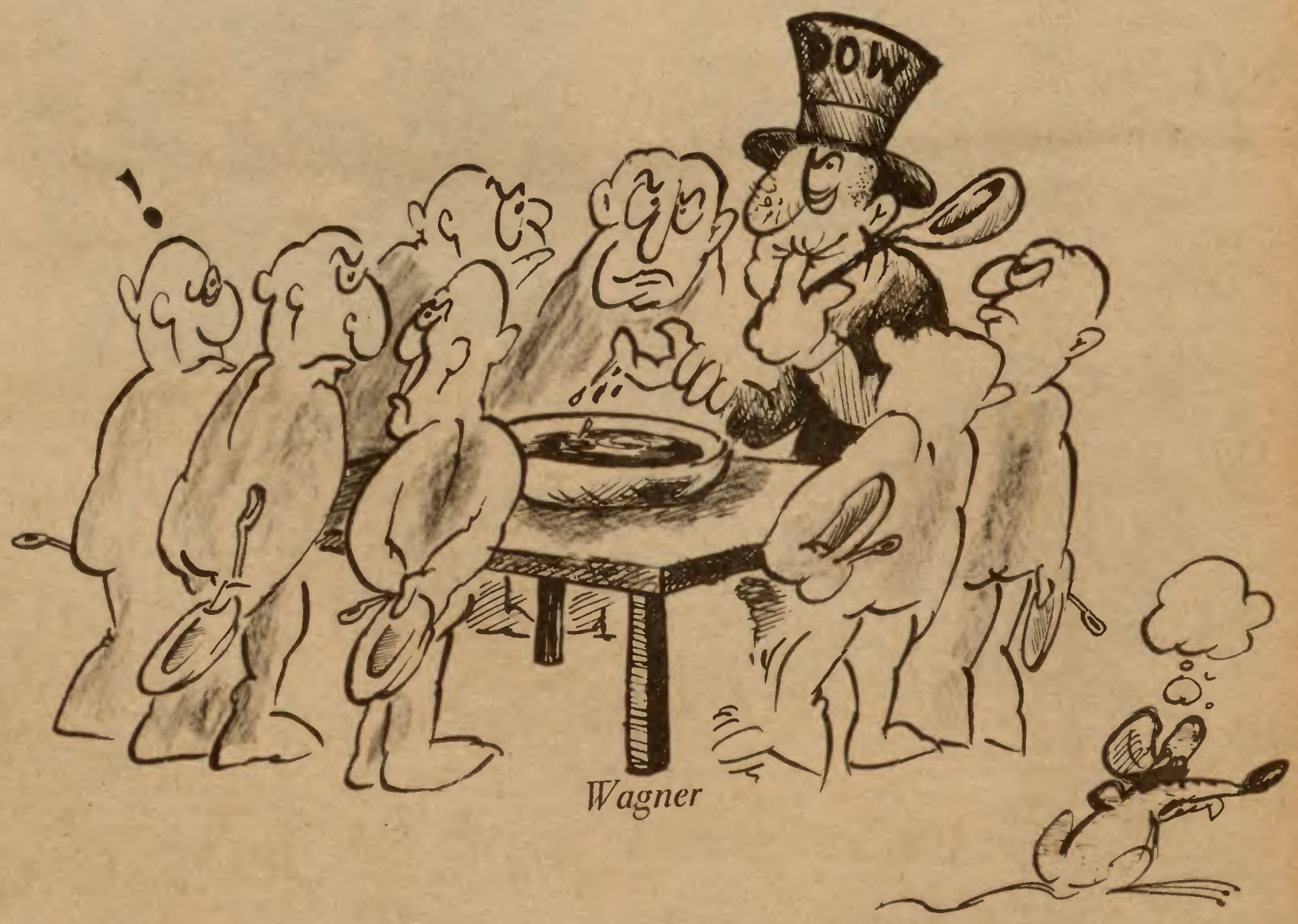
Sua vinculação ou sua separação definitiva do cargo está agora condicionada diretamente ao destino da viagem que se anuncia fará nas próximas horas. Se permanecer no país, será uma licença, para descanso. Se fôr para Puertas de Hierro, em Madri (onde está Lopez Rega, com quem os militares reduziram o contato da presidenta cortando-lhe os serviços de telex da Casa Rosada), será uma renúncia. Foi assim que lhe colocaram a questão os que realmente mandam no país.

NERI VITOR EICH

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

DOW ATACA NO NORDESTE

Depois de conseguir vantagens que contrariam até mesmo a fórmula tripartite – associação do capital estatal à iniciativa privada nacional e estrangeira, em igualdade de condições – encontrada pelo governo para desenvolver o setor petroquímico, a Dow Chemical tenta obter agora a aprovação de seu projeto apelidado de "o gigante de eteno". A experiência nacional já mostrou que entregar o setor a empresas multinacionais acabaria por retardar o desenvolvimento nacional. O Nordeste quer o 3º Pólo Petroquímico, mas sem que para isso o governo tenha de fazer novas concessões à Dow ou a qualquer outra empresa multinacional.



Wagner

"Mais uma vez, o Brasil se encontra em um grande impasse quanto ao futuro de um setor novo e importantíssimo de sua economia, que é a indústria química e petroquímica, semelhante ao que ocorreu, no passado com o petróleo. Hoje, como ontem, é a Bahia que serve de palco ao desenvolvimento de um importante choque de interesses econômicos: de um lado uma grande empresa internacional pretendendo abortar a iniciativa governamental de manter sob controle do capital nacional o desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira; de outro, as forças vivas desta nação nas quais se incluem os empresários brasileiros, que estão investindo corajosamente no pólo petroquímico baiano, ao lado da Petroquisa.

Naquele tempo, era a Standard Oil, prometendo inversões que propalavam grandiosas mas que teriam sido irrisórias, comparadas com as efetuadas pela Petrobrás, que representa um dos fantásticos símbolos da independência econômica do Brasil. Hoje é a Dow Chemical, empresa multinacional que tenta obter uma extraordinária concessão cujo significado terá duplo efeito nocivo:

Primeiro, destruir o modelo de colaboração tripartite entre Petroquisa, empresariado nacional e capital estrangeiro, para a implantação de indústrias petroquímicas e, segundo, dominar virtualmente o mercado produtor e consumidor de derivados petroquímicos, ameaçando de falência as indústrias nascentes no esquema tripartite."

A denúncia é do deputado Aristeu Almeida (MDB-BA), em pronunciamento recente perante o plenário da Assembléia Legislativa da Bahia, quando informou ter a Dow Chemical solicitado ao governo federal, através do Conselho de Desenvolvimento Industrial, aprovação para o seu gigantesco projeto petroquímico com vistas a produzir eteno e outras matérias-primas básicas, o que, segundo o deputado, "contraria a orientação do 2º PND, que consagrou o esquema empresarial tripartite e estabeleceu que as centrais de matérias-primas constituem atribuição estratégica da Petroquisa."

Segundo Aristeu Almeida, "a Dow Chemical já conseguiu enormes concessões no Centro Industrial de Aratu, com excelente localização, para a implantação de suas fábricas de soda cáustica, cloro e derivados clorados, fora do esquema tripartite, já estando portanto bastante beneficiada no conjunto da nova indústria química baiana. Seria, portanto, um verdadeiro absurdo a aprovação do apelidado "gigante de eteno", que iria aniquilar a Copene."

– No passado, o povo foi às ruas defender o monopólio estatal do petróleo. Hoje, as limitações ao exercício democrático jogam nos ombros dos políticos e dos empresários a responsabilidade primeira na defesa dos interesses nacionais. E os empresários já se pronunciaram: fomos informados de que um memorial em defesa do modelo tripartite foi enviado ao ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio, assinado por vários empresários da indústria petroquímica.

Em entrevista a O Globo (1/6/75), o ex-ministro Hélio Beltrão e atual presidente do grupo Ultra praticamente define a situação do empresariado brasileiro com relação ao assunto:

"A poupança interna no Brasil é responsável por mais de 80% dos vultosos investimentos que o país vem realizando. Nesse particular, a contribuição do capital estrangeiro, embora importante sob outros aspectos, é meramente complementar.

Ante o vulto dos investimentos programados pelo país – explica Beltrão – cerca de 20 bilhões de dolares por ano, é muito importante dimensionar objetivamente a contribuição da poupança externa, sobretudo nos casos em que sua incorporação passa pôr em risco o controle nacional sobre posições estratégicas de nossa economia, indispensáveis ao comando do processo ou ao objetivo de criar sólidas estruturas empresariais no Brasil.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Por isso mesmo, na análise das propostas de investimentos estrangeiros é preciso não incorrer no equívoco de confundir aporte real de poupança externa envolvido com o custo total do projeto; nos casos mais freqüentes, o capital de risco realmente importado raramente ultrapassa 10% do investimento total necessário ao empreendimento, o que, aliás, é distribuído ao longo do período de execução (5 anos).

Lembra Aristeu Almeida que "a Argentina, que muito acreditou em multinacionais, inclusive na Dow Chemical, até hoje quase nada tem de petroquímica. O Brasil, ao contrário, com a sábia orientação tripartite, obtida com o apoio decisivo do presidente Ernesto Geisel, quando presidente da Petrobrás, está implantando seus pólos petroquímicos de São Paulo e da Bahia."

Depois de denunciar que "o próprio pólo petroquímico de São Paulo, em pleno funcionamento, poderia ser atingido pela concorrência monopolista e extemporânea da Dow Chemical", o deputado pediu e teve a aprovação, da Assembléia Legislativa, para uma exposição de motivos ao Conselho de Desenvolvimento Industrial, do Ministério do Interior, com vistas a impedir a investida da empresa multinacional.

Recomendações ao CDI

É o seguinte o documento, de autoria de Aristeu Almeida, enviado ao Conselho de Desenvolvimento Industrial:

1) Considerando a necessidade do fortalecimento e independência econômica do Brasil, o que implica na realização e contole de empreendimentos básicos por substancial maioria nacional;

2) Considerando que o empresariado brasileiro é o maior interessado no seu substancial fortalecimento e que este depende do decisivo apoio do governo brasileiro, através de suas instituições competentes;

3) Considerando que o Brasil atual apresenta excepcionais condições quanto à dimensão continental do seu mercado, interno e que tais condições não podem ser desperdiçadas para seu controle e aproveitamento efetivo;

4) Considerando, no que tange ao pólo petroquímico, que o governo já estabeleceu o esquema tripartite na composição do capital de indústrias de produtos básicos, ou seja, 1/3 da Petroquisa, 1/3 de empresários nacionais e 1/3 da empresa estrangeira e que esta decisão tem merecido o total apoio do empresariado nacional e do povo brasileiro;

5) Considerando que o governo está investindo no pólo petroquímico de Camaçari, em obras infra-estruturais, cerca de Cr$ 500 milhões, para bem atender às necessidades dos complexos industriais ora previstos, permitindo boa folga para futuras ampliações e novas unidades fabris;

6) Considerando que é decisivo para o Brasil que o governo fortaleça a petroquímica, tanto financeira como tecnicamente, no que for requerido, para que nunca negue apoio a grupos nacionais;

7) Considerando que a carta consulta dirigida ao CDI pela empresa multinacional Dow Chemical representa uma violência a política de desenvolvimento econômico nacional, especialmente à política petroquímica do governo federal, na medida em que esse projeto prevê a instalação de uma central de matérias-primas (eteno e outras) que é atribuição estratégica da Petroquisa;

8) Considerando que a pretensão da Dow Chemical quanto à formação do 3º Pólo Petroquímico violenta o esquema empresarial tripartite, desrespeita o 2º PND e coloca em risco as empresas petroquímicas implantadas e em implantação no Brasil, representando grave perigo para o empresariado nacional, para a Petroquisa e para a independência econômica do país;

9) Considerando que a aprovação do absurdo pleito da Dow Chemical, desmoralizando o avanço representado pelo esquema tripartite, viria a desagradar e violentar profundamente a colaboração tecnológica e de capital de empresas estrangeiras que já aderiram e que poderão aderir a esse esquema empresarial;

10) Considerando que a Dow Chemical já foi beneficiada por excelente localização no Centro Industrial de Aratu para suas indústrias de soda cáustica, cloro e derivados clorados, sem ter se submetido ao modelo tripartite de composição de seu capital e, portanto, já participa em condição privilegiada da petroquímica baiana;

11) Considerando que, pelo fato de não haver monopólio de "know-how" quanto à produção de petroquímicos, com o modelo tripartite, o Brasil tem condições de escolher os seus sócios para o desenvolvimento e não ser escolhido como fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra barata;

12) Considerando que o aporte de 500 milhões de dólares montados pela Dow Chemical é uma "miragem", pois tais recursos serão fracionados até 1982 e virão diluídos em "know-how", em equipamentos e outros gastos e, além disso, em grande parte, representarão reinvestimento de dólares ganhos em outros negócios ganhos no Brasil e empréstimos tomados a instituições financeiras internacionais;

13) Considerando ademais que o balanço de pagamentos do Brasil quase nada será aliviado com as pequenas parcelas de dólares que realmente ingressarão no Brasil desses propalados 500 milhões de dólares até 1982, como bem acentuou o ex-ministro Hélio Beltrão;

indicamos ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio:

1º) que, sem abrir mão do modelo tripartite de composição de capital das indústrias petroquímicas, a implantação do chamado 3º Pólo Petroquímico seja efetuada no Nordeste, pelos seguintes motivos:

a) o Nordeste é a região que mais precisa do desenvolvimento;

b) é onde se encontram as melhores condições, graças às matérias-primas básicas – petróleo, gás e salgema – disponíveis em Alagoas, Sergipe e Bahia;

c) é uma oportunidade rara de efetivar a descentralização industrial proclamada pelo 2º PND do Presidente Geisel;

2º) que seja rejeitada a proposta da Dow Chemical, como nociva aos interesses nacionais, por pretender quebrar o esquema empresarial tripartite e implicar em concorrência danosa e monopolística sobre empresas petroquímicas implantadas, em implantação e em cogitação".

Experiência desastrosa

A ainda curta história do desenvolvimento petroquímico brasileiro já conseguiu demonstrar o quão desastrosas foram e poderão ser as experiências no sentido de se entregar a exploração do setor a empresas privadas, exclusivamente, principalmente multinacionais.

Em poucas linhas, esta história pode ser contada da seguinte forma: depois que o governo resolveu tirar da Petrobrás, em 1965, o monopólio da petroquímica e entregar sua exploração à iniciativa privada, seu desenvolvimento não correspondeu às expectativas e às necessidades do país, senão quando se instituiu o sistema tripartite, com participação obrigatória da Petroquisa – subsidiária da Petrobrás para o setor petroquímico – cuja primeira providência foi "salvar" as empresas privadas que não apresentavam condições mínimas para levar adiante seus projetos.

Foi o caso, por exemplo, da Petroquímica União, que tinha pela frente, em fins da década de 60, juntamente com outras empresas em fase de implantação, um vasto campo de negócios avaliado em 300 milhões de dólares anuais, correspondentes às importações brasileiras de produtos químicos.

Primeira central de matérias-primas do país, a União conseguiu transformar o que parecia ser a grande vitória da iniciativa privada em um estrondoso fracasso que acabou obrigando a intervenção estatal, para salvar o pólo petroquímico paulista, através da Petrobrás, que acabou assumindo o controle acionário da União.

Igual experiência ocorreu com a Ultrafértil, uma das maiores produtoras de fertilizantes do país. Iniciado em 1965, o projeto somente foi concluído em 1970, depois que os preços da nafta e das rochas fosfatadas, principais matérias-primas utilizadas na fabricação de fertilizantes, haviam subido violentamente.

Quando a Petroquisa assumiu também o controle acionário da Ultrafértil, em maio do ano passado, os prejuízos da empresa já se elevarvam a 53 milhões de cruzeiros, com previsões de aumentar ainda mais até o final do ano.

Hoje, a Petroquisa está associada às 18 empresas que atuam nos diferentes ramos da petroquímica. O resultado dessa política de atuação direta do Estado foi um maior equilíbrio que, aliado a uma administração muito mais dirigida aos interesses nacionais, vem proporcionando planos de ampliação do setor, agora através da implantação do 3º Pólo Petroquímico.

É preciso que investidas como a da Dow Chemical sejam veementemente repelidas para que o processo que se iniciou em 1965, por determinação do então presidente Castelo Branco, não se repita e o país acabe com suas perspectivas de desenvolvimento autônomo. A petroquímica é setor vital da moderna economia industrial, desencandeando um processo de evolução tecnológica que interessa de perto à agricultura (fertilizantes) e às indústrias têxtil, automobilística e da construção civil.

São os interesses nacionais que estão em jogo.

SÉRGIO MACEDO

SEM INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA NÃO HÁ IMPRENSA LIVRE

a independência de CRÍTICA depende de sua *assinatura* – de muitas *assinaturas*. não perca tempo, faça a sua agora.

PEDIDO DE ASSINATURA

Destaque este cupom e mande junto ao pagamento à ordem de

EDITORA CRÍTICA LTDA.
Av. Rio Branco, 156, sala 1222, Rio – RJ, Brasil

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE

1 ANO ☐ BRASIL (Cr$ 200,00) ☐ EXTERIOR (US$ 50,00)
6 MESES ☐ BRASIL (Cr$ 100,00) ☐ EXTERIOR (US$ 30,00)

NOME .....
RUA ..... Nº.....
CIDADE ..... ESTADO.....
PAÍS ..... CEP.....

JUNTO MEU PAGAMENTO POR

- CHEQUE VISADO PAGÁVEL NO RIO ☐
- VALE POSTAL ☐

JOSÉ BARBOZA MELLO
HISTÓRIA DAS LUTAS DO POVO BRASILEIRO
MARCHA DE 4 SÉCULOS PELA EMANCIPAÇÃO DO PAÍS

I – DE CABRAL A NASSAU – 1500 - 1654
Da resistência aos portugueses à Dominação Holandesa
II – DOS GUARARAPES À CONJURAÇÃO MINEIRA – 1654 - 1789
Formação da nacionalidade brasileira
III – DE TIRADENTES AO MARECHAL DE FERRO – 1789 - 1891
Formação da ideologia republicana
IV – DE FLORIANO PEIXOTO A GETÚLIO VARGAS – 1891-1954
Formação da consciência nacionalista
IV – FLORIANO PEIXOTO A GETÚLIO VARGAS - 1891 - 1954
Formação da consciência nacionalista
Uma interpretação objetiva de nossa História
Nas livrarias ou na sede da Editora. – Marrecas, 37 - 1º – onde os professores e estudantes gozam de desconto especial.

BRAGA'S
cabeleireiro para homens
Ponha sua cabeça no lugar certo

Depois que o homem descobriu a importância do cabelo (que já virou até tema de peça de sucesso – Hair) todos levaram a embalagem do cérebro ao lugar adequado.
Braga's onde sua cabeça recebe o melhor tratamento.

Av. Rio Branco 156 – S/loja 240 e 246 – Ed. Av. Central
Telefone 231-0490 – Rio de Janeiro – RJ

ESQU

UM SÉCULO DE GAZETA

Completa hoje um século o matutino Gazeta de Notícias, o jornal brasileiro de mais longa circulação ininterrupta. Há quase 30 anos dirigido por José Bogéa, que ali iniciou a primeira experiência no país, de um jornal dirigido por um profissional de imprensa, a Gazeta de Notícias está incorporada à própria história do Brasil. Fundada em 1875 por Ferreira de Araújo, pelas bancas de sua redação passaram as maiores figuras do jornalismo, das letras e da vida pública deste país.

De certa forma, as grandes campanhas que moldaram a fisionomia política do processo brasileiro partiram da Gazeta de Notícias, o jornal que fez a República e fez a Abolição. As leis trabalhistas hoje vigentes no país tiveram na Gazeta seu centro mais efetivo de reivindicações. E, mais recentemente, a volta de Getúlio Vargas e o monopólio estatal do petróleo encontraram no bravo jornal, hoje centenário, o sustentáculo mais atuante na opinião pública.

Sob a direção de José Bogéa, o novo e moderno jornal conserva uma inalterável fidelidade aos mesmos valores que são o patrimônio de sua existência secular: um comportamento ético irrepreensível e uma dedicação permanente aos problemas do povo brasileiro.

A volta de Sereno Chaise

A eleição do Sereno Chaise para a presidência do Diretório Municipal do MDB de Porto Alegre abre uma perspectiva nova no processo de redemocratização do país. Não apenas pela significação pessoal desse excelente homem público rio-grandense, mas pelo fato de que sua volta representa uma rejeição do organismo político nacional à odiosa vigência das cassações e suspensões de direitos políticos.

Alcançado pela medida iníqua, o ex-prefeito de Porto Alegre levou dez anos afastado das atividades partidárias. Vencido o prazo, filiou-se ao MDB, cuja direção admitiu e saudou com entusiasmo sua inscrição, reconhecida como legítima pelo Tribunal Eleitoral. Assim, plenamente integrado na vida partidária, como deveria ocorrer com todos os cassados em todo o país, Sereno Chaise foi distinguido pelo partido oposicionista com sua merecida eleição para a presidência do mais importante diretório municipal do Estado.

Este é mais um exemplo que o MDB do Rio Grande do Sul oferece ao resto do país.

O golpe da Arena

Coisas estranhas acontecem em São Paulo, mais exatamente na Arena – o partido derrotado nas últimas eleições. Um belo dia todas as repartições da administração pública estaduais e da capital receberam uma circular assinada pelo presidente do Diretório Estadual da Arena, Jacob Pedro Carollo, solicitando uma relação com os nomes dos diretores e auxiliares imediatos, para que fosse processado o pagamento de contribuições ao partido, "conforme determinação do governador Paulo Egydio".

Realmente é muito estranho esse tipo de ação política. Afinal qualquer funcionário público pode ser simpatizante do MDB, ou mesmo não ter uma simpatia partidária. Neste caso ele também é obrigado a pagar contribuição ao partido governista? O fato está sendo muito comentado em São Paulo: os funcionários dizem mesmo que isso representa uma volta aos velhos tempos do ex-líder revolucionário Ademar de Barros.

Caixinha, obrigado.

Uma briga de brancos

A disputa entre a Rede Globo e o Jornal do Brasil envolvendo o que o JB chama de o "monopólio da informação" está dando pano para manga. Na última quarta-feira, o jornal da Condessa dedicou quatro extensas colunas de uma de suas páginas para citar o exemplo norte-americano, que enquadra o outorgamento de concessões na Lei Antitruste, buscando fundamentar sua campanha.

Segundo o Jornal do Brasil, a televisão no Brasil deveria ser estatal para evitar que a informação pública seja submetida a interesses de grupos privados. "De vez em quando", afirma, em despacho de Washington, "parece que o Departamento de Justiça se dispõe a aplicar a Lei Antitruste no rigor da letra, o que poderia talvez tornar obrigatória uma opção do concessionário: a emissora ou o jornal, por exemplo".

Não são necessárias mais citações para se chegar aonde quer o JB. Acontece que, como sua situação financeira ficou abalada depois da construção da nova sede da Av. Brasil, a empresa está ameaçada de perder a concessão do canal de TV, cuja imagem experimental terá de colocar no ar até o fim do ano.

Como as perspectivas de que isso ocorra praticamente inexistem, pois as finanças do JB não suportariam a importação de equipamentos para tal, assim como a dispendiosa montagem de uma estrutura complexa como o exige um canal de TV, o jeito é tentar acabar com a Globo, que com sua força de empresa integrada vem liquidando com o que chegou a ser, um dia, o segundo maior jornal do país.

Não se trata aqui de defender a Globo, mesmo porque Roberto Marinho não é lá flor que se cheire. Mas é incoerente que exatamente um jornal que sempre primou pela defesa da iniciativa privada venha agora combatê-la apenas porque ela vai de encontro aos seus interesses particulares, ameaçando seu decadente rol de leitores.

É mais incoerente ainda, é o fato de o JB acusar a Globo de "monopolizar" a informação, utilizando-a de acordo com seus interesses empresariais. Não terá sido exatamente isso que fez o próprio JB quando se empenhou em uma campanha de defesa das empresas multinacionais, apenas porque isso convinha à sua situação financeira?

E ainda: por que apenas a televisão e não os jornais todos, inclusive o próprio JB? Será que o "monopólio" da informação através dos jornais não vale?

Por que, então, o JB tanto batalhou pelo seu próprio canal de TV? Para estatizá-lo depois?

Enfim, é uma briga de brancos...

Um bairro e um livro

Antonio Olinto, depois do sucesso de seus dois livros "A Casa da Água" e "O Cinema de Ubá", está lançando seu terceiro romance. "Copacabana" focaliza a vida do famoso bairro carioca, tendo como personagem principal um jogador decadente de futebol.

Antonio Olinto, depois de traçar um magnífico painel da presença brasileira na África em "A Casa da Água", escolheu o bairro de Copacabana para dar continuidade a seu trabalho. A história se desenrola nos três últimos dias da copa do mundo de 1970. O livro será lançado no dia 11 de agosto em coquetel na Entrelivros do posto 6, com início marcado para as 20 horas.

O China contra os Blochs

Armando Rosário, que além de ser conhecido na banda de Ipanema como "o china" é um dos melhores fotógrafos da imprensa brasileira, depois de brigar com os Blochs que publicaram uma foto que tirou da senhora Júlia Kubitschek, mãe do ex-presidente, sem o devido crédito, bateu na Justiça do Trabalho onde teve ganho de causa. Agora Armando voltou a perturbar o sonho dos Blochs: ele protestou, como profissional pelo fato de estarem sendo contratados fotógrafos estrangeiros com um salário de aproximadamente dois mil dólares, enquanto os brasileiros ficam limitados ao salário determinado por lei, muito inferior. Os estrangeiros além de terem um salário maior, estão impedidos de trabalhar no Brasil, salvo se possuidores de vistos permanentes.

A luta de Armando Rosário não é só dele: é de todos os profissionais de imprensa, que têm obrigação de entrar na guerra

Carlinhos dois anos depois

Quando Crítica foi para as bancas pela primeira vez, uma das matérias de capa continha a pergunta: "Onde andará Carlinhos?". Agora, estamos em mais um agosto, e poucos se lembram da tragédia que no dia 2 de agosto de 1973 atingiu uma família, quando o menino Carlos Ramirez foi seqüestrado.

O assunto saiu das páginas da imprensa e caiu no esquecimento. Ano passado a equipe de jornalismo da TV Rio prometeu solene e no melhor estilo "flávio cavalcanti" descobrir o paradeiro de Carlinhos, num lance de jornalismo sensacionalista.

Até hoje nada se sabe. Carlinhos é apenas uma lembrança querida e doída para seus familiares, mas é também uma gritante denúncia contra a sociedade e a incapacidade policial.

A sensata interrogação de Pery

Os jornalistas Plínio de Abreu Ramos, Pedro Luís Rodrigues e Pery Cottalançaram o livro "O Petróleo é Nosso?", com um concorrido coquetel no late Clube do Rio. No livro, fazem um histórico da luta brasileira pela manutenção de nossas riquezas naturais, citando mesmo a intervenção direta do Departamento de Estado norte-americano para conseguir "leis mais sensatas para o petróleo brasileiro".

No livro os jornalistas asseguram que a criação da Petrobrás só foi possível porque nasceu do nacionalismo econômico do movimento tenentista, concluindo que o monopólio estatal tem a protegê-lo "a fortaleza inexpugnável do exército brasileiro".

Índio é tema de filmes

No dia 18 de agosto terá início a primeira Mostra do Filme Etnográfico, na cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio, tendo como tema central a figura e os problemas do índio brasileiro. A mostra reveste-se de especial significação, tendo em vista a importância que a documentação visual representa, como instrumento de pesquisa na observação e fixação de elementos da realidade social e, em decorrência, a grande contribuição que estes recursos podem oferecer para o melhor conhecimento do homem brasileiro e seus problemas.

A mostra termina no dia 24 de agosto e sua programação será divulgada na próxima semana. No próximo ano, o tema será "O Negro Brasileiro" e já em 1977, "O Homem Nordestino".

Léo na Escandinávia

O jornalista Léo Gilson Ribeiro acaba de receber o prêmio Nórdica, que oferece uma viagem à Escandinávia e um prêmio em dinheiro. A promoção do Prêmio Nórdica de Jornalismo Literário é uma maneira que a editora Nórdica encontrou para incentivar anualmente os jornalistas que editem, publiquem ou transmitam trabalhos específicos sobre literatura, quer sob a forma de crítica, ensaio, reportagem ou referência.

A premiação de Leo Gilson Ribeiro foi recebida com satisfação no meio jornalístico, que só lamenta ser a importância em dinheiro, que acompanha a passagem, de apenas 800 dólares, o que, considerada a inflação que atinge a Europa, não proporciona férias tranquilas. Mas a simples existência do prêmio já é um ponto favorável num país em que os profissionais de imprensa são constantemente esquecidos.

JINA

A PROPÓSITO DE BETHANIA

É velho costume na imprensa creditar qualquer erro à revisão. Aliás pode-se dizer que o revisor é o profissional que mais sofre nas redações. Isto, claro, quando não se está sujeito à censura. Mas o que fazer quando revisor e redator confundem-se numa mesma pessoa? Autocrítica é coisa que pode ser praticada por qualquer um, não sendo patrimônio de nenhum grupo ou facção. Assim, em minha última matéria, ao falar sobre a atuação de Maria Bethânia, escrevia que a cantora tinha uma empatia rara em nosso show-biz. Saiu "apatia". Se a cantora pode ser acusada de alguma coisa, certamente não será de "apatia". A matéria antes de chegar ao público passa pelo crivo de pelo menos 4 profissionais. Um deles, por acaso, seu autor, também faz a revisão gráfica, e ainda assim o erro injusto saiu. Fica a correção, e a tradicional "bronca" no revisor. Só que desta vez é uma autobronca... (A.O.)

LUCIO COSTA E A GANG DOS ESPIGÕES

No domingo dia 27 de julho, os jornais cariocas publicaram anúncios de duas páginas anunciando a "Nova Ipanema", o mais recente embuste imobiliário da máfia dos espigões. Depois de acabar com o bairro de Ipanema, a Imobiliária Gomes de Almeida, Fernandes constrói o "kitsch" do bairro, sem temer o ridículo em que caíram.

Os homens que conseguiram acabar com o Rio, tornando-a cidade inviável, agora atacam a única reserva de espaço urbano que ainda existe, a Barra da Tijuca.

O que as pessoas precisam lembrar é que Ipanema já foi um bairro com tudo em cima, inclusive uma lagoa, hoje podre. O mais lamentável é que usem o nome respeitável de Lúcio Costa, em anúncios de página inteira, para dar credibilidade a um "bairro" falido. É estranho que os arquitetos Edison Musa e Edmundo Musa que assinam o empreendimento tenham esquecido suas aulas de urbanismo, a formação histórica das cidades e dos bairros. A falta de visão dos mesmos deixa dúvidas quanto à comptetência da dupla nas pranchetas.

Que queiram emporcalhar mais ainda a cidade é lamentável, mas ainda passa, uma vez que o próprio prefeito Marcos Tamoyo é um homem altamente comprometido com os grupos imobiliários. Que usem, porem, o nome de Lúcio Costa, urbanista respeitado em todo mundo, é um crime contra a cultura nacional. Crítica espera que Lúcio desautorize os anúncios, que inclusive ferem o Código de Ética da Associação Brasileira de Propaganda.

Tom em ritmo de vou voltar

Uma nova dupla promete acontecer na música brasileira: o compositor cearense Fagner e o cantor Ney Matogrosso fizeram um show improvisado em Belo Horizonte e resolveram partir para um trabalho juntos.

Ainda na área da música brasileira, registre-se a volta de Tom Jobim aos discos. Ele foi a Nova York revalidar seu "green card", o documento que o habilita a trabalhar nos Estados Unidos e no dia 10 de outubro estará inaugurando os novos estúdios da Phonogram na Barra da Tijuca, num elepê que apresentará, entre outras, as músicas "O Boto" e "Saudades do Brasil". O disco será produzido pelo excelente jornalista Eduardo Athayde e a capa será de Paulo Jobim, o filho do maestro.

Na onda nostálgica, o novo grito carioca é a temporada da acordeonista Adelaide Chiozzo, dos velhos tempos das chanchadas da Atlântica e da rádio Nacional. Adelaide está fazendo o espetáculo "Cada um tem o acordeon que merece", no Teatro Miguel Lemos, que já foi chamado "Sérgio Porto". **(Por que a mudança?)**

Quem estiver a fim de uma boa curtição musical, é só comparecer ao Miguel Lemos e ouvir a música de Adelaide e o violão de Carlos Mattos.

Residência médica é tema de debates

A partir do dia 4, estarão reunidos no centro de convenções da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, mais de 800 médicos para o Congresso Nacional de Médicos Residentes, numa promoção da Associação Nacional de Médicos Residentes.

A institucionalização da chamada "residência médica" parece ter chegado ao momento decisivo, pensam os interessados. Tantos os médicos como os órgãos governamentais pensam que essa é a solução para a situação dos profissionais. Eles acham que se atualmente o sistema não funciona perfeitamente, é mais por herança dos problemas criados e desenvolvidos nos cursos de graduação.

O momento do encontro não poderia ser mais adequado para o debate desses problemas. Uma credenciada equipe de médicos estudou a situação dos profissionais que por um alto gráu de conscientização resolvem prolongar seus estudos além dos bancos da faculdade.

Marília versus sionismo

Crítica já publicou ampla matéria sobre "Feiticeira", o excelente show que Marília Pera está apresentando no Teatro Casa Grande. Voltamos ao assunto, contudo, para mostrar ao público como os senhores feudais da chamada "grande imprensa" procedem.

Marília estava trabalhando no **porcão da praia do russel** (também conhecido como Teatro Adolfo Bloch) na brincadeira chamada "Pipin". Ocorre que sendo casada com o excelente profissional e ótima figura humana Nélson Motta, Marília resolveu aumentar a família. Grávida, continuou trabalhando, profissional consciente que é, mas chegou o momento em que, por determinação médica, teve que parar. Adolfo Bloch, para quem os borderôs da bilheteria são mais importantes que qualquer vida humana, ficou esperando a hora de se vingar. A vingança veio agora: uma determinação de Herr Bloch proíbe terminantemente qualquer menção à Marília em qualquer das "revistas" "editadas" por sua empresa.

Numa prova de que sabe separar o bom do mal, o público está prestigiando Marília, enquanto ri das fotos libidinosas do Bloch com seus cachorros e dos "textos" "escritos" por Carlos Heitor Cony.

DISCOS QUE ESTÃO PINTANDO

● *ROSINHA DE VALENÇA AO VIVO (Odeon) – Para quem gosta de violão, um bom disco. Para quem gosta de música no sentido mais amplo, um excelente trabalho. Rosinha tocando como nunca, acompanhada por uma banda da pesada e contando com a participação especial de Lara de Lemos, Miucha e Telma. O piano excelente de João Donato. Tá tudo no disco. Algumas críticas são feitas com relação a um problema técnico (ou seria administrativo?) que obrigou a gravação "ao vivo". As críticas poderiam ser procedentes se a produção não tivesse sólidos atenuantes. Realmente os aplausos dos discos "ao vivo" são irritantes, mas como fazer para gravar um disco instrumental no Brasil sem ultrapassar os estreitos liberados (ou limitados?) pelas gravadoras. O produtor Arthur Laranjeira partiu então para o esquema de gravar ao vivo. Reuniu no estúdio a mesma banda que acompanhou Rosinha ano passado no teatro da Praia, convidou amigos e críticos e fez o disco. O resultado é excelente. Se não bastasse a bossa e o talento de Rosinha, ainda teríamos um detalhe importante: prestigiar esse disco é prestigiar o instrumentista nacional.*

● *QUALQUER COISA (Philips) – O baiano Caetano Veloso depois de "Araçá Azul" (disco considerado "maldito" e que foi devolvido por muitas lojas) voltou aos estúdios. No lugar de um disco simples ou mesmo de um álbum duplo, Caetano partiu para dois elepês, lançados simultaneamente. O melhor do disco é o banho de interpretação que Caetano dá: músicas novas, algumas reminiscências dos beatles. É a voz do baiano. Um disco que dispensa comentários, assim como dispensa qualquer manifesto de lançamento. Um disco jóia.*

● *JÓIA (Philips) – Vide comentário sobre "Qualquer coisa". Nenhuma palavra a acrescentar ou a tirar. Um disco que é realmente qualquer coisa. Que ninguém se perca pela capa.*

● *A FRAUTA DE PÃ (RCA) – Primeiro Lp do cantor e compositor Carlos Walker, demonstra ser um disco de um artista inexperiente. Os arranjos são bonitos mas floreados demais, sem atingir a beleza simples. Um disco que ainda não lança um artista, mas é uma boa promessa. Walker tornou-se conhecido pelo bonito acalanto "Alfazema" da novela "Espigão" e partiu para o Lp, talvez prematuramente.*

● *ANTOLOGIA DE SAMBA CANÇÃO (Philips) – Um dos discos mais bonitos já lançados este ano. Belos arranjos e vocais excelentes do Quarteto em Ci. Pena que a "antologia" tenha que se submeter ao espaço do disco simples. Por que não um álbum duplo, triplo, sei lá?*

● *SUELY COSTA (Odeon) – Olhaí um disco que não pode faltar em qualquer boa discoteca. Suely Costa, mineira de Juiz de Fora, é uma compositora de "mão-cheia". Suas músicas estão em discos de artistas de sucesso como Bethânia, Ney Matogrosso e muitos outros. Agora ela conseguiu seu primeiro disco, com excelente produção de Gonzaguinha. O mais engraçado é que embora não pretenda ser uma cantora, Suely canta muito bem. Como letrista, fica difícil destacar qualquer faixa. O negócio é ouvir e curtir o disco e esperar pelos próximos. E por falar nisso, há quanto tempo uma mulher não desponta como compositora por aqui?*

● *FEITO GENTE (Polydor) – Este só vai para as lojas no dia 15. Trata-se de um disco mostrando o novo trabalho de Vanderléa. A faixa-título é do excelente Válter Franco, um compositor da pesada. No disco Vanderléa mostra que é uma cantora adulta, contendo a emoção nos limites recomendados. Destaque também para o acompanhamento com uma banda do maior gabarito. Seria injusto destacar qualquer dos músicos. Todos estão na medida certa, tocando feito gente.*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

GOVERNO NÃO SE APRENDE NO COLÉGIO

Dezesseis meses após empossados e já perfeitamente entrosados à máquina administrativa do Estado, é liável e plausível que se faça um balanço das atividades de cada ministro que assessora diretamente o presidente Ernesto Geisel, executando a política por ele ditada diretamente e aconselhando-o com relação a detalhes técnicos. Neste quase um ano e meio, muita coisa mudou, não só no Brasil como no mundo. A crise econômica mundial continua em sua marcha acelerada; as transformações políticas ocorreram, tanto interna como externamente; as derrotas norte-americanas no Vietnã e no Cambodja; o fim do salazarismo em Portugal e a conseqüente política de descolonização na África. Tudo isso contribuiu para uma mudança acentuada na conduta dos destinos brasileiros.

Neste período de 16 meses, o Brasil experimentou algumas mudanças importantes, por ação direta de alguns ministros ou por omissão de outros. O destaque maior, talvez, caiba à área política, com a realização de eleições parlamentares, em 15 de novembro do ano passado, relativamente livres, o que ensejou uma vitória espetacular da oposição. O país deu um passo muito importante no sentido de conseguir sua independência no terreno da energia nuclear, fez algumas boas descobertas na prospecção do petróleo, na busca incessante da autosuficiência energética, e caminhou alguns passos reticentes no sentido de alcançar o que se convencionou chamar de *distensão política*. Em compensação registraram-se alguns retrocessos, como a utilização pelo presidente da República do Ato Institucional nº 5 para dirimir impasses políticos no Acre e Pernambuco, e no setor econômico as empresas multinacionais continuam a agir com total desenvoltura e cobertura de alguns setores ministeriais.

Neste um terço de governo Geisel já podemos analisar a atuação de cada um dos ministros que o assessora e atribuir uma nota pelos erros e acertos, no período. As notas vão de zero a 10. Infelizmente não foi possível contemplar a algum com a nota máxima, enquanto o titular da Fazenda recebeu a mínima.

Indústria e Comércio

8 Severo Gomes, industrial paulista, dono da fábrica de cobertores Parahyba, começou silenciosamente, assim como quem não quer nada, falou-se, inclusive, na sua substituição, mas foi crescendo pouco a pouco à medida que tomava maior contato com os problemas de sua pasta. Hoje é um dos mais importantes auxiliares do presidente Geisel. Há pouco, conscientizou-se de que sua luta tem que ser contra a desnacionalização da indústria nacional e tem feito intervenções importantes, como a recente medida contrária à passagem do controle acionário da Indústria de Refrigeração Consul, inteiramente brasileira, para a Phillips holandesa. Severo Gomes está prestando um importante serviço ao país, tanto como o ministro das Relações Exteriores, por isto merece uma boa nota: 8.

Relações Exteriores

8 Azeredo da Silveira, diplomata de carreira, de posições firmes e realistas, conseguiu se destacar entre os seus companheiros de ministério por orientar uma política de acordo com o momento internacional e os interesses do país. Merecem destaque as suas ponderações junto ao presidente Geisel no sentido de reconhecer o governo da China Popular, numa abertura política que chamou a atenção de todos pela coragem e seriedade com que foi adotada. Sua política de aproximação com as nações africanas também merece um destaque especial, assim como a atenção que dá aos países árabes e a ponderação com Israel. Sob sua administração, o Itamarati não se comprometeu de forma irreversível com qualquer nação ou questão importante, desde o discurso que pronunciou na ONU sobre a soberania do Brasil em utilizar os seus recursos naturais (questão de Itaipu) até o acordo atômico com a Alemanha. A política exterior do Brasil deu uma guinada de 180 graus com a saída do medíocre Sr. Mário Gibson Barbosa. Quase só teve acertos e por esta razão merece nota 8.

Casa Civil

8 Golbery do Couto e Silva, general reformado, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações, autor de estudos políticos quando aluno da Escola Superior de Guerra, o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República é um homem que sabe das coisas, e justamente por isso é que não fala, age em silêncio. A ele é atribuída a política de distenção. A ele é creditada a independência com que se houve o governo durante a realização das eleições parlamentares de novembro passado. Fala-se de tenazes resistências a pressões de toda a ordem para um endurecimento do regime e de crises incontáveis vencidas pela experiência e vontade de restabelecimento do regime democrático no país. Por inúmeras vezes tem sido anunciada sua saída do governo, ainda agora quando teve que se ausentar por motivo de saúde, chegou-se a afirmar que não mais voltaria, mas ele está de volta, e ao que parece disposto a ficar. O general Golbery é hoje uma peça indispensável no tabuleiro da política brasileira. Ele sabe que a situação se tornará incontrolável se não forem feitasconcessões para uma abertura política e luta por elas. É um dos homens mais bem informados desse país e tem feito um trabalho honesto e criterioso. Sua nota é 8 só porque ele não pôde ter sido ótimo, devido a contingências que fugiram à sua capacidade de controle.

Saúde

7 Paulo de Almeida Machado, médico e homem de gabinete, muita gente pode estranhar a nota razoável que ele receberá, mas é que o seu ministério é hoje em dia mais um órgão normativo que executivo. Quase que todas as suas atribuições foram repassadas para outros ministérios, especialmente o recém-criado da Previdência Social. Dentro das limitações a que está sujeito ele tem trabalhado de acordo com um critério racional e vem conseguindo resultados relativamente bons. Sua maior luta é contra os males endêmicos e epidemias, especialmente as de meningite, com um trabalho que deu bons resultados. Atualmente está lutando para que o país passe a produzir as vacinas para imunizar a população e acaba de assinar um acordo com laboratórios franceses que nos auxiliarão nesta luta. Sua nota é 7.

Severo Gomes

Golbery do Couto e Silva

Azeredo da Silveira

Mário Henrique Simonsen

Justiça

7 Armando Falcão, ex-deputado com trânsito livre em diversas áreas políticas, foi escolhido para ministro justamente por isso: seria o porta-voz do governo junto a todas as áreas. Tem feito intervenções que nem sempre contribuem para a distensão, mas explica-se a sua participação pela preocupação que tem o governo de alertar certos setores para não irem com tanta sede ao pote. Armando Falcão mostrou-se até agora coerente com o seu passado: é extrovertido, não esconde o que pensa, mas está perfeitamente enquadrado na filosofia do governo. Provou grande habilidade política nos primeiros dias que se seguiram à posse de Geisel, no episódio Francisco Pinto. O governo queria a qualquer pretexto punir o parlamentar que transgredia os ditames da revolução, e o ministro da Justiça encontrou uma fórmula jurídica para processá-lo: puní-lo sem necessitar de recorrer ao Ato Institucional. Hoje Francisco Pinto, apesar de não ter podido concorrer à reeleição por se encontrar preso, está reintegrado à política na qualidade de presidente do diretório municipal do MDB de Feira de Santana, Bahia. Embora sendo um "duro" na defesa do sistema, por não compactuar com processos desumanos da repressão e pela forma coerente com que se comporta, a serviço do governo e das idéias que defende, Armando Falcão poderia ter nota melhor, primeiro se não tivesse acionado o triste e infeliz processo contra Chico Pinto, e segundo, se extinguisse todas as formas de censura. Merece agora nota 7.

Minas e Energia

5 O nissei Sigheaki Ueki deixou uma das diretorias da Petrobrás para ocupar a pasta das Minas e Energia, uma das mais importantes do país. Está no cargo assim como o Paulo César no Fluminense, sem saber onde se situar, se na ponta esquerda, na direita ou no centro. Neste um terço de período administrativo, já adotou posições extremas, desde declarações favoráveis à abertura da Petrobrás ao capital de risco estrangeiro para prospecções, até a mais radical posição favorável ao monopólio estatal. Dizem nos bastidores que a cada declaração que ele faz sobre petróleo, recebe um aperto de um lado, por esta razão decidiu que não mais falaria sobre política petrolífera, pois os chamados oficiais nacionalistas matêm sobre ele uma estreita vigilância. Para se garantir no cargo teve que fazer concessões aos dois lados. Agora ele é monopolista no petróleo, mas está numa posição muito difícil com relação aos minerais da Amazônia, onde a United Steel tem ditado normas sobre o ferro de Carajás e a ICOMI continua exportando manganês acima das quotas estabelecidas e sem pagamento pelo excesso. Teve uma atuação muito destacada nas negociações preliminares com a Alemanha para o acordo nuclear, o mesmo se podendo dizer com relação à compra de carvão mineral na Polônia e venda de minério de ferro a este país e à Romênia. Com uma administração cheia de altos e baixos, a nota que merece é a de um aluno medíocre: 5

Agricultura

4 Alysson Paulinelli, agrônomo jovem, vindo de uma boa administração à frente da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, a nação depositava um certo grau de esperança em sua atuação no âmbito federal. A desilusão veio muito cedo. Paulinelli pode ter sido um bom secretário de Agricultura, mas é um ministro medíocre. Suas intervenções têm sido desastradas, especialmente nas áreas de pecuária e do gado leiteiro. Deixa-se enganar facilmente pelos criadores e invernistas e faz, tranqüilamente, o jogo deles. Como é um agrônomo, vamos observar sua atuação de agora em diante, no que diz respeito às geadas no sul e às enchentes no nordeste. Dispõe de um bom instrumento de financiamento em mãos, que é o Proagro. Verbas não faltarão para financiar os agricultores que realmente sofreram prejuízos, e da administração desses recursos é que se ficará sabendo se realmente o ministro tem condições para ocupar uma pasta tão importante como a da Agricultura, encarregada de alimentar 105 milhões de bocas e deixar um bom saldo para exportações. Vamos lhe dar um crédito de confiança, acreditando na sua juventude e no futuro que tem pela frente. Nota 4

Comunicações

4 Euclides Quandt de Oliveira, comandante da marinha de guerra, ex-presidente do Dentel, foi escolhido para o ministério pela experiência adquirida no cargo anterior. Começou sua administração querendo dar duro nas estações de televisão, cujas programações eram de má qualidade, mas já agora faz elogios à TV-Globo, pelo "alto nível cultural" de suas novelas e shows. De novo em sua área praticamente nada, porque está se limitando a dar continuidade a projetos definidos para execução a longo prazo. O ministério é novo

Almeida Machado

e o seu desempenho pode ser considerado como muito bom. Dispõe de verbas e as tem aplicado com critério. Nota 4.

Transportes

4 Dirceu Nogueira, general engenheiro, foi designado para executar uma nova política de transportes no país, tirando-se a ênfase dada às rodovias e levando-a para as ferrovias. Além disso, era preciso apagar a imagem deixada pelo coronel Mário Andreazza, cujas irregularidades praticadas nas finanças do setor já começam a aparecer. Com uma incumbência tão difícil, é preciso que se dê algum tempo para que ele possa apresentar alguma coisa de concreto, contudo, alguns erros já podem ser apontados, como o açodamento com que está querendo construir a ferrovia do aço, liberando verbas, adjudicando concorrências para execuções de trechos que ainda não estão sequer projetados. Também o abandono a que relegou a Transamazônica, nao que a obra seja prioritária ou necessária, mas pelo dinheirão que o governo anterior enterrou nas selvas. O país não está em condições de fazer este esbanjamento. Se a obra revelou-se inviável, que responsabilize criminalmente os seus executores. Nota 4.

Educação

1 Ney Aminthas de Barros Braga já foi tudo na administração: governador do Paraná, deputado federal, senador, ministro da Agricultura e agora está aproveitado no Ministério da Educação. Ocupa o cargo apenas para ser ministro, pois nenhuma contribuição está trazendo para o desenvolvimento do ensino e da cultura no país. Não sendo um homem do meio, Ney Braga limita-se a despachar o expediente normal do ministério e a fazer declarações de cunho demagógico. Não se conhece uma iniciativa sua de aproximação com os corpos discentes e docente das faculdades, uma declaração, um gesto para amainar os rigores do decreto-lei 477. Por tudo o que não fez e poderia ter feito, sua nota é 1.

Armando Falcão

Previdência Social

1 Para um ministério novo deveria ir um homem novo, com idéias novas e forma de administração nova, mas Nascimento e Silva estava em disponibilidade e precisava ser aproveitado pelo governo, em

→

reconhecimento aos inumeráveis serviços prestados. Foi uma escolha errada do presidente Geisel. Nascimento e Silva não reúne as condições que a importância do novo ministério requer. É um aristocrata afeito às coisas do "high-society" e advogado de grandes empresas sem a sensibilidade necessária para sentir e procurar solução para os grandes males sociais do país. Tem procurado se entrosar, não se pode negar, com o cargo, mas a única coisa que conseguiu, até agora, foram medidas demagógicas e sem qualquer resultado prático. A luta, por exemplo, para distribuir remédios grátis, não passa de um paliativo, pois a grande luta seria contra os laboratórios estrangeiros, coisa que Nascimento e Silva jamais fará. Por não ser o homem certo para um ministério muito importante e por não ter feito nada além de declarações demagógicas, nota 1.

Planejamento

1 Não sabemos se João Paulo dos Reis Veloso mereceria entrar nesta relação, depois que o Presidente da República resolveu transformar o Ministério do Planejamento em Secretaria, mas como manteve o status de ministro para o seu ocupante, vamos lá. Reis Veloso é o mais antigo ministro da atual administração, já atravessou três governos. Começou com o ex-presidente Arthur da Costa e Silva, quando substituiu Hélio Beltrão, passou por todo o governo Médici e foi aproveitado por Geisel. Durante os governos Costa e Silva e Médici era uma figura apagada pela sombra de Delfim Neto, limitava-se a planejar algumas medidas importantes para serem badaladas pelo titular da Fazenda, até que viu sua grande oportunidade agora. Contudo, o momento internacional parece que estava conspirando contra a sua vaidade reprimida. Tudo o que tentou fazer está dando errado. Os seus grandes programas **Pró** isso, **Pró** aquilo têm-se revelado em grandes fiascos. O II Programa Nacional de Desenvolvimento é mirabolante e fadado ao insucesso, dada a inviabilidade das metas não estabelecidas, etéreas e impossíveis de alcançar. O que não falta ao Planejamento é publicidade, com duas revistas custosas editadas e folhetos impressos a peso de ouro pelo IBGE. Veloso esconde-se numa capa de falsa modéstia, mas deslumbrou-se com o poder, inclusive em suas atitudes extra-ministeriais. Por tudo que não fez e poderia ter feito só merece nota 1 (um).

Trabalho

1 Arnaldo Prieto, ex-deputado pela Arena do Rio Grande do Sul, está no ministério assim como Pôncio Pilatos no Credo: sem razão de ser. Dizem os seus amigos e ex-colegas de Câmara que ele é ministro apenas para ter gabinete, carro oficial e **status**. Durante todos estes meses não se conhece um só ato de sua autoria ou inspiração em favor dos trabalhadores. Os sindicatos que estavam sob intervenção continuam na mesma situação e os índices de reajustamento salarial, que melhoraram um pouco sob o governo Geisel, foram alterados por iniciativa de ministros de outras áreas. Se nada fez em benefício dos trabalhadores também não teve nenhuma participação em medidas opressivas. De acordo com o princípio benevolente de dar uma chance a quem pode se regenerar, merece nota 1 (um).

Reis Velloso

Interior

O Maurício Rangel Reis, técnico do Ministério do Planejamento, foi indicado para o cargo pelo ministro Reis Veloso. Veio como quem não quer nada e continua não querendo. De sua administração não se pode apresentar um fato que mereça destaque, apesar da Pasta que ocupa ser das mais importantes, tendo sob seu controle todas as superintendências de desenvolvimento, bancos, fundações. Como ele ainda não sabe que é ministro, não vai receber nota alguma. Para nós o ministério está desocupado.

Fazenda

O Mário Henrique Simonsen sempre foi um aluno comportadinho e daqueles que só tiram nota dez. Daqueles gênios estudados por Pavlov e explicados como anomalias. Por ser bem comportadinho ficou muitos anos na Fundação Getúlio Vargas e esporadicamente fazia trabalhos de encomenda para o governo, como a Lei do Inquilinato a pedido de Roberto Campos. Como ela foi elaborada em sigilo, pouca gente sabia de seus dispositivos, mas entre esta pouca gente encontravam-se os dirigentes do Banco Bozano Simonsen, que compraram, antes da lei ser revelada, um grande edifício na avenida Rio Branco a preço de banana.

Mas isso não importa, o que vale é o comportamento do ministro Mário Henrique Simonsen. Vamos por partes: sua personalidade desagrada a todos os seus assessores. Trata-se de um caráter personalista. Os assessores se desdobram preparando mil idéias e documentos, os quais, jamais são aproveitados, porque ele sempre tem uma idéia própria sobre tudo. Quando o assessor chega com o seu trabalho, ele já preparou outro. Esse comportamento o leva até mesmo à datilografar as portarias que ele mesmo vai assinar. Como não pode tratar de tudo, vai deixando "furos" que são remendados logo depois.

Com a desculpa da crise mundial, levou o país a uma situação perigosa, no que concerne ao volume de reservas internacionais. Tal situação é tão grave que, agora, a principal preocupação do país é com a área cambial, quando o mundo todo está preocupado com o comércio.

Shigeaki Ueki

Nascimento e Silva

Rangel Reis

Eis alguns dos seus "furos":

● Logo nos primeiros meses do governo, apertou demais o crédito, mudando o tratamento gradualista para o tratamento de choque, no combate à inflação (quem pode dizer que a recessão de crescimento que o país atravessa este ano não é uma consequência dessa medida também?). Muitas firmas quebraram em razão disso. Depois, em novembro, ou seja, quase no final do ano, quando já não havia necessidade para mais nada, abriu o crédito violentamente, "aguando" o mercado financeiro e provocando o recrudescimento da inflação que se verificou nos primeiros meses deste ano.

● Anunciou que reformularia os incentivos fiscais à exportação, quando da crise dos calçados. Diante do anúncio, toda a exportação do país parou, à espera de novas vantagens que, afinal, até hoje não chegaram.

● Cinco dias antes da edição do decreto 1.338 (reformulação dos incentivos fiscais para o mercado de capitais) os jornalistas acreditados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro já dispunham de cópias do documento, assim como qualquer especulador da Bolsa. O mercado todo parou, à espera dos novos incentivos.

● Com a reformulação da Resolução 319, pelo Banco Central, fechou o país às importações até de máquinas e equipamentos que não tenham financiamento no exterior a prazo superior a um ano. Com isto, poderá simplesmente parar a indústria nacional, que não conseguirá reequipar-se e nem expandir-se. A pior consequência desse ato deverá ser sentida dentro de dois anos, com nova recessão de crescimento. Se a presente recessão de crescimento perdurar um pouco mais, poderá juntar-se com a próxima, levando o índice do PIB a zero, lá por volta de 1977/78 (provavelmente jamais chegará a zero, mas poderá baixar a 3 ou 4, o que é desastroso para qualquer país em desenvolvimento, pois aí está implicado, entre outros fatores, o impedimento de criação de empregos em número necessário para absorver mão-de-obra numa população que cresce a taxas de 2,8% ao ano). Outra indesejável conseqüência desse ato é a paralisação do desenvolvimento tecnológico.

● Mas o aspecto mais grave de sua desastrosa administração é a aceleração da desnacionalização da indústria nacional. Importantes grupos empresariais brasileiros estão passando para o controle das multinacionais sob o beneplácito e algumas vezes o aplauso do titular da Fazenda.

Como Mário Henrique Simonsen foi um aluno acostumado a levar para casa em sua caderneta de assentamentos escolares a nota máxima, pela primeira vez, receberá a mínima. Sua nota é **zero**.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

já nas livrarias

CARTÉIS E DESNACIONALIZAÇÃO

(A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: 1964-1974)

novo livro de MONIZ BANDEIRA

- As corporações internacionais e a compressão dos salários
- Queda do nível de vida do trabalhador brasileiro
- Ocupação das terras pelas corporações estrangeiras
- Questão do leite, especulação com a soja e desnacionalização da avicultura
- Capital estrangeiro no setor bancário
- Especulação com as Bolsas de Valores
- Expropriação das indústrias brasileiras pelos cartéis internacionais
- Dumping, boicote e sabotagem industrial
- A resistência da Codima e de Herberto Ramos
- Concorrências públicas e exigências de know-how estrangeiro
- Remessas de lucros, subfaturamento e sobrefaturamento
- Os cartéis e déficit do balanço de pagamentos
- Evolução da dívida externa brasileira
- Influência das corporações internacionais na política e no aparelho do Estado.

Pedidos à
Editora Civilização Brasileira S/A.
Rua da Lapa, 120 – 12° andar
Tel: 222-5667
Rio de Janeiro – RJ – 20.000

O DESPERTAR DA MULHER

A criação do Centro de Estudos da Mulher, que marca no Brasil a passagem do Ano Internacional da Mulher, foi o resultado da mobilização feminina observada durante a semana de debates sobre o Papel e Comportamento da Mulher Brasileira, promovido no Rio sob o patrocínio da ONU e da ABI. O objetivo é congregar as mulheres interessadas em estudar os problemas com que elas se defrontam, em nosso país, e debater suas soluções alternativas.

"Despertar as mulheres das diferentes camadas sociais para uma participação mais ativa na sociedade e sua integração econômica e política, em pé de igualdade com os homens, até aqui senhores absolutos do poder de decisão nos assuntos da coletividade" – eis como Moema Toscano, professora de sociologia da PUC e uma das líderes deste movimento, define os objetivos do recém-criado Centro de Estudos da Mulher.

"Mesmo durante os encontros," explica Moema, "já vínhamos tentando definir as linhas mestras do centro, com a participação de representantes do Rio, São Paulo e Niterói, principalmente. O resultado foi que um dia antes do encerramento da semana ficara decidida a criação, em caráter de urgência, de uma associação feminina aberta e dinâmica, voltada tanto para estudos teóricos acerca da condição feminina quanto para a ação prática."

Para atingir os objetivos mais imediatos foram criadas diversas comissões que já estão em pleno funcionamento: a comissão de estatutos está com seu trabalho quase concluído e, depois de sua discussão em assembléia, diz Moema que o próximo passo será obter o registro civil da sociedade; a comissão de programação prepara seu plano para cobrir este último período do Ano Internacional da Mulher, incluindo um ciclo de debates no Teatro Casa Grande em data ainda a ser escolhida. Por sua vez, a comissão de finanças procura meios de obter fundos que permitam a publicação de um boletim que deverá ser o gérmen do futuro jornal, que servirá de porta-voz das idéias feministas.

"Estamos interessadas em fazer do Centro de Estudos da Mulher um ponto de reunião de todas as pessoas interessadas em estudar e compreender a condição feminina, no quadro do processo brasileiro contemporâneo". O centro, afirma Moema, "promoverá pesquisas e encontros, organizará pesquisas e encontros, organizará arquivos e biblioteca, orientará estudos visando a trazer a mulher para uma participação efetiva na sociedade global, ao mesmo tempo em que procurará contribuir para a derrubada dos preconceitos e das atitudes antifeministas, ainda tão comuns em nosso meio."

Manifesto

O encerramento da semana de debates foi marcado pela divulgação de um manifesto no qual se define a situação da mulher na sociedade brasileira e se propõe uma estratégia com vistas a "combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais, para que ela possa exercer seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento."

Crítica publica, na íntegra, o manifesto:

"Durante esta semana sobre Papel e Comportamento da Mulher Brasileira, pudemos comprovar que, a partir das pesquisas e vivências dos participantes dos painéis e dos grupos que prestaram depoimentos paralelos, que a inferiorização da mulher não se restringe apenas às condições da estrutura econômica, mas resulta de um condicionamento cultural que vem sendo transmitido de geração em geração.

Qualquer discussão sobre a mulher, deve partir do princípio de que vivemos num país subdesenvolvido com divisão de classes.

A realidade econômica tem como reflexo uma realidade cultural que ao mesmo tempo lhe serve de reforço.

A realidade brasileira tem como uma de suas características o desemprego; não se tratando para os desempregados, a maioria dos quais é constituída de mulheres de uma opção entre trabalhar ou não, mas da impossibilidade de fazê-lo por falta de oportunidade.

A orientação tecnocrata da nossa economia marginaliza profissão de cunho nitidamente social tais como as que são voltadas para a saúde e a educação.

A estrutura cultural tem como finalidade mascarar e reforçar esta situação criando determinados estereótipos. Com relação à mulher estes estereótipos seriam:

1 – Enfatizar o papel da mulher apenas como mãe e rainha do lar.

2 – Criar o mito da fragilidade feminina.

3 – Incentivar o preconceito do homem com relação ao trabalho feminino na medida em que coloca a mulher como uma concorrente.

Essa realidade cultural leva a uma alienação da mulher com relação à realidade sócio-econômica e a mulher, então, perpetua os papéis de opressão a partir de seu trabalho pedagógico enquanto mãe, educadora etc.

Os papéis sexuais são aprendidos desde cedo pela criança através da observação da realidade cultural à sua volta e através de pressões dos grupos.

Estes papéis não são naturais. São impostos culturalmente. Estas características psicológicas aprendidas permanecem, pois são adquiridas desde cedo em nível muito profundo. O primeiro contato da criança com o mundo se faz através da família. A estrutura familiar é o primeiro veículo transmissor dos valores da sociedade.

O sistema escolar reproduz e ajuda a manter os padrões de comportamento sexual, culturalmente estereotipados, reforçando as desigualdades de oportunidade entre homens e mulheres. Em cada classe social as mulheres que trabalham se concentram nos níveis mais baixos, mal pagos e desprestigiados, enquanto aos homens ficam reservadas as posições de decisão nos níveis mais altos.

É importante notar que mais ou menos sutilmente a escola reforça essa tendência que é cultural, apenas. As meninas têm sua passividade reforçada mas não desenvolvem o seu raciocínio na mesma medida que os meninos. Assim a ideologia da escola, mais que seus objetivos aparentes, é uma das responsáveis por essa situação de desigualdade.

Além da família e da escola, os meios de comunicação de massa também funcionam como reforçadores da condição de desigualdade entre os sexos. Este é o caso dos livros de recreação e instrução produzidos para as crianças e adolescentes. As imagens femininas e masculinas transmitidas por esses livros são ainda mais rígidas e estereotipadas do que a realidade que cerca as crianças. Como tudo que é impresso ganha aos olhos de nossa cultura um caráter de verdade indiscutível, o conteúdo desses textos, onde se reforça sempre a oposição homem-mulher, adquiri muita força como fonte de influência nos comportamentos sociais. Da mesma forma, teatro, cinema, televisão e imprensa apresentam uma imagem da mulher ideal destorcida e coisificada que encontra no ato de consumir sua única fonte de inspiração e realização.

O trabalho da mulher continua a ser encarado como inferior e secundário ao do homem, mesmo ao se passar da produção agrícola para a industrial.

A superestrutura jurídica e política também discrimina a mulher, principalmente as pertencentes às camadas menos favorecidas da população.

Com relação aos aspectos jurídicos, temos, por exemplo: a legislação trabalhista é constantemente burlada e os mecanismos de vigilância dessa legislação são insuficientes. Muitos artigos são discriminadores quanto ao trabalho da mulher. Além disso, a legislação trabalhista proíbe o trabalho em condições insalubres para a mulher, quando deveria exigir condições de insalubridade para todos os trabalhadores. Nota-se ainda que a legislação trabalhista não atinge os trabalhadores do campo.

A discriminação da mulher é ainda mais complexa, já que abrange também o preconceito racial. Ela sofre duas discriminações: a primeira como negra, em que carrega a herança do passado escravocrata, a segunda como mulher, fruto do sistema patriarcal e portanto de dominação masculina.

No campo médico as pesquisas de controle da natalidade revelam um preconceito sexista na medida em que vitimizam apenas as mulheres e lhes dá o ônus e os encargos de evitar as conseqüências de assumirem sua sexualidade, e a anticoncepção.

Denunciamos também outras formas sociais de marginalização da mulher tais como a mãe solteira, a homossexual, a prostituta.

O feminismo, ao lado de outras lutas, se propõe a combater todas essas discriminações que existem na nossa sociedade.

Cabe a nós mulheres procurarmos uma saída para nossa situação de inferioridade já que, evidentemente, não será o opressor que libertará o oprimido.

É necessário superar a dicotomia trabalho/família. A mu-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

lher não deve ser obrigada a optar entre um e outro. Os encargos da manutenção e educação dos filhos são responsabilidades não apenas dos pais, mas principalmente da sociedade.

● CONCLUSÕES – Diante deste quadro, nós, mulheres brasileiras, concluimos que:

1 – A luta pela libertação da mulher não deve ser desvinculada da luta pela libertação do ser humano em geral.

2 – O primeiro passo será a tomada de consciência pela mulher de posição dentro da realidade sócio-econômica em que vive havendo para isto necessidade de um amplo trabalho de reeducação.

3 – Para tanto é necessário que as mulheres se organizem e possam manifestar livremente seu pensamento numa ampla frente para discutir, reivindicarem e se lançarem num programa de ações concretas.

4 – Esses programas de ações concretas pressupõem como tarefa mínima a formação de grupos em seus vários locais de residência, trabalho etc., para discussão, estudo e encaminhamento de seus problemas concretos.

Neste Ano Internacional da Mulher aderimos a todos aqueles que no mundo inteiro lutam contra as formas de opressão e discriminação.

● COMUNICAÇÕES À ONU – Em nossa comunicação às Nações Unidas, relativamente aos itens enfocados no Ano Internacional da Mulher, acentuamos que no Brasil se situa dentro da mística do desenvolvimento econômico em confronto com o problema da fome, desemprego, mortalidade infantil e desigualdade na distribuição de renda.

A mulher tem se limitado a sofrer as conseqüências da guerra, logo despojada de todos os mecanismos de reflexão e decisão.

Em conseqüência a mulher no Brasil se encontra especialmente despojada de qualquer possibilidade de atuação política consciente.

Propomos a criação de um Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira que obedecerá a seguinte estrutura:

O objetivo principal do Centro será:

1 – Um centro de estudo de reflexão, pesquisa e análise.

2 – Um departamento de ação comunitária para tratar concretamente a nível local dos problemas da mulher.

Combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível, e até agora não assumido, no processo de desenvolvimento.

A nossa primeira etapa de ação será a aquisição de uma sede, personalidade jurídica, estatutos e o apoio ativo do maior número possível de mulheres a quem pedimos filiação.

Decidimos a criação de um jornal que tem como objetivo a veiculação e divulgação, no sentido de criar uma consciência nacional de sua condição.

Participamos que inicialmente o jornal terá uma tiragem de 5 (cinco) mil exemplares e que as assinaturas estão abertas a todos os interessados, que podem enviar seus pedidos como também ofertas de reportagens para a Rua Santo Antônio nº 1043 em São Paulo.

Ainda esse jornal dependerá da colaboração direta de seus leitores, tanto nas assinaturas como na sua ampla difusão".

TRIBUNA LIVRE

ALIENAÇÃO - OU A CRISE DO NOSSO TEMPO

DILMA TEIXEIRA

Já vai longe o tempo em que o lema de Sócrates – "Conhece-te a ti mesmo para conheceres os deuses e o Universo" – constituia o ideal dos filósofos. Já vai longe o tempo em que a filosofia, pesquisando a verdade, constituía o ideal dos homens. Estamos na era da tecnologia – "time is money" – e não há tempo para pensar. A filosofia, apontando o homem como um fim em si mesmo, foi preterida pela técnica, para a qual o homem é um meio para todos os fins.

Nisto consiste, basicamente, a alienação do homem em nossos dias. Ele se tornou instrumento, objeto de manipulação, artigo de consumo, como tudo o mais. Alienado de si mesmo, do seu eu real, o homem está também alienado dos seus semelhantes, da natureza, da vida, enfim. Está só e buscando, por todos os meios, superar a sua solidão. Minado pela ansiedade, insegurança, angústia, seu relacionamento é penoso, uma vez que a ansiedade gera hostilidade. Em "A Personalidade Neurótica de Nosso Tempo", um importante livro sobre o assunto, Karen Horney afirma isto, revelando como uma cultura competitiva, como a nossa, produz grande dose de ansiedade nos indivíduos e todo um mecanismo de defesas para encobri-la.

O sitema é alienante e, portanto, está em crise. Esta crise tem sido denunciada por muitos psicólogos e sociólogos – a própria sociologia foi criada como a ciência da crise – sendo, neste particular, inestimável a contribuição de Erich Fromm. Em quase todos os seus livros, Fromm analisa como o caráter do indivíduo é condicionado pelo sistema econômico, baseado em produzir, trocar, consumir. Todas as atividades e o comportamento do homem estão voltados para o consumo – a padronização dos artigos levando à padronização dos gastos. "O capitalismo moderno necessita de homens que cooperem sem atrito e em amplo número; que queiram consumir cada vez mais e cujos gostos sejam padronizados e possam ser facilmente influenciados e previstos" (Erich Fromm).

A alienação põe em destaque o problema maior de nossa época: a liberdade. Nunca os homens se sentiram mais livres e, contudo, o seu estado de dependência e passividade é cada vez maior. A "autoridade anônima", como denominou Erich Fromm a opinião pública, é o grande poder, invisível, ao qual todos se submetem. Ninguém quer ser diferente. O medo da rejeição e, portanto, da solidão, leva o homem a procurar sempre a "conformidade no rebanho". Todos querem ser iguais, consumindo as mesmas coisas, vivendo a mesma existência alienada. E o sistema tem diversos meios de satisfazer tais necessidades. A rotina, seja do trabalho, seja da diversão, é um grau de paliativo para tornar o indivíduo inconsciente de sua alienação. O que importa é superar a solidão de alguma forma, buscando a companhia de outras pessoas – muitas vezes a presença física, simplesmente.

Sem ideais, toda a felicidade do homem moderno consiste em divertir-se, isto é, na satisfação de obter e consumir artigos, alimentos, cigarros, bebidas, livros, filmes, conferências e gente, inclusive. "O mundo é um grande objeto de nosso apetite, uma grande maçã, uma grande garrafa, um grande seio, somos os sugadores, os eternamente em expectativa, os esperançosos – e os eternamente desesperançados. Nosso caráter é engrenado para trocar e receber, para transacionar e consumir tudo, os objetos espirituais como os materiais, torna-se objeto de troca e de consumo" (E.Fromm). Esta atitude pragmática, utilitária e imediatista é que configura a alienação.

Sem liberdade, o homem não pode ser feliz, uma vez que sua felicidade consiste na plena expressão de sua individualidade. Na medida em que o homem busca a sua realização integral – o que exige fé em si mesmo, coragem e absoluta honestidade – na medida em que faz da verdade o seu ideal, ele começa a escapar da rede da alienação e a libertar-se, portanto. Mas a liberdade é um aprendizado difícil, que inclui dois aspectos distintos: a liberdade negativa e a liberdade positiva.

A maioria das pessoas somente realiza a liberdade negativa – ser livre de imposições, restrições, tabus e toda sorte de convenções estabelecidas pela sua cultura, pelo seu meio. Mas isto, por si só, não basta e constitui, inclusive, a fonte de toda angústia e insegurança. Ao repudiar a conformidade no rebanho e se afirmar como indivíduo livre, o homem fica só, separado,e muitas vezes desorientado e perdido. Este sentimento de separatividade é angustiante e insuportável, como afirmam os psicólogos e psicanalistas, levando o homem a aturdir-se com qualquer coisa para narcotizar a sua consciência. Estão neste caso a incidência do alcoolismo e o uso de tóxicos, tão frequente nos jovens hippies.

Somente a liberdade positiva traz felicidade ao indivíduo. É necessário dar um sentido à liberdade – ser livre para amar, criar, viver por um ideal. O homem precisa reintegrar-se à vida, à natureza, aos seus semelhantes, de uma forma amadurecida. Isto implica evoluir de uma mentalidade receptiva e exploradora para uma atitude verdadeiramente generosa – dar em vez de receber. Ao agir assim, o homem redescobre o universo em que vive, reencontra a paz, o amor, a alegria, a sua unidade original. De criatura fracionada, neurótica, confusa e, portanto, fraca, ele passa a ser uno e, portanto, forte – torna-se Homem, "raiz de tudo", centro do universo, com um fim em si mesmo. A liberdade, assim, precisa ser procurada como meio e fim.

"A crise cultural e política de nossos dias não se deve ao fato de haver individualismo excessivo, mas o fato de aquilo que cremos ser individualismo se ter tornado um invólucro. A vitória da liberdade só será exequível se a democracia evoluir para uma sociedade em que o indivíduo, seu crescimento e sua felicidade sejam a meta e a finalidade da cultura, em que a vida não careça de nenhuma justificativa dada pelo sucesso ou qualquer outra coisa, em que o indivíduo não seja subordinado nem manipulado por qualquer força alheia a ele, quer seja o Estado ou a máquina econômica" (Erich Fromm). Este é o verdadeiro sentido da liberdade. O que ocorre, porém, é que o homem está por demais envolvido neste esquema alienante, fazendo da tecnologia a sua mística, escravizado à máquina por suas mãos. O homem não quer ser livre, elegendo outros valores que o libertem e o afirmem. Tornou-se máquina também, um autômato alienado, sem pensamentos ou sentimentos próprios – fazendo apenas o que esperam dele. Está mais preocupado em "agradar" seus semelhantes, para usá-los e ser usado, do que em amá-los verdadeiramente.

A alienação do amor em nossa época chega a ser patética. Estão todos ansiosos para amar e – paradoxalmente – esta mesma ansiedade os impede de amar, uma vez que o amor não é um artigo de consumo, que pode ser adquirido ou trocado. Autômatos não podem amar. Alienado, inseguro e aflito, o homem busca o amor como sendo algo fora dele – um alimento, um remédio, o suprimento para uma necessidade. E isto não pode satisfazer senão momentaneamente – muitas vezes, após saciada a fome, a sua angústia e frustração é maior ainda. E novas experiências igualmente frustradoras se sucedem, com idênticos resultados.

O amor, em nossos dias, é considerado um objeto e não uma faculdade da alma, uma capacidade inerente a todo ser humano. Daí a sua identificação com o desejo sexual – a própria expressão "fazer amor" revela seu caráter manipulador, técnico e, portanto, alienante. Sendo esta forma de amor mais difundida em nossa cultura, não é de estranhar que toda a ênfase seja dada ao sexo, não só em todos os meios de comunicação, como nas relações humanas em geral. O sexo tornou-se o artigo de consumo por excelência. Alienado e, portanto, desligado de todo o resto da personalidade, o sexo constitui hoje uma das maiores fontes de esperanças e decepções, de angústia, enfim. Atualmente, poucos verdadeiramente amam – a maioria troca seus "fardos de personalidade" pelas melhores condições existentes no mercado.

A alienação do amor, segundo apontam os psicanalistas, é responsável por graves problemas de natureza sexual. Muitos casos de impotência, frigidez, homossexualismo, são devidos à não-participação do amor no relacionamento sexual – o sexo alienado leva a toda a sorte de inibições, que tornam impossível amar plenamente. Quando há medo, ansiedade ou insegurança, há também muitas defesas, impedindo que o homem se expresse livremente, comprometendo todo o seu ser, amando de uma forma total. Em tais circunstâncias, o amor torna-se um brinquedo, um jogo, uma "diversão" – e não uma fonte de paz e felicidade. É este fracasso repetido no amor a causa da maioria dos casos de loucuras, suicídio e de falência do casamento em nossa época.

Perplexo e desorientado, inquieto e inseguro, o homem moderno vive uma existência vazia e infeliz – muitas vezes com uma dolorosa consciência da sua inutilidade. Este estado de consciência é observado em muitos escritores e poetas. Fernando Pessoa, muito significativamente, escolheu por epitáfio: "Fui como ervas e não me arrancaram." Em prosa ou em verso, são inúmeros os exemplos da angústia como tema principal, em toda a literatura. O homem sofre. Está em crise – e, ironicamente, quando o seu domínio sobre o Universo é cada vez maior, estendendo-se do átomo aos astros.

A tecnologia, a mística do nosso tempo, se pode dar conforto material ao homem, não pode, por sua própria natureza, fazê-lo feliz. A tendência da tecnologia é reduzir os indivíduos à situação de mera engrenagem de uma imensa organização coletiva. A mecanização da organização social fez desaparecerem também as relações pessoais de autoridade. O poder tornou-se desumanizado, anônimo, com regras abstratas e mecânicas por toda parte – "os cidadãos obedecem a uma máquina no interior da máquina: a burocracia" (Maurice Duverger).

Também para o sociólogo Francisco Ayala foi "o desenvolvimento colossal da técnica que criou os desequilíbrios e tensões em que se debate o homem moderno". Para ele, "um dos fatores mais importantes na crise atual foi o abandono paulatino dos valores espirituais básicos, pela aplicação do critério de juízo para os resultados, um critério da técnica, ou seja, a preocupação com a funcionalidade, o êxito da manipulação, os meios pelos fins". Na II Guerra Mundial, encontramos os exemplos mais dramáticos da aplicação deste critério da técnica. As experiências dos nazistas com os judeus, destruídas de qualquer valor moral, foram um sucesso, do ponto de vista "científico". Igualmente, "experiência" importante a bomba atômica que destruiu Hiroshima e Nagasaki, sob o pretexto de acabar com a guerra.

Ante esse quadro, não é de estranhar que, nos Estados Unidos, onde a tecnologia está mais avançada, tenha surgido um movimento como a contracultura – em defesa do homem e contra a máquina e a alienação do sistema.

Aqui e ali, vozes se erguem, clamando por um novo humanismo, uma sociedade mais justa, voltada para o homem – para sua realização integral como indivíduo. "É necessário uma nova concepção do mundo e uma renovada atitude do homem frente ao Universo – base de um congruente sentido da vida" (F. Ayala). A contracultura, buscando na filosofia oriental outros valores, ao menos, é uma nova atitude do homem em face da crise do nosso tempo. Ao menos, é um despertar promissor para a filosofia e a pesquisa da verdade – um ideal dos mais dignos num mundo tão pobre de ideais.

Ela adotou o Brasil e o Brasil a renegou.

CARMEM: A PEQUENA ESQUECIDA

Agosto de 1955. Um ano depois do suicídio de Getúlio Vargas, o Rio parava para acompanhar outro enterro. No dia 5, depois de uma vida agitada em que a glória foi personagem importante, a portuguesa mais brasileira do nosso século, Maria do Carmo Miranda da Cunha, morria. Vinte anos depois, seu nome quase não é lembrado, embora ela tenha sido a única brasileira (brasileira, sim) efetivamente conhecida nos Estados Unidos, a capital do show-biz mundial. Não fosse pelo trabalho do Fã Clube Carmem Miranda de Brasília, e poucos se lembrariam de Carmem Miranda. Ela não foi importante apenas para a música: sua ação se fez presente até mesmo na divulgação comercial de nosso país. Morta, as promessas logo surgiram: o governo trataria de criar um Museu para conservar viva sua memória. Vinte anos depois de sua morte, fica a pergunta: cadê o museu, governador Faria Lima?

A personalidade artística de Carmem acompanha bem a evolução da vida brasileira no século 20. Ela nasceu em Portugal, no ano de 1909 e dois anos depois sua família transferia-se para o Brasil. O pai era barbeiro e a crise européia tinha efeitos terríveis sobre Portugal, determinando um grande fluxo migratório para o Brasil. Família típica da pequena burguesia, segundo os padrões da época, Maria do Carmo Miranda da Cunha foi estudar em colégio religioso, mas quando a situação financeira da família piorou, a menina interrompia os estudos, cumprindo um cerimonial já rotineiro em seu extrato social e foi trabalhar. O primeiro emprego foi numa loja de gravatas, mas o moralismo da família não ficou satisfeito com "o ambiente" e ela arranja outro emprego numa loja de confecções femininas. Este ambiente seria "mais propício para uma menina de formação religiosa". Na sua carreira esse dado seria importante, porque ali ela conheceria o compositor Aníbal Duarte.

Tem deputado no samba

A posição desse personagem também é característica da época: homem de poucos recursos, vivia sob o mecenato de um deputado baiano, o parlamentar Aníbal Duarte. Era o tempo da Galeria Cruzeiro, onde os políticos se encontravam e ficavam flanando quando não estavam no parlamento. Também era a época em que os deputados provinciais moravam sozinhos no Rio, deixando as famílias em seus redutos eleitorais. Este deputado foi aconselhado a comer de pensão (o tradicional serviço de marmitas a domicílio) e contratou com a mãe de Carmem para receber almoço. Era um político que tinha pretensões artísticas e cuidou de organizar um festival de música (já naquele tempo havia festivais, sim). Beneficente, seria realizado no Instituto Nacional de Música.

Não se sabe como, mas o fato é que o deputado achou que poderia transformar Carmem em cantora: "Conheço uma garota que tem jeito para cantar... eu confio muito no meu olho clínico". E, mais numa imposição que num pedido: "quem sabe se não poderíamos aproveitá-la no festival?"

Para o tal festival, a cantora passou a usar o nome artístico Carmem Miranda. Há controvérsias entre os estudiosos: alguns dizem que foi Josué de Barros quem escolheu o nome. Outros defendem o argumento de que um tio dela, fã de Bizet, chamava-a de Carmem... Pouco importante essa questão: o fato é que o nome artístico Carmem Miranda colou, assim como colou o apelido de "Pequena Notável" dado por César Ladeira e o internacional "brazilian bombshell" criado por Aloísio de Oliveira.

Depois do festival, Carmem foi levada à antiga gravadora Brunswick, onde gravou o hoje raríssimo disco número 10.013 com as músicas "Não vá embora" (sic) e "Se o samba é moda". Este disco é considerado muito importante e faz parte do acervo da RCA, que adquiriu a Brunswick. O disco não fez sucesso, mas garantiu a Carmem um contrato com a Rádio Sociedade, dirigida por Roquete Pinto e um contrato com a RCA.

A partir de 1929, Carmem começava a trabalhar como cantora profissional: era um período fértil. Na época aparecem com destaque Assis Valente, João de Barro, André Filho, Lamartine Babo, Joubert de Carvalho e muitos outros.

No ano de 1929, o mundo estava em crise: começava o ponto máximo da crise do capitalismo e do liberalismo. Nos Estados Unidos com o crack da bolsa, Wall Street estava em pânico. A Europa ainda sofria as conseqüências da grande guerra e na Alemanha a república de Weimar começava a desmoronar preparando o caminho para a ascensão do III Reich. Nada disso, entretanto afetava o nascente show-biz brasileiro. Alienados de tudo que se passava os artistas não tomavam conhecimento das implicações políticas da conjuntura econômica e em suas músicas nada se notava sobre o que estava passando. Era a grande alienação que preparava uma geração de músicos que eclodiria nos sambas ufanistas alguns anos mais tarde. E Carmem Miranda seria a grande "star" da constelação. Vamos seguir mais um pouco os passos da cantora.

A bossa e a bossalidade

No ano de 1930 ocorre seu encontro com Joubert de Carvalho, na loja Melodia. Joubert estava vendo as novidades de disco, quando o gerente chamou sua atenção para o trabalho de Carmem. Joubert era um grande nome, respeitado como compositor desde o sucesso de "Maringá". Seu beneplácito era importante para qualquer artista. Por coincidência real ou benevolência biográfica, o certo é que Carmem "por acaso" entra na loja no mesmo momento, e dois dias depois Joubert vai à casa da cantora levando a música "Taí" ("taí, eu fiz tudo pra você gostar de mim..."). Perfeccionista, Joubert estava dando instruções a Carmem sobre a maneira de cantar a música, quando ela falou: **"Não precisa me ensinar que na hora da bossa eu entro com a bossalidade".**

No dia 27 de janeiro de 1930, Carmem grava "Taí", pela RCA. O disco é hoje uma raridade e foi o mais executado do ano nas (poucas) emissoras de rádio que existiam. A partir daí os sucessos se repetem: "Good-bye" (Assis Valente) corre o Brasil e ela torna-se nome de sucesso, o primeiro ídolo feminino da música brasileira.

Em 1930 acontece a chamada "revolução" dos gaúchos. Getúlio Vargas é nomeado presidente constitucional(primeiramente como chefe da junta revolucionária e depois eleito pela Constituinte de 1934) e começa o longo "reinado do gegê" sacudido pela radicalização da vida política com o chamado levante vermelho e depois a papagaiada verde dos integralistas, o golpe de 37 e um período de intensa corrupção e repressão, esta a serviço daquela. Os planos do ditador pediam um esquema promocional e este contava com o apoio daquilo que hoje chamamos de multinacionais, ainda que alguns anos depois, quando obrigado a optar entre o eixo europeu e a "solidariedade continental", Vargas tenha sido pressionado violentamente. Mas ainda estamos no começo e a RCA ("a voz do dono"... sutil mesmo, não?) tinha Carmem Miranda como contratada. Uma artista de talento, pronta para o sucesso. Era só acionar a máquina.

No ano de 1935 Carmem faz sua primeira viagem ao exterior: Buenos Aires e Montevidéu. A temporada nos países platinos não tinha outro objetivo que preparar "a grande viagem". Uma espécie de ensaio geral. Voltando ao Brasil, grava "Adeus Batucada", "Cantores do Rádio", "No Tabuleiro da Baiana", "Me dá, me dá" e outros hits. No cinema ela interpreta "Banana da terra" onde pela primeira vez usa a roupa que seria sua marca registrada: a baiana estilizada. Note-se que Carmem já tinha uma assessoria profissional, coisa inexistente no Brasil da ocasião. Era o dedo da RCA orientando tudo.

Em 1939, o produto final está pronto e logo aparece um empresário que contrata Carmem para sua primeira temporada no "colosso do norte". Mas Lee Schubert não era apenas um empresário, ele tinha ligações com o Departamento de Estado e sua política de intercâmbio cultural. Lembremo-nos de que em setembro Hitler invadia a Polônia, a Grande Guerra começava e os americanos não estavam muito seguros com relação à política de Vargas. O ditador estava cercado de homens simpatizantes do eixo Roma-Berlim-Tóquio. O próprio ministro da Guerra, Eurico Dutra não escondia dua admiração pelos "feitos europeus".

Na América, Carmen estréia na Broadway ("the right place...") na revista "The Streets of Paris", assina contrato com a gravadora Decca e faz o seu primeiro filme na terra de tio Sam: "Serenata Tropical".

Quando volta ao Brasil, os sentimentos populares estão agitados: a cisão entre "pró-americanos" e "eixistas" é grande. No DIP muitos antiamericanistas lançavam cargas contra tudo que se referia aos americanos. Carmem era um prato feito... Os chavões usados não são estranhos nos dias de hoje. Tinhorão vive chamando Tom Jobim de americanizado, vendido etc. A cantora ficou triste, mas a "assessoria" funcionou. Ela grava imediatamente **"Disseram que voltei americanizada"**, que seria uma resposta aos acusadores, mas diante da recepção fria que teve no Cassino da Urca, volta aos Estados Unidos.

As mãos na fama

A "política da boa vizinhança" estava funcionando. Numa pesquisa realizada, Carmem aparecia como uma das dez pessoas mais populares de Nova Iorque, à frente até do prefeito La Guardia. Com seus sapatos altíssimos (na verdade uma compensação para sua pequena estatura), turbantes, colares e balangandãs, a "brazilian bombshell" criava uma moda e era famosa: foi a primeira artista não norte-americana a deixar mãos e pés impressos na calçada da fama em Hollywood Boulevard, e a primeira brasileira a cantar na Casa Branca, num jantar com o presidente Roosevelt. A "voz do dono" por trás de tudo isso.

No ano de 1944 estava milionária: foi a mulher que mais faturou nos Estados Unidos. Espetáculos em cassinos, filmes, discos, propaganda comercial, fizeram de Carmem uma mulher riquíssima, bem ao estilo do

Uma estrela internacional — a única brasileira.

"star system": casa em Beverly Hills com piscina, automóveis, jantares e todo o cerimonial das grandes vedetes.

Em 1947 casa-se com o americano David Sebastian, e continuou sua vida de artista famosa, mas era uma mulher triste e amarga. Ela não perdoava as críticas recebidas em sua terra adotiva. A saúde não ia bem e Carmem morria no dia 5 de agosto. Um colapso cardíaco matou a estrela.

Agora, vinte anos depois de sua morte, ainda não se sabe em que pé está o prometido e nunca criado "Museu Carmem Miranda". Suas baianas, turbantes, sandálias, brincos e outras tantas coisas continuam guardados em baús numa saleta do inoperante museu de artes e tradições populares, um cubículo do aterro do Flamengo. Aqui ela está esquecida, mas nos Estados Unidos seu mito ainda funciona. Reprisam seus filmes, lançam seus balangandãs novamente, fazem shows revivendo a artista. Nesta terça-feira todos estarão presentes à estréia do musical "Miranda, Miranda"... na Broadway, em Nova Iorque.

O que é preciso entender para descobrir um dos motivos desse criminoso silêncio em torno da cantora é que quando Carmem aconteceu na América, estava em pleno andamento a política de boa vizinhança, instrumento ideológico usado por Washington para garantir o apoio do maior número de países à sua política contra os governos do eixo. Havia mesmo um setor funcionando no Departamento de Estado para cuidar do "intercâmbio cultural" com os países latino-americanos. Entre os brasileiros que eram funcionários do State Department, estavam o playboy (ou seria **playold?**) Jorginho Guinle, o compositor Aloísio de Oliveira e outros.

Carmem Miranda teve uma grande máquina funcionando. Por aqui no Brasil, com o fim da guerra, o mecanismo político internacional atuou decididamente para o fim da ditadura de Vargas e com a retomada do processo de substituição de importações, debilmente iniciado na década de 1910, forma-se uma nova e poderosa classe média adotaria os padrões norte-americanos, usaria óculos ray-ban, imitaria o que os filmes coloridos produzidos em Hollywood mostravam. Seus filhos iam estudar no colégio Anglo-Americano e mais tarde teriam acesso às universidades, formando um núcleo cultural que na música desaguaria na bossa-nova.

A hora da revisão

A necessidade de impor novos padrões culturais provocou também um rompimento com os padrões vigentes. Os filhos passaram a não aceitar os "mores" de seus pais. Na música, os sucessos tipo Glen Miller eram substituídos por uma música brasileira mais identificada com uma cultura "neo-sofisticada" dos jovens. Com acesso a um tipo de informações eles passavam a ver uma realidade fraca: os manuais de sociologia eram lidos de dia e as pautas musicais trabalhadas de noite.

Não estando livres de preconceitos, esses criadores passavam a considerar "perniciosa" a música de Carmem Miranda. Vulgar, "cafona", dizem alguns dos muitos rótulos usados. Mas seria ingenuamente mecanicista (além de injusto) creditar o sucesso de Carmem apenas às necessidades estratégicas de Washington, assim como não se pode dizer que a bossa-nova deve ser creditada apenas ao ímpeto desenvolvimentista da administração Juscelino Kubitschek, ou ainda que as músicas de protesto seriam uma resposta à repressão política de 1964.

Foi preciso que um grupo de músicos sem um compromisso existencial ou ideológico (a arte mais próxima da ciência) chegasse sem preconceitos para que o fenômeno Carmem Miranda fosse aceito. Os baianos com uma visão antropofágica reabilitaram Carmem Miranda. Sua visão de mundo era ingênua e simples . Sua formação e origem, também. A "anima" brasileira estava presente em Carmem, nosso famoso "deixa andar" entrosava-se bem com o compasso de suas músicas.

Esses criadores pós-64, os baianos, chegaram livres de qualquer compromisso ou preconceito. Por mais que tentasse dar uma conotação panfletária ao movimento, os baianos promoveram uma revolução na pasmaceira cultural, e nenhuma revolução digna desse nome é panfletária. Seus compromissos são mais profundos. Eles – os baianos, não tiveram vergonha em assumir a realidade musical, elaborando-a. Os outros, os filhos de uma revolução nunca feita, viúvas stalinistas que pretendiam fazer músicas-metralhadoras, se contentavam em quebrar violões em festivais ou comandar imensos coros. Mas iam aos festivais.

Foram os baianos que conseguiram dar um novo alento à música brasileira. Sem os compromissos com a procura de raízes ("raiz para mim é coisa de mandioca" – boa, Gil!) mas ligando-se à realidade brasileira, Caetano Velloso em sua primeira apresentação no Brasil depois do exílio (vamos usar as palavras adequadas: preso, Caetano foi viver em Londres. Se isto não é exílio, que diabo é?) cantou imitando Carmem Miranda e logo os puristas gritaram como vestais que assistissem a um dos filmes proibidos pela distensão.

Esquecida inclusive pela gravadora RCA que deveria ter preparado um esquema promocional para registrar a ausência de 20 anos, Carmem Miranda deve sofrer uma revisão crítica de seu trabalho. É preciso conhecer seus discos, estudar sua importância para a música brasileira. Esta é a melhor homenagem que se pode fazer a uma mulher que viveu para cantar. E todos devem cobrar do governo a imediata abertura do Museu Carmem Miranda. Se o governo estadual não tem interesse, se a prefeitura do Rio está mais preocupada em participar de coqueteis de lançamento de espigões, que o assunto passe para a área federal, para o Ministério da Educação e Cultura. O que não pode é ficar na promessa. Nem Carmem ser lembrada apenas uma vez por ano, quando da passagem da data de sua morte.

ANTONIO OSÉAS

Lançando a moda no mundo com a baiana estilizada.

CINEMA

SATÃ CONTRA AS DELÍCIAS DA ESTATIZAÇÃO

Jornalista (editor de "UH-Revista") e cineasta, Miguel Borges presta seu depoimento para os leitores de Crítica, dissertando sobre as questões mais atuais do cinema brasileiro, especialmente a ampliação da lei de obrigatoriedade, e sobre seu último filme, "Delícias de Satã", em fase de mixagem para ser lançado em agosto ou setembro. Não procura se esconder sob uma capa de bom-mocismo, pelo contrário, declara corajosamente o que pensa e o que faz.

Miguel, que já dirigiu Pelé no cinema e fez justa homenagem a Grande Otelo num filme a ele dedicado ("O Barão Otelo no Barato dos Bilhões"), tem uma filmografia não muito numerosa mas bastante expressiva.

Deu seus primeiros passos no cinema fazendo o episódio "Zé da Cachorra" em "Cinco vezes favela" (1962), seguido do longa-metragem "Canalha em Crise" (1963). Depois realizou, pela ordem, "Perpétuo Contra o Esquadrão da Morte" (1967), "Maria Bonita, Rainha do Cangaço" (1968) e "As Escandalosas" (1970). Nesse mesmo ano dirigiu o curta "A Festa da Maldição". Voltando ao longa, realizou o citado "O Barão Otelo no Barato dos Bilhões" (1972), "O Último Malandro" (1974) e "Delícias de Satã" (1975).

Miguel Borges, autor de "Delícias de Satã"

Pensamento e ação

Crítica – Miguel, como é "Delícias de Satã?"

Miguel Borges – Nesta minha nova fita vou usar quatro adjetivos distribuídos dois a dois: é um filme piauiense e carioca; pessoal e universal. Falar, falar, a gente sabe que não adianta, mas fala assim mesmo, porque ora temos o ofício de falar, ora de escutar. Salve-se quem souber.

Delícias de Satã está construído em cima de valores universais nordestinos, estórias de assombração, mula-sem-cabeça, mãe d'água, esses seres de outras dimensões. Tudo o que podemos imaginar aqui, existe acolá. O cortador de cana Pedro Socó sai pelo mundo em busca de um tesouro enterrado. Mas como é, no aperfeiçoado, na batata, esse negócio de tesouro enterrado? Respondendo: em primeiro lugar, onde está a batata? Dentro da terra. Assim também o tesouro. E como o homem é o humo, o sal da Terra, o seu cérebro uma raiz e o sistema nervoso uma planta (até a dos pés), cada um tire a conclusão que desejar. Quem diz, não sabe. E quem sabe, não diz.

A proposta para a busca do tesouro enterrado parte da alma penada do cangaceiro Florindo Fede-a-Bode. Ele na realidade pertence a toda uma linhagem de seres mitológicos, do Baphomet de Mendes (Bode do Sabbath) a Pedro Malazartes, passando por Lúcifer (assim chamavam os antigos astrônomos romanos ao planeta Vênus), Satã (Setã ou Saturno) e o Jurupari tupi – que aqui se identificam com Prometeu (o ladrão do fogo divino). Esse bode Florindo não tem nada a ver com o diabo de quaisquer catecismos – que não questiono, porque cada um sabe onde lhe pisam o rabo. "Delícias de Satã" não trata de questões religiosas. Tenho o maior respeito por todas elas. A religião é uma das maiores criações do homem – mas não se confunde com suas antíteses, a religiosidade e o misticismo.

Mulheres fantásticas

O personagem do padre Angellini – continua Miguel –, um europeu italiano em busca de sua identidade secreta nas terras dos Brasis, tem no Trópico de Capricórnio o maior adversário, futuro aliado, imediatamente, sem soluços nem soluções de continuidade. Ele sofre muitas tentações. A maior delas é a mulher do "coronel" Ferrolho Feitosa, uma tal de dona Elza – que por isso mesmo vira mula-sem-cabeça toda sexta-feira de lua-cheia. Como tal, não deixa de ser um agente da lei – a grande lei natural, que a tudo e a todos rege, queiram ou não queiram saber. Tanto que, com o auxílio dela e da Mãe d'Agua e mais a Cuca (também chamada Bicho Papão), caminha a estória.

São três mulheres fantásticas. E fantásticas mulheres são estas três:

– Itala Nandi, a Mula. Uma atriz insuperável em técnica e sentimento. As pernas mais bonitas do cinema brasileiro. A maior malícia intelectual do "women's power". Além de mãe de Juliano, três anos de exigências, e dona de casa prendada, forte em macarrões ao alho e óleo.

– Tina Luísa, a Mãe. Uma atriz em quem a técnica só é superada pelo sentimento. O "close" noturno mais encantador do cinema nacional. Além de jovem moderna e independente, trazendo na alma rebelde um pouco da ciganice morena de sua pele. (Para os que exigem referências, dou-as: é uma das estrelas do filme "As moças daquela hora". Uma força).

– Zezé D'Alice, a Cuca. Uma nova atriz em quem a técnica e o sentimento são superações recíprocas e verdadeiras. O Rio Grande do Norte mais esbelto

→

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

do filme indígena. Além de moça opiniosa e trabalhadeira, secretária competentíssima e elegante amazona dos desfiles da Banda de Ipanema.

Montanha humana

Dos atores, inevitável dizer que Ivan Cândido faz aqui o matuto mais verdadeiro da nossa cinematografia – garante o realizador. – Francisco Milani, um padre Angellini de extraordinária comicidade, o mais surpreendente contestador das velhas democracias. Roberto Bonfim, uma interpretação festival de audácia e juventude no Fede-a-Bode. E uma palavra especial para essa montanha humana, o grande Maurício do Vale, criação genial no "coronel" Ferrolho.

"Delícias de Satã" teve o maior trabalho de preparação visual já feita no cinema brasileiro. Eu, a cenógrafa-figurinista Cida e o diretor de fotografia (Eastmancolor) Ronaldo Nunes fizemos extensa e minuciosa semeadura, harmonizando locações (em Volta Grande, Minas Gerais) e trajes, cores e luz, fotografia e cenografia. Batemos milhares de fotos em cores e preto-e-branco, indo três vezes a Volta Grande antes de rodar a película. Filmamos 150 metros de Eastmancolor, para testar efeitos de luz, filtragens, luares e escuridões; com a continuista na anotação – controle da pesquisa.

Cida é uma cenógrafa-figurinista de grande talento. Além de morena esgalga, elástica e simpática.

Uma palavra sobre meu sócio, Antônio Gibelli, um dos co-produtores mais inteligentemente participante do cinema brasileiro, dono de uma produtora que está entrando de com força na praça, a Comander Filmes.

Pandemia e abstração

– Bom, depois de falar de seu filme, vamos entrar em um assunto mais generalizante. O que acha de toda a movimentação atual do cinema brasileiro?

Parece que há na cabeça de alguém o sonho de estatizar o cinema nacional – produção, exibição e distribuição. Alguns movimentos nesta direção geral o confirmam. Há também no sentimento de alguns a imagem de que os inimigos maiores do cinema brasileiro são os exibidores nacionais. Ledo engano. Os maiores inimigos do cinema brasileiro são as multinacionais distribuidoras de filmes estrangeiros no Brasil. E os menores são os exibidores (de pequenos circuitos) importadores de filmes. Os exibidores que não importam não têm antagonismo insolúvel com os nossos filmes. Ao contrário, o desentrosamento é comercial, econômico. Um problema de custos e suprimentos. É um assunto técnico demais para o leitor ter de tomar conhecimento dos pormenores.

Por aí se vê que não é preciso estatizar a exibição para resolver o impasse. Problema de produção não há, porque já está mais do que provado: a velha iniciativa privada encontra sempre uma energia nova quando se trata de cinema. A produção é forte, viçosa como as nossas mulatas.

Resta a distribuição. Aí sim, uma semiestatização, objetivada numa SA de economia mista, pode ser uma solução. Esta forma já existe, embrionariamente, na Embrafilme-Distribuidora (que tem muitos problemas a resolver antes de se tornar eficiente – cabendo ressaltar, para acertos de registro, que suas operações na segunda linha já são satisfatórias. Desses problemas, entre os maiores, são a

Ítala Nandi, estrela de "Delícias de Satã"

Ivan Cândido também está em "Delícias de Satã"

burocracia e a mentalidade de repartição pública no velho estilo paterno-filhotista, mas como burocracia é uma pandemia e "mentalidade" uma abstração, não adianta discutir o assunto abstratamente; a Embrafilme-Distribuidora só haverá de superar estas enormes miudezas quando estiver inserida num sistema que lhe cobre eficiência; e isto demora. Há muita coisa a fazer. Se o leitor está "in the mood for technicalities", pode tomar um ligeiro contato com estas questões globais no trecho a seguir, vazado em discreto economês; se não, pule para o lado, que barata sabida não passa no galinheiro).

Reserva de mercado

O aumento da reserva de mercado para 112 dias – observa Miguel Borges – deve ser complementado por providências que gradativamente tornem o filme brasileiro melhor para o exibidor como negócio. Uma destas providências, já tomada, vai se efetivar a partir de janeiro do ano que vem: é a copiagem obrigatória de 100% dos filmes importados – fator de encarecimento dessas importações e conseqüente redução da diferença de preços entre o filme estrangeiro e o brasileiro no nosso mercado.

Outra medida – que está sendo estudada em boa hora pelo ministro Nei Braga – é o financiamento aos exibidores pela Caixa Econômica. Esse financiamento será de grande eficácia se tiver prazo de carência grande (o negócio de cinema o exige), juros baixos (de investimento-desenvolvimento) e uma contrapartida para o cinema brasileiro: o exibidor financiado se comprometeria a reservar mais datas para os filmes brasileiros do que manda o decreto. Por exemplo: 140 dias em vez de 112. E assim sucessivamente, até se alcançar o nível economicamente ideal.

Eis uma providência que deve ser considerada: a criação de estímulos fiscais ao exibidor, quando se tratar da exibição de filmes brasileiros.

E ainda outra: o aumento substancial da taxa por cópia (uma espécie de taxa de expediente paga por todos os filmes, nacionais e estrangeiros). Os estrangeiros seriam pesadamente onerados. Os brasileiros também, mas o ônus destes se compensaria no aumento do adicional sobre a renda de bilheteria (pago aos filmes nacionais pelo Instituto Nacional do Cinema e financiado pela arrecadação daquela mesma taxa).

Enfim, trata-se de permitir que exista um metabolismo econômico natural do cinema brasileiro. E relações objetivas entre exibidores e produtores, baseadas no interesse mútuo e comum. O filme nacional precisa se assenhorear de seu próprio mercado para estar em posição de negociação no mercado externo.

Para isto, todos os esforços devem ser somados e até multiplicados. Explico porque digo parece estar na cabeça de alguém o sonho da estatização geral do cinema. Há indícios em papos e papéis. E nos papéis, dois fortes, no anteprojeto de reforma dos órgãos da administração federal para o cinema: a folhas tantas, quando se trata da representação no órgão de assessoria (Conselho) a ser criado, mencionam-se representantes dos "produtores cinematográficos, dos realizadores cinematográficos e dos exibidores ou distribuidores." Veja-se bem que a representação dos exibidores não está garantida. Em seu lugar, ficariam os distribuidores. Para disfarçar?

Os falsos vilões

Evidentemente não é possível traçar nem conduzir uma política nacional de cinema sem o concurso dos exibidores. Como excluí-los então? A menos que isto seja um **ato falho.** Aí Freud explicaria que a exibição, deixada de fora agora, entraria mais tarde pela outra porta – a da estatização. Isto se confirma no segundo ponto do anteprojeto: inclui-se **exibição** entre as novas atribuições da Embrafilme.

E mais: o decreto dos 112 dias, solução dramática e inevitável, que é nosso dever aplaudir, carrega uma enorme contrapartida, em termos de antagonismo e desentrosamento entre produção e exibição. O exibidor, na realidade, aí fica como a parte mais fraca, em cima de quem estoura a tensão. Produtores brasileiros de um lado, com o reforço decisivo do presidente e do ministro. Do outro, as multinacionais que predominam em nosso mercado de cinema (crônica e historicamente extrovertido). No meio, os exibidores, para quem sobrou a sobra. Afinal de contas, no palco da vida, eles assumiram o papel de vilões. Mas não passam de máscaras para os verdadeiros antagonistas, os distribuidores multinacionais de filmes importados.

Produtores e exibidores brasileiros precisam tirar as máscaras uns dos outros e, juntos, em álacre revoada e tudo, partir para cima dos grandes concorrentes comuns. Acima, dei algumas idéias de como isto pode ser feito. No bolso, vamos indo em frente. O negócio não está mal.

ALBERTO SILVA

FILMES

TIRAS, CANAS E POLICIAIS

O policial sempre esteve muito presente na galeria de heróis do cinema americano. Não estão sendo aqui considerados os indivíduos que agem como polícia por conta própria, os detetives particulares – também muito freqüentes nas telas (de "The Maltese Falcon" – 41 de John Huston a "Chinatown" – 73 de Roman Polansky), nem os sofisticados espiões internacionais tipo 007 – mas apenas o policial de ronda, o policial de delegacia, o provavelmente violento e corrupto funcionário público encarregado pela nossa segurança.

O tratamento dado por Hollywood a este cidadão, o policial comum, tem variado muito com o tempo. Até mais ou menos a década de cinqüenta, o policial era honesto, distante, antisséptico. Com o correr dos anos, foram sendo permitidas críticas ao seu comportamento e dúvidas quanto a sua honestidade.

A maioria desses filmes pertenciam à escola liberal-paternalista, mas um especialmente oferece um retrato deprimente do policial americano: "Touch of Evil/A Marca da Maldade" – 1957, um dos melhores filmes de Orson Welles.

Finalmente, em anos mais recentes, surgiu um terceiro tipo de filmes sobre policiais, o "cop-propaganda", ou seja, a propaganda policialesca, propagando valores reacionários (o machismo, o chauvinismo, o cinismo, o mercenarismo, a impiedade) e mesmo politicamente inconvenientes (o crime é insinuado, fruto de uma legislação muito liberal; os métodos violentos para tratamento de prisioneiros; os únicos eficientes; é mesmo abertamente apregoado que a população deve agir por conta própria, sem esperar a lei e a polícia). Sem muito exagero, são filmes na melhor das hipóteses fascistóides. O que não é de espantar se percebermos que a Máfia é uma grande produtora de filmes, e ligada à direita americana (Nixon, CIA, etc).

"Dirty Harry" de Don Siegel: propaganda parafascista

→

O exemplo mais típico desses filmes neofascitas é "Perseguidor Implacável/Dirty Harry" – 1971 de Don Siegel, com Clint Eastwood no papel de um policial violento que resolve um caso com seus métodos condenáveis, e no final, mesmo sendo o herói, tem de ser punido pelo sistema. O criminoso no filme é pouco que um cão danado que precisa ser exterminado o quanto antes. O fato de "Dirty Harry" ser admiravelmente bem dirigido, só agrava sua perniciosidade. Filmes como esse são freqüentemente mais tensos e vibrantes que filmes que criticam o sistema policial (vide "Serpico" – 73 de Sidney Lumet), o que aumenta suas possibilidades comerciais.

No Brasil, por exemplo, a nossa TV está repleta de exemplares de "cop-propaganda", ensinando a população como não ser tolerante, democrática e compreensiva. "Os Intocáveis" (passado durante a Lei Seca, "Shaft" (o policial negro), "Police Woman", "Kojak" e muitos outros enlatados pregam toda semana a delação, a violência, o desprezo total pelos direitos humanos, transmitindo o pânico e o terror. São evidentemente filmes perniciosos, prejudiciais e antidemocráticos. Sua exibição na TV (onde a programação é compulsória) é uma violência e um desserviço a um país que pretende fazer uma distensão política.

"Black-explotation film" de William Graham, diretor vindo da TV, autor de alguns filmes medíocres. O filme passa-se no bairro negro de Galveston, cidade texana. A princípio é apenas outro "cop-propaganda": o simpático polícia do bairro é assassinado misteriosamente. Os 'Together Brothers", turma de adolescentes, resolvem desvendar a morte do amigo. São percorridos então os cenários do baixo mundo: prostíbulos e casas de jogo, etc. e interrogados prostitutas, travestis e banqueiros de jogo, até o esclarecimento final.

Podem ser notados alguns sinais dos filmes reacionários, como a investigação de um crime por um grupo que não a polícia. Por outro lado o filme é antiquadamente machista e chauvinista: entre toda fauna do submundo de um gueto negro, que inclui assassinos, banqueiros de jogo e mafiosos, o assassino tem de ser exatamente o homossexual, velho bode-expiatório de todos os extremismos sociais, aqui apresentado como um misto de louco paranóico e palhaço de circo.

"Together Brothers" é um filme muito ambíguo. Apologético das turminhas de gueto (notórias bases do fascismo cotidiano) e chauvinista ao extremo – no Brasil possui a característica de ser um dos poucos filmes exibidos onde o negro brasileiro pode ver na tela negros que ocupam todos os degraus da sociedade, e não são, como nos filmes brasileiros, apenas domésticas, ladrões e sambistas em aparições coadjuvantes. Por outro lado, convém lembrar que se o negro brasileiro identificar-se apenas com filmes americanos (especialmente como esse) o resultado será imprevisível, provavelmente negativo. A EMBRAFILME e os cineastas precisam entender que o negro é também consumidor, e precisa e quer consumir atores da sua raça, e filmes tratando dos seus problemas. Que não são exatamente os mesmos do resto da população.

JOÃO CARLOS RODRIGUES

Paulo Autran e Alan Strang: o médico e o rapaz se desafiam dolorosamente

"Seria possível comparar as relações entre Ego e Id com as de um cavalo e seu cavaleiro. O cavalo fornece a energia locomotora e o cavaleiro tem a prerrogativa de determinar o objetivo e a direção dos movimentos de sua poderosa montaria. Mas muitas vezes entre Ego e Id nos deparamos com o quadro menos ideal: o cavaleiro é obrigado a conduzir-se para onde o cavalo deseja ir" (Sigmund Freud)

"Um mito verdadeiro é um laço verdadeiro. Todos os fatos estão ali contidos e não há saída". (The New York Times).

"Vivemos num mundo secular. Para adaptar-se a esse mundo, a criança abdica de seu êxtase" (Mallarmé)

"Se soubéssemos onde termina o normal e começa o patológico". Consideram-se doentias as perversões e sua difusão entre todos os povos da terra nos obriga a aceitá-las como normais. Em tempo algum se valorizou tanto o normal como na atualidade, e em tempo algum se cometeram tantas atrocidades em homenagem à normalidade. Minha admiração pela natureza é demasiadamente profunda para permitir-me censurá-la e contemplar-lhe as manifestações como patológicas. Creio-me no dever de demonstrar que muito do que consideramos doentio é normal, e que verdadeiramente doentia é a nossa preocupação em opor-nos às leis da natureza" (W. Stekel)

TEATRO

CAVALGADA AO INCONSCIENTE

– "Você pensa que sentimentos podem ser simplesmente grudados, como remendos? Colados a outros que nós selecionamos"?
– "Eu sei, doutor, que nós, os pais, somos sempre considerados os responsáveis"... (trechos da peça EQUUS, que estreou recentemente em São Paulo)

Com seus 422 lugares disputados acirradamente todas as noites em São Paulo, o Teatro Maria Della Costa está apresentando a peça de Peter Shaffer, Equus, uma dialética sobre o comportamento humano. Baseada em fato verídico acontecido no Sul da Inglaterra há dois anos, Equus, peça em dois atos, vem mobilizando a opinião dos críticos e público por seu profundo conteúdo. As relações pais-filhos-psiquiatra são questionadas através de uma temática que se desenvolve mostrando os problemas e as angústias do homem contemporâneo em face de uma sociedade cada vez mais violenta e fragmatizada.

Eles matam cavalos, não matam?

Peter Shaffer, dramaturgo inglês, tomou conhecimento de um fato que muito o surpreendeu durante sua viagem pelo interior da Inglaterra: um crime praticado por um adolescente de 17 anos, empregado numa cocheira, que inexplicavelmente cegou seis cavalos com um estilete.

O sentimento de tal relato lhe despertou, impulsionou-o a uma viagem introspectiva que, através das reflexões despertadas, determinaram o nascimento da peça. O primeiro ato, com o palco transformado em arena, com público e parte do elenco em volta, nos dá a impressão de que estamos numa cocheira ou picadeiro, sensação fortalecida pela palavra Equu (cavalo, em latim). Junto a isso, várias cabeças e apetrechos de cavalos delineados em fios de aço, esparçamente dispostos ao fundo. Os animais são representados por esguios rapazes vestidos de marron e perfis equinos prateados. Serve também como um pretenso laboratório de questionamentos reais e fantásticos na medida em que representa o próprio consultório onde se entrevistarão os personagens.

As relações pais-filhos-psiquiatra são postas em questão

As duas figuras principais, Alan Strang, Ewerton de Castro, o rapaz, e o dr. Martin Dysart, Paulo Autran, médico-psiquiatra que concordou em tratá-lo, se desafiam dolorosamente durante 160 minutos. Num clima de conflito de emoções, dissecam suas mais profundas concepções ante suas realidades sociais e individuais.

"Só Esso dá ao seu carro o máximo"

Dividido desde sua infância entre a mãe religiosa (professora) e o pai ateu (tipógrafo), a criança se desenvolve canalizando, de início, sua fantasia mitológica sobre a figura de Jesus. Mais tarde, estimulado pela negação paterna desse deus, substituiu-o por outra imagem, representada por uma fotografia, dada por seu pai, de um fogoso cavalo branco, com grandes olhos. O retrato é colocado em seu quarto, no lugar anteriormente ocupado pelo símbolo da fé.

Colocado nessa substituição pelas estórias contadas por sua mãe, Alan mentaliza um arquetipo equino, metade homem metade animal, que supre sua necessidade compulsiva de grandeza como mediação para suas próprias carências. E é ele seu juiz-promotor-defensor, sempre idealizado na proporção de suas inquietações.

Dividido entre um adolescente que, sem outra possibilidade de comunicação, apresenta-se cantando "jingles" propagandísticos, e um distinto e simpático homem de meia idade, o público relaxa e sorri. Com esse recurso o autor cria um clima de "aproach" e desenvolve um relacionamento de "camaradagem de vizinhos". Aos poucos, inicia o mergulho introspectivo.

Demonstrando interesse comparativo quando prefere a música do Martini à da Ultralar, o psiquiatra consegue a primeira reação do rapaz. Estabelecendo-se essa relação, começa o diálogo. Uma batalha dolorosa, uma busca interior de conceitos, suas equivalências, temores, criatividade, ameaças, torturantes momentos, defesas, sombras, luz, grandiosidade, toda uma reformulação da concepção de normalidade sanidade versus insanidade colocada em planos sociais e pessoais e construída sobre teorias psicológicas esboçadas nos estudos junguianos.

→

Conseguindo que o rapaz corresponda ao tratamento, auxiliado pela sua técnica e persuasão e pela própria solicitação de explicações que o lado sadio requer na mente do rapaz, o dr. Martin desperta uma pluralidade de sentimentos que serão rejeitados, assumidos ou identificados.

No processo de regressão, Alan rememora um fato determinante acontecido na sua infância, quando aos seis anos teve pela primeira vez contacto com um cavalo.

Trauma

Poderia não ter sido traumatizante não fosse o ocorrido assimilado por ele numa superposição de valores, tendo o binômio cavaleiro-cavalo assumido dimensões "força" contraposicionada com a de "fraqueza" convergida sobre seus pais. Estes, assustados por verem o filho montado num cavalo conduzido por um estranho, sentem-se ameaçados. O pai, interpelando o cavaleiro, acaba sendo acuado, dominado e humilhado pelo desconhecido, de cima do seu cavalo.

Apesar de trabalhar em cocheiras, Alan supostamente nunca tinha cavalgado. Tal fato fica desmentido quando, sobre efeito hipnótico, ele confessa suas escapadas noturnas, em pêlo nu, galopando pelos prados, atingia na suas fantasias arquétipas o êxtase mental e sexual, considerando-se um deus vigoroso, infalível, completo.

É esse adolescente atormentado, marginalizado e cheio de pesadelos que despertará o inconsciente daquele médico burguês casado com uma dentista ("... nada pode ser mais assético do que uma dentista escocesa") que, excursionando anualmente pelos monumentos da Grécia se sente suficientemente gratificado por sua paixão pelos deuses mitológicos; que beijava a imagem de Dionísio depois de ter beijado castamente sua esposa,

Uma experiência teatral e humana

com a qual há doze anos não tinha relações sexuais; que lia os clássicos gregos à noite, enquanto sua mulher fazia tricô em frente à televisão.

– "Esse é o normal, o outro é o doente"...

Tal é a premissa que é posta em dúvida durante o monólogo final, quando o médico questionará a si mesmo sua vida e sua profissão.

Aplausos

Tanto em Nova Iorque como em São Paulo, o diálogo entre a mãe do rapaz e o psiquiatra solicitou dos expectadores uma reação assimilativa demonstrada através de calorosos aplausos ao seu final. Sendo a platéia predominantemente de pais de família – faixa variável entre 30 e 55 anos – a solidariedade é significativa e pode ser determinada com os argumentos maternos. Daí para uma autodefesa e, conseqüentemente, uma possível diminuição de culpa sobre as atitudes "más" de seus filhos, na maioria das vezes conflitantes com suas (deles) próprias concepções.

Nos papéis principais estão Paulo Autran – vivenciando admiravelmente o dr. Martin Dysart – e Ewerton de Castro – o menino Alan Strang – sob a direção inteligente e segura de Celso Nunes. Além de um grande e seletivo elenco, a cenografia e figurinos de Marcos Flaksman e tradução de Amália Zeitel e Jacó Guinsburg.

Produzida pela Difusão e tendo como mentor dessa iniciativa Henrique Suster (Morte e Vida Severina, Pizzola, Tuca), essa criação magnífica vem acrescentar-nos, depois do sucesso em Londres e Nova Iorque, uma gratificante experiência teatral e humana, sobretudo pela dúvida que provoca em cada assistente diante de seus próprios conceitos de normalidade:

– Você está salvo, Alan. E eu?

● **Nota do Redator**/ Tendo tido oportunidade de assistir Equus tanto em Nova Iorque como Londres e São Paulo, vejo-me aplaudindo também, uma vez que a autocompreensão que hoje nos é intermitentemente inserida, torna-nos auto-suficientes para a criação de uma personalidade própria, independente conquanto autoconstituído e não precisamente irreverente, quando implícita nessa formação de identidade, as limitações humanas de cada um. A variável vulnerabilidade do homem será determinante de suas aquisições, vivenciadas através do relacionamento unidade-coletividade, projetando as características de seu comportamento face a uma sociedade estabelecida.

DAYSY NEWLANDS
(Fotos Richard Sasso)

ANTOLOGIA

OS POETAS ESTÃO CHEGANDO

Num país em que a maior parte da população possui baixo poder aquisitivo comprar livro é acontecimento raro. Mesmo na faixa economicamente mais elevada a leitura é um hábito tão pouco difundido que as publicações literárias obedecem padrões cujo critério visa o consumo imediato e lucro, em detrimento da qualidade. Neste tipo de contexto o lançamento de um livro pode ser comparável, grosso modo, ao de cigarros com "sabor de liberdade do Alabama" ou coisa do gênero.

Por não desejar correr maiores riscos e pela própria natureza limitada do campo de atuação, o empresário do primeiro setor – com raras e honrosas exceções – prefere editar ou reeditar os best-sellers da vida. O do cigarro tem a garantia do próprio produto e além do mais é associado e testa de ferro das multinacionais. Fora outros fatores, como por exemplo, a censura, o panorama editorial brasileiro é mais ou menos esse.

Neste quadro patético a cultura do país é a grande prejudicada. Autores nacionais são preteridos e alguns continuam inéditos à espera de tempos melhores. Vez por outra conseguem furar o bloqueio contando com o beneplácito de algum abnegado. Por isso, e não por outros motivos, muitos são bissextos.

No concernente à poesia é ainda mais constrangedor. Das artes literárias é a mais refinada e nem por isso leva alguma vantagem. Ao contrário, numa livraria as poucas publicações de poesias se encontram geralmente escondidas dos possíveis compradores.

Abertura poética

Entre os grandes incentivadores da poesia brasileira destacam-se Walmir Ayala e César de Araújo, dois abnegados que acabaram de organizar uma antologia de poetas inéditos . Acontecimento raro, digno do máximo louvor e incentivo.

"Abertura Poética, Primeira Antologia de Novos Poetas do Novo Rio de Janeiro" reúne 42 jovens selecionados entre 150 que enviaram poemas para os dois organizadores. Cada um compareceu com 10 poesias (mínimo exigido) perfazendo total de 1.500 trabalhos, lidos, discutidos e analisados.

Walmir Ayala, ao mesmo tempo poeta e crítico de artes plásticas, explica como se deu todo processo da edição da antologia e critérios adotados na seleção dos poetas: "Numa conversa que tive com César de Araújo, em janeiro deste ano nasceu a idéia da antologia. A primeira preocupação foi com a viabilidade do empreendimento".

César de Araújo conseguiu com um industrial de Niterói a quantia suficiente para as despesas da edição, de uma forma

Walmir Ayala: os novos e a problemática de seu tempo

que nenhum dos poetas presentes no livro tivesse que arcar com menor ônus.

Em seguida foi feita uma conclamação pela imprensa e televisão destinada a poetas sem livros publicados. Diz Ayala: "Apareceram 150, com 10 poemas cada, rigorosamente discutidos e analisados. Levamos em conta, entre outras coisas, a disciplina, idéias, uma certa originalidade, conhecimento da matéria literária, isto é, despojamento técnico e utilização com domínio de linguagens. Finalmente conseguimos selecionar os 42. Fizemos ainda uma avaliação quantitativa que de certa forma determinou uma hierarquia no livro. O máximo de poemas foi cinco. Quem atingiu esse número, está mais próximo de uma situação ideal de domínio da forma, da técnica e da expressão." (2)

– Uma constante temática – acentua – é a valorização do cotidiano. Os novos poetas estão atentos à problemática do tempo em que vivem, denunciando a injustiça, guerra, violência e um retorno ao lirismo da canção. Nota-se entre alguns dos 42, uma poesia influenciada pelas conquistas visuais. Poetas que aprenderam a lição do concretismo, não sendo propriamente concretistas.

→

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Walmir Ayala, desde 1962 organiza antologias, nas quais muitos dos poetas brasileiros hoje conhecidos deram seus primeiros passos. Por exemplo, em 1962, "Novíssima Poesia Brasileira", destacando-se, entre outros, Afonso Romano de Sant'ana, Audálio Alves, Carlos Nejar, Décio Pignatari, Mário Faustino e Octávio Mora. Em 1965, 2º volume, com poesias de Anelisa Gregori, Antônio Crisóstomo, Camargo Meyer e Emil de Castro.

Importância

Na verdade, uma parte dos jovens da década de 60 estão atualmente entre os mais destacados poetas brasileiros. Um deles, Octávio Mora explica a importância da antologia de uma maneira geral: "As antologias têm importância, por dar chances aos jovens, que na maior parte das vezes encontram dificuldades em editar, ou por selecionar nomes, não somente em função da qualidade, mas com a intenção de sublinhar os que tinham sido negligenciados. Às vezes, uma antologia marca, em termos de referência crítica, uma virada no pensamento poético. Por exemplo, as de Seldon Rodman, nos Estados Unidos, de Aldo Pellegrini, na Argentina, um pouco incidentalmente a de Gerardo Diego, na Espanha, que marcou toda geração de Frederico Garcia Lorca. Octavio Paz e Homero Aridjis em "Poesia en movimiento" traz todo um panorama da poesia mexicana de várias décadas. O poeta norte-americano Robert Bly, lendo Pablo Neruda deu uma guinada para a poesia política com tom surrealista. A antologia de Donald Hall mostra essa influência e os caminhos da poesia dos Estados Unidos em 1945."

"Um poeta ou crítico, prossegue Octávio Mora, "quando abordar a literatura de país estrangeiro buscará na antologia a triagem prévia dos nomes existentes e orientará seu interesse em função de certas amostragens da poesia que se pratica em determinado momento. Em termos de importância literária, um poeta deixa de sê-lo para si próprio ou para um público mais ou menos discutível num mundo em que a poesia não tem consumo. A antologia dos novos poetas do Rio de Janeiro provavelmente deverá marcar uma virada na poesia brasileira, não por uma intenção prévia, mas porque isto está acontecendo no Brasil agora".

Tarefa fascinante tanto para os críticos como para os amantes da poesia é tentar estabelecer uma comparação entre os níveis dos poetas que começaram, por exemplo, na década de 60 e os de hoje. Até mesmo para se estabelecer a análise da forma e do enfoque das realidades. Fica lançado o desafio. Que sejam bem vindos os 42 poetas.

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND

IN MEMORIAM

BREVE NOTÍCIA SOBRE LOPES COELHO

Com o recente desaparecimento de Luís Lopes Coelho o país perde, sem dúvida alguma, um de seus últimos boêmios autênticos, um de seus melhores contistas – é considerado o verdadeiro iniciador do conto policial em nossa literatura – e um dos homens mais simpáticos e humanos, jamais nascidos aqui entre nós.

Luís Lopes Coelho nasceu a 6 de setembro de 1911, na cidade de São Paulo. Os seus estudos preliminares foram feitos, inclusive, no Ginásio do Estado (1924-1929) e formou-se, em 1934, pela Faculdade de Direito, da Universidade de São Paulo. Poeta bissexto e excelente contista, era casado com Diná Lopes Coelho, secretária do Museu de Arte Moderna, da capital bandeirante, e uma de suas principais cabeças. Grande contador de casos e não menor advogado, foi diretor da Fundação Cinemateca Brasileira, diretor-presidente da Associação dos Amigos do Museu de Arte Moderna e membro do conselho consultivo da Fundação Bienal de São Paulo.

Deixa dois filhos, de suas primeiras núpcias, Flávio e Sílvio, tendo lançado, em 1957, seu livro de estréia, "A Morte no Envelope", muito bem recebido pela crítica literária mais exigente do país, uma vez que Luís Lopes Coelho abria os caminhos da nossa literatura para um gênero, até então, desprezado por nossos mais importantes escritores: o conto policial. Em 1961 publicava "O Homem que Matava Quadros", que viria confirmar amplamente o seu alto valor literário e a sua posição de precursor nesse campo. Em 1968 lançaria Luís Lopes Coelho o seu terceiro e último livro, "A Idéia de Matar Belinha", obra concisa, que anunciava a sua total maturidade intelectual e criatividade, a sua absoluta intransigência e uma indiscutível força, coisas sempre aliadas a um estilo escorreito, limpo, objetivo, com o seu algo de suscinto e preciso. Deixou obra inédita.

Como escreveu um amigo seu, após a sua morte, ocorrida há menos de um mês, "um contagiante e explosivo bom humor era outra das qualidades desse homem que podia afirmar que, ao longo da vida, fez milhares de amigos, muitos dos quais artistas e boêmios".

Era amigo. Como poucos, tinha o dom de saber ser amigo, amigo no sentido e da estirpe de um Mário de Andrade, de um Sérgio Milliet. Engraçado, espirituoso, sempre com uma piada oportuna na ponta da língua, Luís era afável, sem ser cansativo ou louvaminheiro. Sempre com aquele sorriso, irradiante de felicidade, estampado no rosto, sempre que encontrava um amigo – onde quer que fosse – abraçava-o, beijava-o nas faces, numa cordialidade carinhosa que, hoje em dia, não mais se vê entre as pessoas, época de violência e ódio, esta em que vivemos, enquanto que nele só existia ternura e amor.

Não conseguia enxergar maldade em ninguém; como advogado profissionalíssimo que foi, sempre possuía uma palavra de defesa, quando alguém atacava alguém em sua frente. Seu coração era maior que o mundo; era do tamanho do universo, com todas as suas estrelas, planetas e galáxias em contínua revolução. Era, contudo, também, um macrocosmo de beleza e suavidade. Beleza interior. Suavidade interior. Amigo de seus amigos, amigo, inclusive, dos possíveis imbecis que se consideravam seus inimigos, era doce o meu amigo, terno como um galho de pessegueiro – talvez o último! – que estoura de seiva e sumo.

De mim, mais moço do que ele quinze invernos, foi amigo por mais de vinte e cinco anos jamais me faltando em nenhum momento de amargura de dificuldade, de desapontamento ou de dor.

Quando os conheci, Diná e ele haviam acabado de se casar e moravam num apartamento acolhedor, na rampa do túnel da Avenida 9 de julho, à direita de quem sobe para a Avenida Paulista. Um apartamento térreo, meio primeiro andar, devido à ladeira, cheio de obras de arte, prenhe de calor humano e compreensão. Já então haviam eles começado a coleção de quadros, que se tornaria célebre, não só pela qualidade, mas pela seleção que ambos faziam, antes de pendurar uma obra na parede. Talvez sejam seus melhores óleos do velho e querido Di Cavalcanti. Seus, alguns dos mais realizados trabalhos do não menos querido Clóvis Graciano, de Rebolo, de Volpi, de Darcy Penteado, de Aldemir Martins e de tantos outros que, agora, não me ocorrem. De Bonadei, vi, ainda da última vez que ali estive, almoçando com um grupo amigo, naquele seu último apartamento da Rua São Luís, uma verdadeira obra-prima, tanto de sutileza, como de sensibilidade e concisão, coisas, aliás, que Luís e Diná tanto sabiam valorizar nas obras de seus amigos pintores.

Quando bebia, seu bom humor se acentuava, tornava-se ainda mais engraçado – foi o único homem realmente engraçado que conheci na vida – e ainda mais terno e amigo. No fundo, não bebia por beber, mas por requinte, por uma questão de paladar; jamais conheci alguém que soubesse beber como ele. Na verdade, era um exigente. Um "expert". Um "connaisseur". Tinha o dom da difícil arte de ser simples – especialmente quando escrevia – porém possuía também todas as complicadas qualidades do autêntico anfitrião. Sabia combinar pessoas. Sabia combinar o exato patê de Estrasburgo com a correspondente marca de um bom "scotch" ou de um refinadíssimo "champagne"datado (e da safra certa!). E sempre com aquela gargalhada gostosa, espontânea, que nos enlaçava a todos, juntamente com o seu abraço, a sua simplicidade, a sua ausência de maldade, de malícia ou de um vago sentimento de dor.

Sim, porque o meu amigo – o nosso amigo! – parecia esquecer e colocar de lado o sofrimento – todo o sofrimento! – a metafísica da dor –

Luís Lopes Coelho: o pioneiro do conto policial brasileiro

qualquer espécie de elucubração metafísica, graças a Deus! – as contestações ontológicas e as curtições de cansaço, desespero, angústia e solidão, que parecem, agora, carcomer, mais do que nunca, as entranhas de todos nós que o conhecemos tão bem. E realmente o amamos. De perto.

Talvez porque estivesse sempre acima do bem e do mal, ele não sofresse ou, pelo menos, não demonstrasse sofrer, a fim de tornar mais agradável a vida daqueles que o cercavam. Havia, nele, sempre, uma palavra de otimismo, sempre um gesto de comunhão, sempre uma atitude de amor ante as pessoas, as coisas e os reveses. Sempre aquele riso, alargando ainda mais aquela cara larga, bonachona, simpática, aberta, redonda. Sempre a mão estendida para todos, amigos e inimigos (teria-os, pergunto-me?). Sempre a palavra exata, neste pobre mundo cada vez mais caótico, onde as palavras já não mais comunicam coisa nunhuma, estão gastas, inúteis, foram lançadas à lama, não acrescentam nada à união entre os homens, E entre os seres e Deus.

E, agora, o nosso amigo morreu.

Morreu a sua simplicidade, morreu a sua honestidade intelectual, morreu aquela sua simpatia efusiva, que nos acalentava a todos.

Ficará, porém, para sempre, gravado em nós, o seu sorriso, a sua gargalhada descontraída e amiga, os seus livros que tanto contribuíram para o engrandecimento de nossa literatura atual, o seu exemplo maior de amistosidade e de absoluta compreensão ante os mais graves problemas existenciais de cada um de nós.

Ficará, ecoando dentro de todos nós, o som de sua voz, açambarcando, envolvendo gregos e troianos, as gerações mais variadas, Luís amigo, Luís bom.

Uma lágrima rola, uma lágrima apenas, acompanhada do sorriso de todos aqueles que ainda são simples. Como ele. Como uma flor.

Transcrevemos, para o leitor, uma crônica que Luís Lopes Coelho publicou, na imprensa paulista, em fevereiro de 1971, sobre os bares em geral, lugar que ele tanto amava e onde ainda é possível um pouco de comunicação entre os solitários ou não:

"O bar autônomo, inconsútil, não existe em São Paulo. É uma realidade dura de ouvir. O que se encontra freqüentemente: Bar e Café, Bar Bilhar, Bar e Churrascaria, Bar e Confeitaria, Bar Lanches, Bar e Restaurante (o mais comum), Bar Sorveteria, Bar e Mercearia. E até Bar Armazém... Porém BAR apenas, servindo somente drinques nos aperitivos do almoço e do jantar e, à noite, um uísque tranqüilo, esse lastimavelmente não existe.

O bar mesmo, isto é, o que mais se aproxima do protótipo internacional, é aquele instalado no Museu de Arte Moderna de São Paulo, no Ibirapuera. E não é o tal, porque primeiro, não serve almoço, já que o Museu só abre as suas portas às quinze horas e meia; segundo, porque o cliente deve, preliminarmente, entrar no Museu e, depois, atingir o bar. Quando este se preza, no entanto, não tem intermediário. A correspondência é direta, íntima, franca, assim apetecida pelos interessados. Uma pequena porta, um toldo gracioso, e, à noite um luminoso discreto, anunciando o sortilégio e a simpatia do monossílabo: BAR.

Pelos motivos invocados, não considero bar, propriamente dito, os lugares em que nos hotéis se servem bebidas. Trata-se de uma dependência necessária, complementar, coadjuvante da atividade principal, a hoteleira. Não nasceu sob o signo da liberdade. Ali, o cosmopolitismo atalha a familiaridade que os verdadeiros bares propiciam. Não se forma, tão facilmente, a estima entre clientes e garçons, que a estes atribui a alta qualidade de servir, como se um sexto sentido fosse. Além disso, impede que o infortunado, imprevistamente assim instituído, "espete" a nota com tranqüilidade para ambas as partes.

No mesmo escalão, incluam-se os bares de clubes, de sociedade, de ambientes exclusivos, que recebem clientes determinados pela carteira social. E quando aí se vai a convite, a gente se sente diferente, embora a bebida do sócio seja igual à nossa.

– Não se diga que uma das razões da ausência de bares está na agonia do coquetel. Em verdade, o coquetel agoniza. Mas, em cidades do exterior, e no Rio de Janeiro, onde restam dois ou três bons exemplares, o coquetel agoniza, por força do uísque homicida, é, no entanto, está lá o BAR, com toda sua dignidade e a sua quimera.

– Em face de sua opinião, como é que o senhor faz, então?

– Eu sempre freqüento bar...

Admirável conclusão. Luís amigo, Luís bom...

Ou haverá agora, outro remédio, outra solução, para você?

Eu, pelo menos, até o momento, ainda não conheço outra para nós...

REYNALDO BAIRÃO

RIO COR - TEL: (021) 227-0020
PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO
Centro de Tratamento Intensivo – Grupos especializados e o melhor equipamento
Resp. Dr. Mário Anache (5.278) – Dr. Raymundo Dias Carneiro (4.584).
Rua Farme de Amoedo, 86, Ipanema – Rio de Janeiro

O COMPLEXO DE GALLÉ OU: DE COMO NÃO CURTIR O "ART-NOUVEAU"

O problema do "art-nouveau" no patropi já começa com uma falseta básica: da dondoca alienada, que quer ter um vaso assinado no living, ao antiquário ávido por faturar a assinatura do vaso, a pronúncia é a mesma – "Gallé" (com o e aberto), quando qualquer principiante de francês sabe que o e, com acento agudo, se pronuncia fechado (ê), portanto – Gallê. E é um nome no mercado internacional – imagine se não fosse ...

Além de mal pronunciado, é por esse nome mágico que a maioria dos brasileiros (o que quer dizer uma **minoria mínima**) conhece (ou julga conhecer) o "art-nouveau". Começam aí as destorções: o comprador de "art-nouveau" só pede "gallé" na hora de comprar um jarro ou uma lâmpada, exatamente como o carioca comum pede **brama** por qualquer marca de cerveja. O antiquário, por sua vez, quer vender como "gallé", dizendo que tudo é a mesma coisa, o que vale é ser peça assinada, qualquer objeto, no estilo que possuir. Mas na hora desse mesmo antiquário comprar um jarro ou um abajur "art-nouveau", a cantilena é a mesma: "Só compro Gallé..." (Às vezes, abrem uma concessãozinha para Daum Nancy...)

Ora, nem **tudo é a mesma coisa** (isto é lógica primária, A é A, e não B; um Gallé é um Gallé, um Daum é um Daum, um d'Argental é um d'Argental, um Richard é um Richard), como nem só o que vale é peça assinada: há obras anônimas excelentes, que gabaritam qualquer coleção, como tem muita obra com assinatura que eu não queria nem de graça. A colocação do problema, a meu ver, pode ser assim: Gallé, pela qualidade de seus vasos (e lâmpadas, "plafons") e pela quantidade também (morto o Mago de Nancy, seu filho e um grande amigo, Victor Prouvé, continuaram a produção da "verrerie" Gallé, o que deu numa enxurrada industrial que difere muito dos gallés primitivos, artesanais), repitamos, Gallé, pela qualidade e pela quantidade, ficou o nome mais badalado no setor vidro/art-nouveau (como Lalique com jóias, e Tiffany com luminárias e jóias também).

E achamos até compreensível que, por sinédoque ou metonímia, se chame de gallé, grosso modo, qualquer vidro assinado. Mas que nem por isso se desconheçam ou se minimizem os demais artistas, mesmo os "minores": não há até, em história literária, uma teoria segundo a qual é pelos "minores" que se conhece melhor um estilo, pela fidelidade extrema mantida por eles aos canones da escola, pelo filigranismo na aplicação da doutrina, já que não podem alçar largos vôos de criação? Isto é até acaciano: há um sentido dos "minores", em literatura, em filosofia, em arte do vidro.

Émile Gallé: a maior aventura do vidro em toda a história das artes decorativas

Assim, no caso concreto do vidro "art-nouveau", que é o que nos propomos abordar agora, houve "minores" cuja produção não pode ser desconhecida nem desprezada: Richard, D'Argental, Arsall, Michel (houve dois **michéis**, um, pioneiro, outro, da fase industrial), Muller, além de toda a produção do chamado "le verre français" e seu "designer" principal, Charder. "Le verre français", aliás já está na transação "art-nouveau/art deco", sendo que as grandes criações de Charder são do "art deco".

A posição que pessoalmente assumo diante de um jarro assinado é a seguinte: se Gallé, verificar se é da fase primitiva, artesanal (o que virou hoje coisa de museu de arte decorativa ou de milionário texano), ou industrial. Da fase industrial, a de que podemos falar mesmo, porque a única acessível no mercado, analisar o "design" (preferimos o floral às paisagens), a forma, as cores, o degradé, o tamanho: não se confie em nenhum jarro que exceda aos 55 ou 60 centímetros (não têm a densidade, o acabamento dos vasos menores). Sem por isso se excluir uma peça excepcional de mais de 60 centímetros.

Admitimos também que, como investimento, é melhor ter um Gallé do que um "minor" qualquer, mas, a escolher entre um mau Gallé e um Richard extra, fico com o Richard extra. Ou até com uma peça não assinada, se de alta qualidade. Precisa-se acabar com o **complexo da assinatura...**

Tocamos aí em outro ponto sensibilíssimo: o do investimento. O argumento dos que "só compro Gallé" é de que têm aí um investimento seguro. Já discordamos: pode ser melhor investimento (nem sempre), mas nem por isso se recuse a compra de um vaso excepcional por não ser Gallé ou Daum! Isto, repito, é alienação cultural, é falta de sensibilidade artística, é bitolamento intelectual, é falta de mancômetro. No Rio, conheço pouquíssimos colecionadores que não agem assim: um Ernesto Lebovitch, por exemplo. Um Cláudio Klabin. Um Oscar Araripe. Um Benjamin Silva.

Sem saída

Quanto à bibliografia "art-nouveau", em português, é um desastre total: contam-se a dedo os livros publicados sobre o assunto. Há um Arte Nova, de uma editora portuguesa, com certeza (tradução do francês). A tradução de mais uns dois ou três. E é só. Quem não for francês, inglês, espanhol ou alemão, está perdido. Quanto aos artigos sobre o tema, há um muito bom sobre o estilo em geral, de Flávio Motta, creio que na falecida revista GAM. E há **brincadeiras** como a do Sr. Paulo Afonso Machado de Carvalho, que cometeu um artiguete em um desses jornaizinhos de bairro, em que há coisas mais ou menos assim: "Gallé fez vidros foscados, muito bonitinhos, engraçadinhos. Richard também fez, é também muito engraçadinho".

Isto tudo teria muita graça, não fora o autor dono de um dos mais badalados antiquários do Rio, e já ter dois ou três livros sobre antiguidades brasileiras (em geral) e jóias baianas (em particular), este último, um texto belingue, com a versão inglesa de Fernando Leão, um dos maiores colecionadores "art-deco" que conheço no Rio. Dizem que se Almeida Santos não tivesse escrito antes **(cala-te, boca...)**

Assim, o amante autentico do "art-nouveau" não tem saída, no Brasil. Valendo-se da bibliografia existente, incluindo os artigos/piada (de mau gosto, convenhamos), da falta de esclarecimento comprador/vendedor (há antiquários lúcidos, que não podemos deixar de citar: um Alberto Vasconcelos, um Hugo Vasconcelos, um Bartolomeu, um Amin Ata, um Batalha, Maurício e Rachel, no

→

Rio, Nóbrega, pai e filho (Claudino), Paulo Rogério Pinheiro Machado, Francisco Schwarz, em S. Paulo, Moreira, na Bahia. Omitimos alguns, não intencionalmente, por estarmos citando de memória, mas sobre outros, preferimos nem comentar), da falta de estímulo básico (**investir em prata é que é bom, vidros não dá pé, quebra**), este e outros argumentos fajutos tiram o entusiasmo de qualquer um.

No Brasil de hoje, não se pode abrir uma casa somente de vidro "art-nouveau" ou "art deco": no Rio, temos a tentativa pioneira de Paulinho Klabin, que esperamos ver frutificar. Em São Paulo, Benjamin Steiner, Pietro Bardi, Claudino Nóbrega, Paulo Rogério Machado de Carvalho, Nelson Barros, Daniel Sasson, Adolfo Leirner, Nicola, mantêm acesa a chama "nouveau-deco", entre antiquários e colecionadores, mas, das lojas abertas, Claudino Nóbrega é que vem se agüentando firme. Infelizmente, Paulo Rogério e Nelson não mantêm mais aquela lojinha jóia na Rua Bela Sintra, onde eu vi os melhores walters, argy-rousseaus e daums de minha vida.

Tem-se de fazer então a urgente e dramática conscientização: quem quiser se especializar em "nouveau-deco", no Brasil, e cometer a audácia de abrir uma loja só com objetos desses dois estilos (1900/1925), está completamente por fora do contexto? Está fadado ao fracasso? Quando na Europa, nos Estados Unidos, a **onda é justamente nouveau-deco?** Já dizia Sartre mais ou menos o seguinte: "tomar consciência de um problema é resolvê-lo já pela metade".

Poemas vitrificados

Aplicando ao "art-nouveau" no Brasil, especificamente: conscientizar o estilo. Saber que é uma das manifestações artísticas mais estudadas nos grandes centros culturais do mundo. Foi a "maior aventura do vidro artístico em toda a história das artes decorativas", declarou um estudioso do assunto. É um seguro investimento, e internacional. Nos dá momentos visuais únicos: contemplar a opalescência de um vidro Gallé ou Daum, ou qualquer "minor" que tenha acertado naquele vaso ou naquela lâmpada.

Curtir os **poemas em vidro, ou poemas vitrificados,** como queria Émile Gallé, o grande mestre da Escola de Nancy. Reagir contra os antolhos intelectuais e visuais, de colecionadores e antiquários. Contra certos leilões que lançam os objetos "nouveau-deco" em excesso, a preços escorchantes, irreais, inflacionando o mercado ou então aviltando preços, assustando o comprador esclarecido, criando a confusão no meio (talvez seja essa uma das metas pretendidas, quem sabe?...)

E deixando um pouco de lado a monomania de "investimento, só investimento": lembrar líricamente o sonho que Gallé, D'Argental, Arsall, os irmãos Daum, os irmãos Muller, Richard, Charder, Eugene Michel, os irmãos Pannier, Tiffany, Lalique pretenderam (e conseguiram) corporificar em vidro. "A maior aventura do vidro em toda a história das artes decorativas..."

SYLVIO LAMENHA

EXPOSIÇÃO

CHALITA: TESTEMUNHO FEROZ

Com uma pintura formalmente bem realizada, Pierre Chalita está no Museu Nacional de Belas Artes dando um vigoroso depoimento da crueldade do nosso tempo, num trabalho irônico e subversivo.

Luchino Visconti levou seus estudos de violoncelo muito a sério, especializando-se a ponto de, ao que registram alguns biógrafos, ter adquirido um estilo pessoal como executante. Um episódio que assinala sua paixão pelo instrumento – e quem o conta é Malaparte – foi o pedido que fez ao diretor da famosa Regina Coeli, prisão por onde passaram os mais notórios inimigos de Mussolini: condenado à morte por um tribunal fascista, Luchino só teve um pedido – ouvir pela última vez o Concerto para Violoncelo de Dvorak.

Salvo pela chegada dos aliados a Roma, o cineasta voltou-se cada vez mais para o cinema, relegando o instrumento a um amadorismo do qual hoje se vê fisicamente privado. Nem por isso deixou de ser um músico, no sentido mais etimológico da palavra, desde quando se considere que seu cinema é criado e executado como a obra de um grande compositor, desde a minúcia obsessivamente cuidada, às cinestesias que correspondem àquilo que, em sua obra, Moravia chama de sonoridades visuais até a homeostase para que tende todo o painel do seu filme, desde "La Terra Trema" até "Ludwig", onde socialmente questionado ou existencialmente dissecado o homem da sociedade contemporânea aparece de corpo inteiro.

Mudando o mutável no caso, a obra de outro artista contemporâneo, o brasileiro Pierre Chalita, é também a de um músico que tendo abandonado o Debussy e o Ravel que ocuparam seu mais caro cuidado desde a infância até a universidade, abandonou-os pela pintura mas pinta à maneira de um músico.

Sua obra pictórica divide-se em duas séries: a do "Baile" e a do "Paraíso". Como se trata de um artista muito autêntico e portanto infenso a jargões e modismos do metier, esclareçamos logo de início que não se trata aqui de fases cronologicamente situadas, mas de dois leitos paralelos entre os quais se dividem as águas de sua criatividade. Antes de entrarmos nelas propriamente façamos um ligeiro e necessário apontamento sobre a atividade desse artista para que melhor possamos identificar as ricas vertentes da pintura que ele agora apresenta no Museu Nacional de Belas Artes.

Formado em arquitetura aqui no Rio, Chalita morou alguns anos em Paris, onde especializou-se em restauração arquitetônica, trabalhando, ao mesmo tempo para a Unesco. Dessa época é seu notável trabalho plástico do "décor" do filme de Pierre Bordy "Les Mimes Orientaux et Occidentaux" realizado por aquele organismo. Paralelamente a especialização arquitetônica, o jovem brasileiro trabalhava no ateliê de Chapelain-Midy. Levado, ao mesmo tempo, por interessantes propostas profissionais e pelo atavismo, fixou residência no Líbano de seus pais. Particularmente fértil para sua formação como artista plástico foi esse período oriental, porque estudioso que sempre foi da imaginária, do mobiliário, da indumentária do Ocidente, a ponto de ainda muito jovem ser um dos mais exigentes colecionadores do Brasil, travou então conhecimento com a arte oriental, o que lhe permitiu aprofundar uma síntese da evolução histórica da forma, tanto no artesanato e na arte utilitária, quanto na arte de expressão pura.

Esse movimento pendular de sua formação cultural, que se realizaria em repetidos períodos no Líbano e no Brasil, sempre com curiosas e demoradas passagens pela Europa, deu-lhe a bagagem necessária à aprovação que logrou em concurso para uma cadeira na Universidade de Pernambuco. Fixado finalmente no Brasil pelos compromissos do magistério foi então que Pierre Chalita iniciou propriamente sua vida profissional de pintor. Disso resulta que, tendo trabalhos seus em museus do mundo árabe e do Velho Mundo seja ele ainda aqui identificado de modo menos nítido que alguns seus companheiros de geração.

"O Baile" é uma espécie de "roman-fleuve" cujo ponto de partida foi o impacto provocado no então vestibulando de arquitetura levado, por troça de outros colegas desejosos de chocar seu puritanismo provinciano, a um baile de travestis dos anos cinqüenta.

Pierre Chalita: da série "O Baile" óleo sobre tela.

O escatológico de determinada condição existencial e o dionisíaco de sua liberação propuseram à sensibilidade do jovem, até então voltado para a música impressionista e para uma visão ética neotomista, uma funda indagação: em que medida sua pintura até ali esmerada no maneirismo dos retratos – em que sempre foi exímio, diga-se de passagem – não estaria se abstendo de ver e dar a ver uma dimensão humana? Essa indagação trouxe consigo outra: aquele baile não seria um microcosmo da própria condição humana, sendo aquela, em particular, apenas uma de suas linguagens? A resposta foi o surgimento de uma pintura profundamente questionadora, solidária com o desespero e a vulnerabilidade do homem, a cujo serviço o pintor pôs o melhor daquilo que, em fatura, em equilíbrio composicional, em captação do espaço físico da tela, em invenção de espaços óticos, em dramaticidade da pincelada seu talento podia até então. Era a época dos "angry-young-men" e Chalita era um deles.

Essa visão exclusivamente atida ao plano existencial viria alterar-se por um segundo impacto, responsável pelo surgimento da série «O Paraíso»: convidado a expor na Espanha, Chalita inclui na mostra um "Cristo Nu", que despertou tamanha fúria no obscurantismo das autoridades espanholas a ponto de ser fechada a exposição. O artista só pôde reaver o quadro pela intervenção do nosso então embaixador naquele país.

Em meio à batalha pela liberdade de expressão que os jornais europeus travaram sobre o assunto, citando cristos nus de Tiepolo, Caravagio, El Greco, da Messina, Bermejo e outros, uma segunda perplexidade assaltava o jovem pintor brasileiro: se ele, um católico por convicção, não poderia pintar o que os outros artistas medievais, renascentistas e modernos haviam pintado, alguns sob o patrocínio dos papas e, em alguns casos, de homens da igreja que viriam a ser mais tarde canonizados, então havia duas verdades em torno da moral dentro de um mesmo corpo de pensamento. Foi, para Chalita, a descoberta, na própria carne da divisão, denunciada por Leon Bloy, entre a Igreja do Deus Vivo e a Igreja do Deus Morto. Nascia a série do «Paraíso».

Ex-católico, como Buñuel, Chalita, que na série do «Baile» já punha em questão o homem diante do homem, passou a rever, sob uma ótica de implacável sarcasmo e de um niilismo feroz, a religião, o poder, a ordem, a autoridade, a hierarquia, tratando-os como antivalores numa das mais cáusticas ironias da pintura brasileira contemporânea.

Toulouse-Lautrec e Grosz são os nomes que mais de pronto acodem quando se fala em aproximações de sua pintura com outros mestres da amarga e sofrida caricatura social. Entretanto, formalmente sua genealogia vai entroncar-se em Goya ou El Greco, na fase posterior à loucura.

Prosseguindo por leitos vizinhos mas separados, Baile e Paraíso permanecem estanques, somente se encontrando em qualidade. Completam-se, porém, na qualidade de vasto painel destes "temps sans pitié" claudelianos e contêm, como o poema do mestre católico, toda uma surda carga que convoca os mais subterrâneos arquétipos.

Aqui retornamos ao "approach" inicial: como no filme de Visconti, Chalita faz uma pintura musical. Não no amaneirado sentido que o adjetivo findou por adquirir, mas no sentido wagneriano, épico, com a fundamental diferença de que aí não há Lohengrins nem Parsifais. Todos são inapelavelmente vilões, às vésperas de um Gotterdamerung cujo estrondo final Pierre Chalita antecipa no cinismo dos sodomitas na imbecilidade dos curas, no Baile como no Paraíso.

Surdo aos apelos de uma discutível modernidade, em cujo lugar prefere propor uma leitura pictural fundamente reflexiva, Chalita não será talvez um pintor preocupado em inventar rumos ou descobrir técnicas. É antes – e isso é muito salutar – um artista cuja importância, já agora indiscutível, crescerá na medida em que o futuro se debruce sobre nossa arqueologia, com assombro e incredulidade.

RUY SAMPAIO

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VAI GANHAR PISCINA OLÍMPICA E UM GINÁSIO COBERTO JÁ EM OUTUBRO PRÓXIMO

Reportagem de Luiz Luzi.
Fotos de Manoel Brito.

Clube eminentemente social e esportivo, a Associação Atlética da Bahia, ao completar o seu 61º aniversário de fundação, em outubro próximo, estará mais jovem e mais vigorosa do que nunca, pois com suas atividades ampliadas, uma vez que entregará aos seus associados um ginásio coberto, uma piscina olímpica, lanchonete moderna e pérgula, além de nova portaria.

As obras, orçadas em cerca de dez milhões de cruzeiros, não oneram a AAB, que se encontra em excelente situação financeira, graças ao apoio dos seus cinco mil associados, entre os aspirantes, contribuintes, proprietários e remidos, e o trabalho sério, harmônico e objetivo de uma diretoria dinâmica, que tem, na presidência, Nilton Silva.

Atividades

Situada na Rua Barão de Itapuã, Barra, a Associação Atlética da Bahia, carinhosamente chamada de "azulina" pelos seus associados e freqüentadores, desenvolve intensa atividade esportiva, pois são praticados, nas suas dependências, tênis, voleibol, basquetebol, futebol de campo – no momento, por exemplo, uma firma especializada constrói o melhor campo de futebol de clube, da Bahia – judô, natação, diversas modalidades de ginástica , inclusive para senhoras.

Por outro lado, os associados da AAB dispõem, ainda, de diversos tipos de jogos de salão, restaurante, com cozinha internacional, e que é usado, regularmente, por diversos clubes de serviços, para suas reuniões, lanchonete, "boite", que funciona com música ao vivo às sextas e sábados, e onde se apresenta, sempre, uma atração do sul do país, salão de beleza e barbearia. Ainda este ano uma sáuna moderna estará à disposição dos sócios da "Azulina."

Grandes festas

Visando, sempre, servir bem aos seus associados, e acolhendo, com muito carinho e atenção, seus convidados especiais, a diretoria da Associação Atlética da Bahia, que tem o jornalista Antônio Sampaio Ribeiro como seu diretor social, além da "boite", que funciona às sextas e sábados, proporciona, durante o ano, grandes festas, entre as quais podem ser citadas, com destaque, a junina, os bailes carnavalescos, a festa anual de aniversário, no mês de outubro, e o tradicional "Revéillon."

Uma visão da Associação Atlética da Bahia, clube que reúne cinco mil associados.

Mas o Carnaval da Azulina já ultrapassou as fronteiras do nosso Estado, pois conta, sempre, com a presença de altas personalidades, e é motivo de destaque em todos os órgãos de imprensa. São realizados, ao som de orquestras contratadas até com um ano de antecedência, cinco bailes noturnos, matinais e o baile dedicado aos filhos menores de idade , dos seus associados. A alegria é total e a ordem absoluta.

Presente de Aniversário

Em outubro próximo, quando estiver completan-

Em fase final de construção vemos, nesta foto, o ginásio de esportes coberto e a piscina olímpica da AAB, que serão inaugurados em outubro

Outro aspecto da piscina olímpica e do ginásio de esportes coberto, que servirão para incrementar mais as atividades esportivas da "Azulina"

Na Associação Atlética da Bahia as crianças dispõem, além de uma piscina, de um parque infantil bem montado, para os seus folguedos

Para a construção do ginásio e da piscina foram necessárias algumas desapropriações de imóveis. O movimento de terra tem sido muito grande.

O moderno ginásio de esportes coberto da Associação Atlética da Bahia terá capacidade para quatro mil pessoas.

do 61 anos de atividades ininterruptas, a Associação Atlética da Bahia, em vez de receber presentes, estará presenteando os seus cinco mil sócios, pois estará inaugurando um ginásio de esportes coberto, uma piscina olímpica, um novo campo de futebol, lanchonete e pérgula, além de nova portaria, construída pela Ibramex, e com a supervisão técnica do Arquiteto Carlos Gordilho.

Com estas obras, a diretoria da "Azulina" investirá, sem sacrificar as finanças do clube, cerca de 10 milhões de cruzeiros.

Um ginásio moderníssimo

O ginásio de esportes coberto, da AAB, ocupará uma área de 1.500 metros quadrados, terá capacidade para quatro mil pessoas e contará com três pavimentos, para alojamentos, sendo um dotado de vestiários e sanitários para juízes, atletas, técnicos e público. Um segundo servirá para acolher as equipes visitantes (desaparecerão, em conseqüência, as despesas com hospedagem em hotéis), e com capacidade para 60 atletas. O terceiro pavimento servirá como alojamento de técnicos e diretores de delegações visitantes, e contará com sete apartamentos muito bem montados.

De acordo com as explicações do arquiteto Carlos Gordilho, responsável pela supervisão das obras que estão sendo realizadas na Associação Atlética da Bahia, no ginásio coberto, que contará com *piso tartan* em poliuretano (é o que há de mais moderno, no momento) serão usadas arquibancadas em barras de ferro galvanizado facilmente removíveis. Será um ginásio moderníssimo, e de grande utilidade para o clube que tem nos esportes uma de suas finalidades precípuas.

Piscina Olímpica

Para maior desenvolvimento da natação, que sempre pôs em destaque os jovens atletas da "Azulina", a diretoria presidida pelo dinâmico Nílton Silva resolveu, também, construir uma piscina olímpica, tamanho 50m x 25m, embora a Associação Atlética da Bahia já disponha, há alguns anos, de duas piscinas, uma para adultos e outra para crianças. Construída com os famosos equipamentos Jacuzzi, de São Paulo, a piscina olímpica contará com salas para aquecimento dos atletas, conjunto de modernos sanitários para atletas e público, banheiros e um posto completo para funcionamento dos serviços médicos.

Mas sobre o ginásio de esportes, podemos informar, ainda, que o mesmo contará com o som Gradiente (o que há de mais moderno, pois terá, inclusive, chamada automática), cabines para as emissoras de rádio e de televisão, tribuna de honra, "bombonière", minibar e salas para todos os tipos de esportes. A diretoria da Associação Atlética, como se pode sentir, não está medindo esforços para oferecer o melhor aos seus cinco mil associados, que respondem pagando, em dia, suas mensalidades, e freqüentando regularmente as dependências do clube que é muito querido em Salvador.

Portaria e lanchonete

Complementando, estão sendo construídas uma lanchonete e pérgula, que permitirão um atendimento separado para os garçons e o público. Nesta nova lanchonete, a área da cozinha é de 78 metros quadrados, e uma modernissima aparelhagem automática será instalada para a lavagem de louças. A nova portaria, por outro lado, ocupará uma área de 200 metros quadrados e será dotada de portas rotativas, cabine de telefonia, som e cobrança.

Grandes festividades

Para as inaugurações do ginásio de esportes coberto, da piscina olímpica, novo campo de futebol, lanchonete e portaria, que acontecerão por ocasião do 61º aniversário de fundação do clube, a diretoria objetiva a realização de grandes festividades, quando receberá, nas suas dependências, autoridades civis, militares e eclesiásticas, associados e seus familiares, convidados especiais daqui e de outros Estados.

Diretores

Com mandato até o próximo ano, mas que vêm se credenciando pelo trabalho que realizam, correspondendo, inteiramente, à confiança dos associados, integram a atual diretoria da Associação Atlética da Bahia as seguintes pessoas: Nílton Silva (presidente), Carlos Alberto Jesuíno (vice-presidente-administrativo), Mílton José D. de Moraes (vice de interesses esportivos), Edílio Martins (diretor-secretário), Cid Meireles (diretor-financeiro), Marcelo Santos (diretor-jurídico), Oziel Mattos (diretor-tesoureiro), João Schmalb (vice de interesses patrimoniais), Alberto Guimarães Carvalho (diretor de sede), Geraldo Torres (diretor de obras), Antônio Sampaio Ribeiro (diretor social), Jaime Magalhães Brandão (diretor de relações públicas), José Teixeira Freire (diretor de serviços sociais), Edílio Figueiredo (diretor de esportes aquáticos), Rose Summers (diretor de tênis), Baduê Dumet (diretor de esportes diversos) e Aloísio Quaresma de Melo (diretor médico).

As duas piscinas da Associação Atlética têm, nos dias de sol, uma freqüência muito boa, pois os associados estão sempre presentes.

O Conselho

A mesa do Conselho Deliberativo da Associação Atlética da Bahia, é integrada dos seguintes senhores: Jaime Baleeiro (presidente), Antônio Dias de Moraes (1º secretário), Stélio Cardoso (2º secretário).

Fernando Correia Ribeiro, Manoel Vitorino Pinho Pereira e Augusto Vitorino Pinho Pereira compõem o Conselho Fiscal. São sócios beneméritos da AAB os senhores Carlos Coqueijo Costa, Jaime Baleeiro, Fernando Correia Ribeiro, Jorge Correia Ribeiro, Gustavo Maia e Artur Fraga. Como gerente geral funciona, há mais de dez anos, o sr. Álvaro Martins de Freitas.

OS SUBTERRÂNEOS DA IMPRENSA

No começo era o Verbo. Escrito e editado na Bahia tinha seus irmãos de luta em São Paulo e no Rio com o nome de

O Pasquim, Presença, Flor do Mal, Rolling Stones, O Bondinho, JA e Patomacho, em Porto Alegre

Eram publicações irônicas (há quem diga que "a ironia é o lirismo do desespero"), divertidas e ao mesmo tempo, profundamente sérias. Difícil de fazer, difícil de manter, fácil de entender. Uma espécie de "consciência crítica e radical da sociedade", segundo Luiz Carlos Maciel em sua longínqua entrevista ao Bondinho. Publicações que duraram pouco tempo porque se afogaram nas próprias dificuldades. Mas que deixaram saudades e o caminho marcado na história dos subterrâneos da imprensa brasileira.

Quadro Social

Propositadamente, ou talvez não, Tarso de Castro abria caminho dentro da imprensa underground – ou udigrudi, como queiram – através de O Pasquim, o único que se mantém até hoje entre as publicações iniciais, enfrentando as dificuldades de dentro e de fora, a tesoura, as crises financeiras, as prisões e as pressões. O que começou em 1969 e parecia que ia pifar, não pifou e continua nas bancas.

"Chamo de underground um jornal marginal de todos os critérios jornalísticos. Acho O Pasquim um pouco underground, nesse sentido", continua Maciel, na mesma entrevista, "mas o termo vem sendo usado, há alguns anos, pra designar um fenômeno social que começou a acontecer nos países industrializados do mundo ocidental. Um fenômeno histórico-social que foi batizado com esse nome. Então se poderia generalizar, dizendo que toda pessoa que tinha uma consciência crítica radical da sociedade e que, naturalmente, por te-la, era marginalizada, ou então, marginalizavam, porque ela não podia engolir aquele sapo, entende"?

Expressando e comunicando a insatisfação de mais de uma geração, O Pasquim deu à luz a Flor do Mal, mas seu cordão foi logo cortado porque a tiragem, de 40 mil, não vingou, e 50 por cento, aproximadamente, ficaram encalhados. Na mesma época Tarso de Castro deixou O Pasquim e lançou o JA (Jornal de Amizades). Numa conversa com Maciel, Rogério Duarte contou: "E, esse negócio de tá sempre procurando fórmulas, o que o público pensa e não sei que... Eu acho que a gente tem que fazer um jornal underground, mas pra valer, um negócio mesmo sem coisa nenhuma, só o recado de cada um mesmo, um negócio até escrito à mão..."

A essa altura dos acontecimentos, o ano de 1971 já tinha acabado. E a tentativa de traçar um quadro social através desses jornais tinha dado certo.

Fugindo dos esquemas tradicionais das empresas jornalísticas, quase todos os jornais underground tinham no entanto uma tiragem superior a 20 mil exemplares, (com excesão de O Verbo, com 10 mil) impressão offset e preços não bem populares, apesar dos anunciantes. Assim, o que deveria "ser todo escrito à mão, numa saque de calígrafo de Idade Média", virou produto de consumo. Com outras cores, outra forma, outra linguagem.

O Bondinho começou sendo distribuído em : supermercado de São Paulo. Todo mundo gostava. Cada vez mais e mais. Os que acompanharam sua seqüência se lembram das polêmicas entrevistas (Gaiarsa, Chico Buarque, Walmor Chagas, Afonsinho etc) que certamente ficarão nos anais, não sei bem de quais arquivos, talvez da memória seletiva. Uma revista feita com grande talento e coragem, além da humildade de reconhecê-la bem feita em todos os níveis.

Junto a ele Presença sobreviveu dois números. Feito por um grupo de antijornalistas ("Somos artesões, não somos jornalistas") entre 19 e 26 anos, foi, em termos gráficos, talvez a melhor coisa que já apareceu. Assim mesmo faliu por falta de condições, "a gente não tem nem um lugar pra trabalhar, uma sala, sei lá. Dá isso pra gente agora, e nós fazemos uma coisa já".

A mesma queixa era registrada em Porto Alegre pelos editores de Patomacho: "Sai o Patomacho. Porto Alegre se entrega. Primeiro número vende bem, é novidade. O segundo, melhor ainda, é o escândalo. Você já se sente o maior amante do mundo, sonha com inéditas revoluções empresariais. Tudo se torna possível nesta cidade civilizada, tão aberta. E aí Porto Alegre fecha as pernas e grita: Ultraje!

O sonho – aquele – talvez tenha acabado pra muita gente. Mas aquele era um tempo diferente, de preparação para o que se mastigou, engoliu e tenta se digerir agora em termos humanos. E o caso do Ex, é o caso do seu número 7, de outubro passado. E o caso de Movimento, desde 7 de julho nas bancas, ambos sob censura prévia, na luta incessante dos operários de letras. Publicações que talvez não sejam underground, que talvez sejam apenas elas mesmas, enfrentando as dificuldades, fazendo maravilhosamente aquilo que pode ser feito. Que estão tomando o cuidado necessário para não terminarem seu trabalho com uma lacônica declaração do tipo: "O que restou da experiência? Olha, eu gostaria de dizer que algo ficou, mas por mais que me esforce só consigo sentir como herança um certo gosto amargo na boca. E as dívidas, é claro".

LILIAN NEWSLAND.